Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 12, 13 E 14 DE JUNHO DE 2021 Nº 24.929 Preço banca: R$ 3,50

SP inicia entrega do novo lote de 5 mi de vacinas do Butantan ao Brasil

O Governador João Doria acompanhou na sexta-feira (11) a entrega de mais 800 mil doses da vacina do Butantan contra o coronavírus ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), que integram um novo lote de mais 5 milhões a serem liberadas ao longo deste mês. "O Instituto Butantan entrega mais 800 mil doses para o Programa Nacional de Imunização e com a entrega de hoje chegamos a 48 milhões de doses da vacina do Butantan.

Página 2

Petrobras reduz preço da gasolina em R$ 0,05 nas refinarias

Página 3

Indicador antecedente de emprego da FGV sobe 4,7 pontos em maio

Página 3

MME publica diretrizes para leilões de energia existente A-1 e A-2

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou na sexta-feira (11) no Diário Oficial da União (DOU) as diretrizes para a realização de leilões de energia existente A-1 e A-2 em 2021. Os certames estão marcados para ocorrer no dia 3 de dezembro deste ano e ficarão a cargo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A portaria diz que o início do suprimento de energia do leilão A-1 terá início em 1º de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2023. No leilão A-2, o início ocorrerá 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2024.

Página 4

Polícia Científica realiza cadastro de perfis genéticos de parentes de desaparecidos

A Polícia Científica do Estado de São Paulo iniciou nesta semana o agendamento para cadastro de perfis genéticos de parentes de pessoas desaparecidas. Um mutirão para coleta de DNA será realizado ao longo da próxima semana em todo território paulista.

A medida faz parte de uma campanha nacional, lançada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) no último dia 25 de maio, para estimular familiares de pessoas desaparecidas a doarem DNA para compor o Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG). Somente em território paulista, no ano passado, foram registrados 18.909 desaparecimentos e 16.317 encontros de pessoas. Em 2019, foram 18.913 e 15.069, respectivamente.

Página 2

Brasil ocupará assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU

O Brasil ocupará assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2022-2023. Será a 11ª vez que o País integrará o mais importante órgão responsável pela segurança coletiva internacional.

Página 3

G7: cúpula vai incluir medidas de recuperação econômica mais justas

A cúpula do G7 vai discutir medidas para uma "recuperação econômica mais justa, sustentável e inclusiva que responda aos desafios únicos" que se vivem atualmente, anunciou na sexta-feira (11) o governo dos Estados Unidos (EUA). Pág. 3

Ministro diz que 160 milhões serão vacinados até dezembro no Brasil

Foto/Marcelo Casall-ABr

Ministro *da Saúde, Marcelo Queiroga*

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse na sexta-feira (11), em São Paulo, que 160 milhões de brasileiros serão vacinados contra a covid-19 até o final deste ano.

"Vamos nos empenhar fortemente para acelerar a nossa campanha de vacinação, já distribuímos mais de 105 milhões de doses para estados e municípios e mais de 70 milhões de doses de vacinas já foram aplicadas, já temos uma cobertura de duas doses de mais de 15% da população brasileira e, em junho, teremos ao menos 40 milhões de doses de vacinas. A perspectiva do mês de julho é satisfatória, haja visto a chegada de vacinas. Somente com a Pfizer, até setembro, teremos 100 milhões de doses e de setembro a dezembro serão mais 100 milhões de doses", afirmou.

Queiroga participou, ao lado do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, da inauguração de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e de Enfermaria no Hospital Municipal Guarapiranga (SP).

Página 3

autojornal
o dia a dia motorizado

Previsão do Tempo

Sábado: Muitas nuvens o dia todo, com aberturas de sol. 20° C 13° C

Manhã Tarde Noite

Domingo: Dia de sol com algumas nuvens e névoa ao amanhecer. Noite com poucas nuvens. 19° C 12° C

Manhã Tarde Noite

Segunda: Sol com algumas nuvens. Não chove. 21° C 11° C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,12
Venda: 5,12

Turismo
Compra: 5,28
Venda: 5,14

EURO
Compra: 6,20
Venda: 6,20

Esporte

Mundial de Endurance: Alpine começa na frente dos Toyota

Foi por muito pouco – apenas 0s019 – mas a equipe Alpine terminou os treinos desta sexta-feira como a melhor colocada entre os carros da categoria Hypercars, desbancando pelo menos inicialmente os dois carros da poderosa Toyota, atual campeã da categoria. O Alpine A480 pilotado pelo trio André Negrão/Matthieu Vaxivière/Nicolas Lapierre registrou a marca de 1min33s781 nos 4.684 metros do seletivo traçado de Portimão na primeira visita do Campeonato Mundial de Endurance (WEC) a Portugal.

Os dois Toyota GR010 Hybrid garantiram o segundo e terceiro lugares, respectivamente com os trios Sébastien Buemi/Kazuki Nakajima/Brendon Hartley e Mike Conway/Kamuui Kobayashi/José María López. Com oito horas de duração, a corrida acontece no próximo domingo (13) com transmissão ao vivo pelo canal Fox Sports, em dois horários: a parte inicial será mostrada das 7h às 9h e o encerramento da prova, das 13h00 às 15h00.

"Importante é ritmo constante" – "Foi um bom começo e acho que estamos com um bom ritmo", disse André Negrão. "Mas o principal é ter um acerto que permita um ritmo veloz e constante para a corrida. São oito horas de prova, então tem muita história pela frente ainda. Amanhã nós faremos o classificatório e não estamos muito preocupados com posição de largada. Brigar pela pole não é uma obsessão do nosso time. Precisamos estar entre os seis primeiros – por que isso será um indicativo de que o carro tem bom ritmo para andar entre os líderes. O resto é com os pilotos", concluiu André, campeão mundial do WEC em 2018/2019.

Os outros brasileiros inscritos nas 8 Horas de Portimão também tiveram um início promissor. Daniel Serra foi o terceiro com a Ferrari da AF Corse na categoria LMGTE-Pro. Augusto Farfus e Marcos Gomes, companheiros na Aston Martin Racing, foram os quartos colocados na classe LMGTE-Am, enquanto Felipe Fraga, com um Aston Martin da TF Sport, foi o sexto.

Os carros do Mundial voltam à pista neste sábado para duas sessões de treinos e o classificatório, que definirá o grid. Confira a programação para o final de semana:

Foto: João Felipe/DPPI

Sábado, 12 de junho
5h35 - treino livre 2
10h - treino livre 3
14h – classificação
Domingo, 13 de junho
7h - 8 Horas de Portimão

World Surf League divulga as últimas etapas do Championship Tour 2021

A World Surf League (WSL) divulgou na sexta-feira o calendário atualizado para o restante do Championship Tour de 2021, que nesse ano terá os títulos mundiais sendo decididos no Rip Curl WSL Finals em setembro. A terceira perna do Tour inclui uma nova etapa no México depois de 15 anos e as mulheres irão surfar Teahupo'o ao lado dos homens pela primeira vez desde 2006.

"Estamos muito orgulhosos por termos sido capazes de realizar um Tour verdadeiramente global em 2021", disse o CEO da WSL, Erik Logan. "Começamos a temporada no Havaí e acabamos de concluir uma incrível perna de quatro eventos na Austrália. Os surfistas estão agora indo para a sexta etapa na Califórnia, o Jeep Surf Ranch Pro, em seguida viajam para o Japão, para os Jogos Olímpicos de Tóquio".

As datas das próximas etapas foram alteradas. A do Corona Open Mexico apresentado pela Quiksilver mudou de julho para os dias 10 a 20 de agosto, para permitir tempo suficiente para os surfistas olímpicos viajarem para Tóquio cumprindo as quarentenas necessárias. Para acomodar essa mudança, a data do Outerknown Tahiti Pro foi ajustada em dois dias e a decisão dos títulos mundiais no Rip Curl WSL Finals, passou para os dias 9 a 17 de setembro.

Já o Oi Rio Pro apresentado pela Corona em Saquarema, que havia sido adiado de junho para agosto na esperança de realizar o evento com segurança, foi cancelado. A WSL vinha monitorando a situação da pandemia no Brasil e tomou essa decisão visando preservar a segurança e saúde dos atletas, staff e comunidade local. Mas, a World Surf League voltará para Saquarema com os melhores surfistas do mundo na temporada de 2022.

Calendário da terceira perna do Championship Tour 2021*:

% Jeep Surf Ranch Pro apresentado pela Adobe: Junho 18-20 no Surf Ranch em Lemoore, Califórnia, EUA;

% Corona Open Mexico apresentado pela Quiksilver: Agosto 10-20 em Barra de La Cruz, México;

% Outerknown Tahiti Pro: Agosto 24-03 Setembro em Teahupo´o no Taiti;

% Rip Curl WSL Finals: Setembro 09-17 em Lower Trestles, Califórnia, EUA.

* Todas as etapas e datas do Tour estão sujeitas a alterações devido às restrições aplicáveis relacionadas ao COVID-19, inclusive para viagens internacionais.

O próximo desafio do CT 2021 é o Jeep Surf Ranch Pro apresentado pela Adobe, que será disputado entre os dias 18 e 20 de junho, com transmissão ao vivo pelo WorldSurfLeague.com

SP inicia entrega do novo lote de 5 mi de vacinas do Butantan ao Brasil

O Governador João Doria acompanhou na sexta-feira (11) a entrega de mais 800 mil doses da vacina do Butantan contra o coronavírus ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), que integram um novo lote de mais 5 milhões a serem liberadas ao longo deste mês.

"O Instituto Butantan entrega mais 800 mil doses para o Programa Nacional de Imunização e com a entrega de hoje chegamos a 48 milhões de doses da vacina do Butantan. Até o final de setembro cumpriremos o nosso projeto, nosso programa de entrega de 100 milhões de doses para o Ministério da Saúde. Vamos seguindo na produção ao longo dos próximos dias e estaremos fazendo uma entrega adicional de mais 5 milhões começando pelas 800 mil que estão sendo embarcadas para o Ministério da Saúde", disse João Doria.

Com as doses disponibilizadas na sexta-feita, o Butantan chega à marca de 48 milhões de vacinas fornecidas ao Ministério da Saúde desde 17 de janeiro, quando o uso emergencial do imunizante foi aprovado pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

O novo lote de 5 milhões de doses está sendo produzido a partir dos 3 mil litros de IFA (Ingrediente Farmacêutico Ativo) recebidos no último dia 5 de maio. O envase da matéria-prima foi iniciado no dia 27 e terminou na madrugada do dia 30.

Parte das doses já envasadas encontra-se em outras etapas do processo produtivo, como inspeção de controle de qualidade.

As doses entregues na sexta-feira já contemplam o segundo contrato firmado com o Ministério da Saúde, de 54 milhões de vacinas. O primeiro, de 46 milhões, foi cumprido em 12/05. Um novo lote de 6 mil litros de IFA para a produção de mais 10 milhões de doses deverá chegar a São Paulo até o final deste mês.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (SÃO PAULO)
Conforme antecipado pela coluna, o vereador Rubinho Nunes (Patriota) foi 'expulso' do partido pela direção (MBL) do diretório paulistano, por discordar do dono do partido abrir as portas pro Bolsonaro. Agora tá livre pra ir pra outro partido sem perder a cadeira

.

PREFEITURA (SÃO PAULO)
27º dia no cargo : Ricardo Nunes (MDB) segue resistindo aos ataques e insultos dos que querem colocar na sua conta acontecimentos do tempo do Bruno Covas (PSDB). Quem o conhece sabe que ele não 'assinará recibo' entrando na guerrilhas de comunicação

.

ASSEMBLEIA (SÃO PAULO)
A pergunta da hora no Parlamento paulista : agora que Adilson Barroso (dono do Patriota) deixou claro que a legenda tá aberta pro Bolsonaro, o deputado Arthur 'Mamãe Falei' será expulso, como foi o vereador Rubinho Nunes, também pra não perder a cadeira ?

.

GOVERNO (SÃO PAULO)
João Doria tem várias vantagens sobre o senador cearense Jereissati e o governador gaúcho Leite nas prévias do PSDB que ele chama 'do muro' : ser filho de um baiano que foi deputado federal (exilado no final dos anos 1960) e ter vitrine nacional e internacional

.

CONGRESSO (SÃO PAULO)
Quem tá fazendo barba, cabelo e bigode - inclusive com parte da imprensa que agora o trata como 'herói' - é o senador e relator da CPI (Covid 19) Renan (MDB Alagoas). Tá também se vingando dos que não votaram nele pra presidir de novo o Senado em 2019

.

PRESIDÊNCIA (BRASIL)
Já comemorando o início da Copa América no Brasil neste domingo, Jair Bolsonaro participa hoje - em São Paulo - do maior desfile cristão de motos do Brasil, com gente de todas as idades demonstrando que tão ao lado do Presidente pela sua reeleição em 2022

.

PARTIDOS
Cartório do Distrito Federal cobra do Adilson Barroso (dono do Patriota) explicações sobre 'convenção' que rolou cumprir o estatuto na adequação e modificação pra abrigar Jair Bolsonaro como filiado e candidato Presidencial 2022. Não vai adiantar convocar ...

.

(BRASIL)
... nova convenção - como a chamada pra 14 junho 2021 - uma vez que os modus operandi das adequações e alterações do Estatuto estão sob análise cartorial. O correto será o Adilson compreender - de uma vez por todas - a importância de um bom advogado eleitoral

.

M Í D I A S
A coluna diária de política do jornalista - Cesar Neto - é publicada na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com tonou-se referência das liberdades possíveis. Recebeu a Medalha Anchieta da Câmara municipal de São Paulo e o Colar de Honra ao Mérito da Assembleia do Estado de São Paulo. No Twitter @CesarNetoReal ... Email cesar@cesarneto.com

cesar@cesarneto.com

Polícia Científica realiza cadastro de perfis genéticos de parentes de desaparecidos

A Polícia Científica do Estado de São Paulo iniciou nesta semana o agendamento para cadastro de perfis genéticos de parentes de pessoas desaparecidas. Um mutirão para coleta de DNA será realizado ao longo da próxima semana em todo território paulista.

A medida faz parte de uma campanha nacional, lançada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) no último dia 25 de maio, para estimular familiares de pessoas desaparecidas a doarem DNA para compor o Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG).

Somente em território paulista, no ano passado, foram registrados 18.909 desaparecimentos e 16.317 encontros de pessoas. Em 2019, foram 18.913 e 15.069, respectivamente. Neste ano, até o momento, foram mais de 6,4 mil desaparecimentos e 5,5 mil encontros.

O empenho e a integração entre os órgãos que atuam nessa área, aliado às novas tecnologias, tem ajudado a reduzir a espera e acabar com a angústia das famílias.

Coleta de material

A coleta do material será realizada entre os dias 14 e 18 de junho. Parentes de pessoas desaparecidas deverão agendar o atendimento antes de comparecer ao local indicado por cada uma das Secretarias de Segurança Pública Estaduais, nas 27 Unidades da Federação, onde fornecerão dados pessoais e DNA.

O procedimento, que é voluntário, indolor e precedido da assinatura de um Termo de Consentimento, deve ser feito preferencialmente de familiares em primeiro grau da pessoa desaparecida. O material não será usado para nenhum outro fim, além da identificação do parente desaparecido.

"Esse material será encaminhado ao laboratório do Instituto de Criminalística da Polícia Científica, onde será obtido um perfil genético desse familiar, sendo inserido no sistema que faz a busca para verificar se existem familiares do indivíduo cadastrados nesse banco", explicou a diretora do núcleo de biologia e bioquímica do IC de São Paulo, Ana Claudia Pacheco.

Essa busca é nacional, então a pessoa que faz a coleta terá seu DNA comparado nos demais estados do Brasil. Inclusive pode ser informado ao familiar se o seu DNA é compatível com o de alguma pessoa que já tenha falecido sem ser identificada.

Cadastro e locais de coleta

O sistema de agendamento para cadastro de perfis genéticos de familiares de pessoas desaparecidas, adequa-se à Lei 13.812/19, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e também cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

O cadastro será composto de informações públicas, de livre acesso por meio da internet, banco de informações sigilosas, destinado aos órgãos de segurança pública, e também um banco de informações sobre dados genéticos e não genéticos das pessoas desaparecidas e de seus familiares.

Em São Paulo, o agendamento é realizado por meio do site da Polícia Científica. Em razão da pandemia, é preciso agendar o atendimento antes de seguir para um dos locais de coleta.

Estudantes dos anos iniciais terão aulas de inglês, tecnologia e projeto

A Secretaria da Educação do Estado (Seduc-SP) anunciou a ampliação da grade curricular para estudantes do 1°ao 5° ano do ensino fundamental da rede pública estadual. A expectativa é que 623 mil crianças, aproximadamente, tenham acesso às disciplinas de Inglês, Tecnologia e Inovação e Projeto de Convivência, através do Inova Educação, a partir de 2022.

Criado em 2019, o Inova Educação fortalece o desenvolvimento integral dos estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio. Através de três disciplinas – Projeto de Vida, Eletiva e Tecnologia -, o programa promove um ambiente criativo, de compartilhamento de ideias e soluções que melhoram a rotina escolar, fortalece vínculos entre a comunidade escolar, além de reduzir os riscos de evasão escolar. Atualmente, são mais de 2 milhões de estudantes atendidos, em 3,8 mil escolas.

A proposta objetiva estender a oportunidade aos alunos mais jovens e consolidar o processo de aprendizado. O secretário da Educação, Rossieli Soares, explica que a experiência do trabalho iniciado há dois anos e o aprendizado obtido durante o período de pandemia serão peças-chave nesta implementação.

"Nosso objetivo é manter o apoio à escola em várias dimensões. O Inova (Educação) representa uma ponte para o conhecimento, através das habilidades cognitivas e socioemocionais. Para isso, vamos investir em profissionais e trabalhar na formação para suprir as necessidades específicas das crianças de 6 a 10 anos, com material estruturado e o apoio do CMSP (Centro de Mídias da Educação de São Paulo), com os professores em sala e materiais cada vez mais digitais", afirma.

Idioma no processo de alfabetização

A oferta do inglês já existe na rede pública estadual do 6° ao 9° do ensino fundamental e no ensino médio, de acordo com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Na rede estadual paulista, atualmente, 34.260 estudantes dos anos iniciais de 137 escolas de turno integral, entre Escola de Tempo Integral (ETI) e Programa de Ensino Integral (PEI), em 53 cidades, já possuem aulas de inglês.

Rossieli ratifica a importância dessa experiência na inserção do idioma na rotina escolar infantil. "Agora, vamos trazer o inglês, junto ao processo de alfabetização, para todas as séries. São mudanças grandes a serem estruturadas junto à rede. É um anúncio importante e vamos trazer mais detalhes no decorrer do segundo semestre", diz.

Entre outros pontos, as aulas de Projeto de Convivência vão abordar a relação entre as crianças e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, respeito e tolerância à frustração, por exemplo, e temas variados, como rotina de estudos, organização pessoal e compromisso com a comunidade.

Recentemente, a Seduc-SP e o Instituto Ayrton Senna anunciaram mapeamento inédito com mais de 100 alunos da rede pública estadual (linkar com a matéria de quinta).

Em Tecnologia e Inovação, destaque para o aprendizado prático das ferramentas atuais e a criação de processos tecnológicos – em cidadania digital, criatividade e programação – para incentivar projetos autorais.

SP registra 3,4 milhões de casos e 117,4 mil óbitos por COVID-19

O Estado de São Paulo registra na sexta-feira (11) 3.428.356 casos de COVID-19 durante toda a pandemia e 117.344 óbitos. Nas últimas 24h foram 22.875 novos casos e 651 novos óbitos.

O número de casos desta sexta-feira está impactado, com registro acima da média verificada diariamente, devido ao represamento de dados dos últimos dias – provocado pela atualização no sistema federal nas ferramentas relacionadas aos sistemas de notificação de casos leves (sistema E-SUS).

Entre o total de casos, 3.075.383 tiveram a doença e já estão recuperados, sendo que 361.429 foram internados e receberam alta hospitalar.

Há 24.894 pacientes internados no estado, sendo 11.107 em unidades de terapia intensiva e 13.787 em enfermaria. A taxa de ocupação dos leitos de UTI no estado é de 82,4% e na Grande São Paulo é de 79,7%.

O detalhamento dos dados da pandemia estão disponíveis no site www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

Livro "Um Sonho no Caroço do Abacate" é lançado em formatos acessíveis

Na última quarta-feira (9) a Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Célia Leão, lançou o livro "Um sonho no Caroço do Abacate", de Moacyr Scliar, em formato acessível contendo libras, legenda, áudio, imagem e leitura simples.

A ação faz parte do programa estadual "Livros Acessíveis", que é uma parceria entre a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a ONG Mais Diferenças, com o apoio do Centro de Tecnologia e Inovação (CTI).

"Este é um projeto 100% acessível, que faz com que as pessoas com deficiência, sejam elas com deficiência visual, intelectual, física ou auditiva, tenha a oportunidade de ter acesso a uma obra literária", afirmou a Secretária Célia Leão.

Ela também ressaltou a importância do programa, "temos que ter em mente que uma obra literária pode e deve ser acessada por todas as pessoas, com e sem deficiência. Como quer o Governador João Doria, estamos realizando essa iniciativa que proporciona uma experiência únicas às pessoas com deficiência. Além da acessibilidade dos livros, é uma iniciativa que levanta reuniões e oficinas, para que professores disseminem essas práticas acessíveis".

Por meio de live transmitida nas redes sociais da Secretaria (PessoaComDeficienciaSP), o evento online alcançou mais de 1,1 mil espectadores e contou com a presença do Secretário de Estado Sergio Sá Leitão (Cultura), da Coordenadora Geral da ONG Mais Diferenças, Carla Mauch, do professor de Libras e consultor da Mais Diferenças Danilo Santos e do intérprete de Libras Edilson Andrade.

"É uma honra participar deste lançamento, com um projeto maravilhoso que materializa um dos principais objetivos de política pública na cultura que é o acesso a bens, serviços e experiências culturais a todos, possibilitando uma experiência impactante às pessoas com deficiência", afirmou o Secretário Sérgio Sá Leitão.

Com o objetivo de proporcionar o acesso de pessoas com deficiência ao mundo da literatura, a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência já disponibiliza em seu site 13 obras literárias acessíveis. São elas: "Uma Nova Amiga", de Lia Crespo; "Serei Sereia?", de Kely de Castro; "O Discurso do Urso", de Julio Cortázar; "O Menino no Espelho", de Fernando Sabino; "A Bolsa Amarela", de Lygia Bojunga; "Frritt Flacc", de Júlio Verne; "Bem do seu Tamanho," de Ana Maria Machado; "Sei por Ouvir Dizer", de Bartolomeu Campos de Queirós e Suppa; "Volta ao Mundo em 80 Dias", de Júlio Verne; "Peter Pan", de J. M. Barrie; "As Cores no Mundo de Lúcia", de Jorge Fernando dos Santos; "O Menino Azul", de Cecília Meireles e Lúcia Hiratsuka; "Kafka e a Boneca Viajante", de Jordi Sierra I. Fabra.

As obras, que podem ser acessadas no site https://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/livros-acessiveis/ , contribuem com a equiparação de oportunidades e o fortalecimento das políticas, programas e projetos relativos aos direitos das pessoas com deficiência, com ênfase no acesso ao livro e à leitura, introduzindo a questão da acessibilidade e inclusão, de forma articulada e transversal.

O programa da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência em parceria com a ONG Mais Diferenças e apoio do Centro de Tecnologia e Inovação (CTI), garante o acesso de todas as pessoas aos livros acessíveis, que possuem diversos recursos de acessibilidade, como narração e texto em português, audiodescrição e animação das imagens, tradução e interpretação em Libras e leitura fácil – que traz adequações em relação à linguagem, conteúdo e forma para ampliar a compreensão.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Atividade industrial segue elevada, diz CNI

A atividade industrial continua elevada no Brasil, segundo dados dos Indicadores Industriais divulgados na sexta-feira (11) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Ao comentar o indicador, o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, lembrou que o emprego continua aumentando. "São nove meses de alta no emprego industrial no Brasil. A massa salarial e o rendimento médio para os trabalhadores também aumentaram na passagem de março para abril de 2021". Segundo ele, "apenas o faturamento mostrou queda na comparação do período da pesquisa, mas isso já oscila há alguns meses".

Marcelo Azevedo avalia que a atividade industrial persistentemente alta reflete a busca pela recomposição de estoques. "Todo esse movimento, com utilização da capacidade instalada elevada e crescimento constante no emprego, é resultado do rápido crescimento do segundo semestre do ano passado e da resiliência na indústria nos primeiros meses do ano".

Segundo a CNI, os Indicadores Industriais mostram que, no auge da segunda onda da covid-19, na virada de março para abril, a indústria reagiu de forma positiva. As horas trabalhadas na produção cresceram 0,7% em abril, após alta de 1,1% no mês anterior.

Segundo a entidade empresarial, a utilização da capacidade instalada continuou elevada, mantendo-se acima de 80% pelo segundo mês consecutivo. Em abril, ficou em 82,3% (dado dessazonalizado). Mas, apesar da melhora na atividade, o faturamento real da indústria de transformação recuou 1,3% no período.

As horas trabalhadas na produção aumentaram 0,7% em abril de 2021, após alta de 1,1% em março. Na comparação com abril de 2020, as horas aumentam 35,1%. De acordo com a CNI, naquele mês a atividade industrial se reduziu significantemente por conta da pandemia.

O rendimento médio real também cresceu pelo segundo mês consecutivo, ainda que de forma mais moderada (alta de 0,2%). O rendimento médio segue inferior ao registrado em fevereiro de 2020, antes da pandemia.

O emprego cresceu 0,3%, em abril, comparado com o mês anterior. Em relação a abril de 2020, o crescimento chegou a 4,2%. (Agencia Brasil)

Petrobras reduz preço da gasolina em R$ 0,05 nas refinarias

O preço do litro da gasolina nas refinarias foi reduzido em R$ 0,05. O anúncio foi feito na sexta-feira (11), no Rio de Janeiro, pela Petrobras. O novo valor passa a vigorar a partir deste sábado (12), devendo ficar em R$ 2,53 por litro de gasolina vendido nas refinarias. O preço praticado nos postos dependerá de cada estabelecimento repassar ou não a redução.

"Importante reforçar o posicionamento da Petrobras que busca evitar o repasse imediato para os preços internos da volatilidade externa causada por eventos conjunturais. Nossos preços seguem buscando o equilíbrio com o mercado internacional e acompanham as variações do valor dos produtos e da taxa de câmbio, para cima e para baixo. Os reajustes são realizados a qualquer tempo, sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise do ambiente externo. Isso possibilita a companhia competir de maneira mais eficiente e flexível", explicou a estatal.

A Petrobras frisou que os preços de combustíveis e suas variações para mais ou para menos - associadas ao mercado internacional e à taxa de câmbio - têm influência limitada sobre os preços percebidos pelos consumidores finais.

Liberdade de preços

"Como a legislação brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados, a mudança no preço final dependerá de repasses feitos por outros integrantes da cadeia de combustíveis. Até chegar ao consumidor são acrescidos tributos federais e estaduais, custos para aquisição e mistura obrigatória de etanol anidro, além das margens brutas das companhias distribuidoras e dos postos revendedores de combustíveis" informou a empresa.

O preço médio do litro da gasolina no país, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), foi de R$ 5,65, no dia 23 de maio, último dado disponível. Na cidade do Rio, o valor médio da gasolina está em R$ 6,16. Em São Paulo, R$ 5,45. E, em Brasília, R$ 5,79. No início do ano, o litro da gasolina era vendido, em média, a R$ 4,62 no país. (Agencia Brasil)

Ministro diz que 160 milhões serão vacinados até dezembro no Brasil

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse na sexta-feira (11), em São Paulo, que 160 milhões de brasileiros serão vacinados contra a covid-19 até o final deste ano.

"Vamos nos empenhar fortemente para acelerar a nossa campanha de vacinação, já distribuímos mais de 105 milhões de doses para estados e municípios e mais de 70 milhões de doses de vacinas já foram aplicadas, já temos uma cobertura de duas doses de mais de 15% da população brasileira e, em junho, teremos ao menos 40 milhões de doses de vacinas. A perspectiva do mês de julho é satisfatória, haja visto a chegada de vacinas. Somente com a Pfizer, até setembro, teremos 100 milhões de doses e de setembro a dezembro serão mais 100 milhões de doses", afirmou.

Queiroga participou, ao lado do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, da inauguração de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e de Enfermaria no Hospital Municipal Guarapiranga (SP). Foram entregues 65 novos leitos (30 de UTI e 35 de enfermaria) exclusivos para o atendimento de pacientes com complicações decorrentes do novo coronavírus, no hospital situado na zona sul da capital.

No local, que é custeado em parceria com o governo federal, foram investidos R$ 2.638.432,66 para ampliação. Os novos leitos já poderão ser utilizados na próxima semana.

Importância da parceria

O prefeito Ricardo Nunes, de São Paulo, mostrou preocupação com a ocupação de leitos de UTI da capital paulista nas últimas semanas. "Por isso, essa ação muito forte da Secretaria Municipal da Saúde de ampliar os leitos, para não faltar leito para ninguém, como não faltou", disse.

"Quero agradecer ao governo federal por essa parceria. Aqui o custeio é de R$ 13 milhões por mês. Metade desse valor é arcado pela prefeitura de São Paulo e metade pelo Ministério da Saúde, o que demonstra a importância da união com relação a gente trabalhar para poder salvar vidas e dar atendimento às pessoas", completou o prefeito.

A unidade foi entregue em maio do ano passado e iniciou a operação com 30 leitos de UTI e dez de enfermaria. Em julho, ela foi ampliada para 140 leitos de UTI e 23 de enfermaria. Em março, chegou a 160 leitos de UTI e 34 de enfermaria. Com os novos leitos entregues hoje, o hospital passa a contar com 259 leitos, sendo 190 leitos de UTI e 69 de enfermaria.

Os novos leitos implantados no Hospital Municipal Guarapiranga começam a ser utilizados na próxima semana e todos serão referenciados pela Central de Regulação de Vagas do município. Para a ampliação desses novos leitos, foram realizadas readequações e reestruturações de toda rede elétrica e hidráulica, instalação da rede lógica, instalação de toda rede de gases medicinais e adequação do piso. A obra começou em 19 de abril e foi concluída em 9 de junho de 2021, com um investimento de R$ 2,638 milhões.

Valores

O secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, destacou a importância desse complexo hospitalar. "Por aqui já passaram 3.560 pacientes. Tivemos aqui mais de três mil altas. Para cá, a nossa regulação envia os pacientes mais graves de covid-19 na cidade", disse.

Segundo a prefeitura, desde maio, o custeio mensal do hospital corresponde a R$ 13,440 milhões, sendo R$ 6,720 milhões por meio do repasse do tesouro municipal e R$ 6,720 milhões por meio de transferência federal.

"A saúde é um direito de todos e um dever do estado garantido mediante políticas sociais e econômicas. Assim prega a nossa Constituição Federal e é isso que se faz aqui no município de São Paulo. Tanto é verdade que a própria população do estado de São Paulo considera, através de pesquisa, o sistema municipal de saúde desta cidade como o melhor serviço público", afirmou o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. (Agencia Brasil)

Vendas do comércio têm crescimento de 1,6% em maio

As vendas no comércio tiveram alta de 1,6% no mês de maio em comparação ao mês anterior. O setor de materiais de construção voltou a ser destaque, com elevação de 4,8%. Os dados, nacionais, são do Indicador de Atividade do Comércio da Serasa Experian e foram divulgados na sexta-feira (11).

De acordo com a pesquisa, todos os segmentos cresceram em maio, na comparação com o mês anterior, exceto o de combustíveis e lubrificantes, que teve a maior baixa do ano (6,8%). Supermercados, hipermercados, alimentos e bebidas cresceram 1,7%; móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e informática, 3,2%; veículos, motos e peças, 2,8%; e tecidos, vestuários, calçados e acessórios, 3,5%.

"As restrições de funcionamento impostas aos comércios físicos nos meses de março e abril foram amenizadas a partir do início de maio, sendo assim, a presença mais ativa dessas empresas possibilitou um maior nível de consumo e uma leve aceleração das vendas", destacou o economista da Serasa Experian Luiz Rabi. (Agencia Brasil)

STF recebe quatro pedidos contra quebra de sigilo pela CPI da Pandemia

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu quatro de mandados de segurança questionando quebras de sigilo que foram determinadas na quinta-feira (10) pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia.

Até o momento, a decisão da CPI é questionada pelo ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, a secretária de Gestão do Trabalho e da Educação do Ministério da Saúde, Mayra Pinheiro, o secretário de Ciência e Tecnologia do ministério, Helio Angotti, e o ex-assessor especial da pasta, Zoser Hardman de Araújo.

Na sessão de quinta-feira, a comissão teve 23 novos requerimentos aprovados. Também terão os sigilos quebrados o assessor internacional da Presidência da República, Filipe Martins, o empresário Carlos Wizard e o virologista Paolo Zanotto.

Há ainda quebra de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático das empresas PPR – Profissionais de Publicidade Reunidos, Artplan e Calia Y2 Propaganda, todas responsáveis pela publicidade institucional do governo desde 2020. (Agencia Brasil)

Indicador antecedente de emprego da FGV sobe 4,7 pontos em maio

O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp), medido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), apresentou crescimento de 4,7 pontos na passagem de abril para maio deste ano. Essa é a segunda alta consecutiva do indicador, que havia subido 1,6 ponto de março para abril.

Com o resultado de maio, o Iaemp chegou a 83,4 pontos. O indicador busca antecipar tendências do mercado de trabalho com base em entrevistas com consumidores e com empresários da indústria e dos serviços. A principal contribuição para a alta deste mês veio do componente da Situação Atual dos Serviços.

"A melhora nas expectativas para o mercado de trabalho tem sido influenciada pela flexibilização das medidas restritivas e do avanço do programa de vacinação. O cenário para os próximos meses parece ser de continuidade dessa retomada, mas ainda de maneira gradual e com alguns riscos, em especial, o de novas ondas da pandemia", diz o economista da FGV Rodolpho Tobler. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Brasil ocupará assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU

O Brasil ocupará assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2022-2023. Será a 11ª vez que o País integrará o mais importante órgão responsável pela segurança coletiva internacional.

Decisão foi tomada em eleições ocorridas na sexta-feira (11), em Nova York, na 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, nas quais o Brasil recebeu 181 votos.

Segundo nota do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil "buscará traduzir em contribuições tangíveis a defesa da paz e da solução pacífica das controvérsias, dentre outros princípios inscritos na Constituição Federal de 1988 e na Carta das Nações Unidas", no período em que estiver no conselho.

A nota ainda diz que o país pretende fortalecer as missões de paz da ONU e defender os mandatos que corroborem a interdependência entre segurança e desenvolvimento.

O governo brasileiro cumprimentou Albânia, Emirados Árabes Unidos, Gabão e Gana, também eleitos na sexta-feira. (Agencia Brasil)

G7: cúpula vai incluir medidas de recuperação econômica mais justas

A cúpula do G7 vai discutir medidas para uma "recuperação económica mais justa, sustentável e inclusiva que responda aos desafios únicos" que se vivem atualmente, anunciou na sexta-feira (11) o governo dos Estados Unidos (EUA).

O presidente norte-americano, Joe Biden, e os líderes do Grupo dos Sete concordaram em continuar as suas políticas de apoio à economia global, "enquanto for necessário", para criar uma recuperação "forte e equilibrada", de acordo com declaração da Casa Branca.

Na nota, as sete economias mais desenvolvidas dizem esperar que a saída da crise gerada pela pandemia "beneficie a classe média e as famílias trabalhadoras".

Essas medidas seriam, se adotadas, adicionais ao imposto mínimo global sobre as sociedades que os ministros das Finanças do grupo acertaram na semana passada, durante reunião em Londres, e que os EUA consideram "prioridade".

A taxa, que seria de pelo menos 15%, recebeu impulso decisivo de Biden desde a sua chegada à Casa Branca, depois de os Estados Unidos, sob Donald Trump, terem evitado comprometer-se com essa iniciativa, que está sendo discutida na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE).

A medida é considerada por Washington "passo crítico para acabar com a corrida de décadas ao fundo, que leva as nações a competir sobre quem oferece a taxa mais baixa às grandes empresas à custa da proteção dos trabalhadores, do investimento em infraestruturas e do crescimento da classe média".

"Ao fazer com que as grandes multinacionais paguem a sua cota-parte e ao aumentar os recursos para financiar as prioridades de renovação interna, um imposto mínimo global sobre as empresas é parte fundamental dos nossos esforços", acrescentou a nota.

A Casa Branca quer que os países ponham fim ao imposto digital que alguns deles adotaram e destaca que o plano afetará "as grandes multinacionais em geral, tanto nacionais quanto estrangeiras, e não apenas o setor tecnológico".

Esse princípio "assegurará que as grandes multinacionais paguem um pouco mais nos locais onde operam, independentemente de estar ou não fisicamente sediadas lá".

De acordo com o Financial Times, o Reino Unido pressiona para que o acordo de imposto sobre as sociedades não se aplique às empresas financeiras, o pilar da sua economia, e à City de Londres.

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, acolhe hoje os líderes do G7, em cúpula considerada crucial para o combate e a recuperação mundial da pandemia de covid-19.

O acesso equitativo às vacinas anticovid-19, com ênfase na redistribuição de doses excedentes dos países membros do G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), estará no topo da agenda.

Os líderes do G7 também deverão discutir a transferência de tecnologias e recursos por países e farmacêuticas para facilitar e aumentar a produção de vacinas.

O regresso dos EUA ao Acordo de Paris representa uma oportunidade para avançar com mais compromissos no combate às alterações climáticas.

A participação de Joe Biden é oportunidade para maior união em relação à política externa, sendo esperadas discussões e declarações sobre as situações em Myanmar, no Afeganistão, na Etiópia, Bielorrússia, Líbia e no Irã.

As relações com a Rússia e a China deverão ser abordadas, depois de críticas feitas, em maio, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros do G7, a Moscou e Pequim.

Além dos sete países, a cúpula da Cornualha conta com a participação da África do Sul, Austrália, Coreia do Sul e Índia, como convidados.

Participam ainda a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel. (Agencia Brasil)

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE

MME publica diretrizes para leilões de energia existente A-1 e A-2

O Ministério de Minas e Energia (MME) publicou na sexta-feira (11) no Diário Oficial da União (DOU) as diretrizes para a realização de leilões de energia existente A-1 e A-2 em 2021. Os certames estão marcados para ocorrer no dia 3 de dezembro deste ano e ficarão a cargo da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A portaria diz que o início do suprimento de energia do leilão A-1 terá início em 1º de janeiro de 2022 e término em 31 de dezembro de 2023. No leilão A-2, o início ocorrerá 1º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2024.

Esse tipo de leilão foi criado para contratar energia gerada por usinas já construídas e que estejam em operação. Essas usinas possuem um custo mais baixo de produção, pois os investimentos para a geração de energia já foram amortizados.

De acordo com a portaria, os contratos dos leilões serão no ambiente regulado. No caso do leilão A-1, o Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) será na modalidade por quantidade de energia elétrica e os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão integralmente assumidos pelos compradores, "com direito de repasse às tarifas dos consumidores finais".

O contrato no ambiente regulado também se dará, no leilão A-2, para as demais fontes geradoras de energia, como hidrelétrica, eólica e solar, e os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão integralmente assumidos pelos vendedores. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Baronesa Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 18.682.532/0001-11 - NIRE 35.227.781.294

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local. 02.02.2021, 10hs, sede, Rua do Rócio, 109, 3º andar, Sala 01, Parte, São Paulo/SP. **Presença.** Totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: **Celso Antonio Alves**, Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações aprovadas. 1.** Redução do capital social em R$ 2.700.000,00 por serem considerados excessivos nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil, mediante o cancelamento de 2.700.000 quotas, com valor de R$ 1,00 cada, todas de propriedade da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A. Empreendimentos e Participações. 2.** Desta forma o Capital Social passará dos 3.718.092,00 **para** R$ 1.018.092,00, dividido em 1.018.092 quotas. **3.** Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 02.02.2021. Sócia: **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações**, por seus procuradores Celso Antonio Alves e Sigrid Amantino Barcelos.

Cyrela Trentino Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ nº 13.177.652/0001-48 - NIRE 35.225.027.231

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 03.06.2021, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa**. Presidente: **Celso Antonio Alves,** Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações Aprovadas:** 1. Redução do capital social em R$ 36.000.000,00 por serem considerados excessivos em relação ao objeto nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil, mediante o cancelamento de 36.000.000 quotas do Capital Social, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo todas de propriedade da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações,** a valor de restituição no valor de R$ 36.518.132,00 corrente do país, a título de restituição do valor das quotas canceladas. 2. O capital social passa **de** R$ 36.518.132,00 **para** R$ 518.132,00, dividido em 518.132 quotas. 3. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 03.06.2021. **Sócia**: **Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações** por Celso Antonio Alves e Sigrid Amantino Barcelos.

CBR 060 Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ: 31.178.834/0001-15 - NIRE: 35.235.230.199

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, hora, local: 08.01.2021, às 11hs, na sede, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa.** Presidente: **Miguel Maia Mickelberg**, Secretário: **Felipe Russo de Almeida Cunha**. **Deliberações Aprovadas:** 1. Redução do capital social em R$ 37.000.000,00, por serem considerados excessivos nos termos do artigo 1.082, I e II do Código Civil, mediante o cancelamento de 37.000.000 quotas, no valor de R$ 410.775,00, dividido em 410.775 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 25.650.000 quotas de propriedade da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** e 11.350.000 quotas em propriedade da sócia **Flamingo – Investimentos Imobiliários Ltda.** 2. Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários. São Paulo, 08.01.2021. **Sócios**: **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** e **Flamingo – Investimentos Imobiliários Ltda.** ambas por Miguel Maia Mickelberg e Felipe Russo de Almeida Cunha

LBR - Lácteos Brasil S.A. - CNPJ/MF nº 02.341.881/0001-30 - NIRE 35300455096

Edital de Convocação - Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. acionistas da **LBR - Lácteos Brasil S.A**, para se reunirem no dia 12/07/2021, às 11h, a qual será realizada na sede da Companhia, localizada na Rua Cláudio Soares, 72, 2º andar, conjunto 313, na cidade de SP/SP em AGOE, a serem realizadas cumulativamente, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (A)** Em AGO: **(a)** Tomar as contas da diretoria, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31/12/2020, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, bem como do relatório anual da administração, dispensando-se a presença do representante dos auditores independentes; e **(b)** Deliberar sobre a destinação do resultado relativo ao exercício social da Companhia encerrado em 31/12/2020; **(B)** Em AGE: **(a)** Deliberar acerca da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021. **Informações Gerais** - Os documentos e informações referidos neste Edital de Convocação encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, tendo sido dispensada a sua publicação conforme é facultado pelo artigo 294, II, da Lei nº 6.404/76. - O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGOE munido de documento que comprove sua identidade e seus poderes de representação, conforme o caso. - Nos termos do artigo 121, Parágrafo Segundo da Lei nº 6.404/1976, o acionista poderá participar e votar a distância mediante ingresso pelo endereço digital abaixo descrito: https://zoom.us/j/96024884872?pwd=SVg5cGJDMXNMNVNzUS9Hb0ZQYTNzZz09. **ID da reunião:** 964 2548 4872. **Senha de acesso:** nFv174. São Paulo, 08/06/2021. **Renato de Andrade** e **Jean-Marc Benaron** - Diretores sem Designação Específica.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1125382-50.2018.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 34ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Adilson Aparecido Rodrigues Cruz, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a João Paulo Diniz, RG 32.706.270-8, CPF 276.945.898-17, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 25.006,12 (agosto/2017), decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital, para o dia 11 de junho de 2021. **Sérgio Cavalieri Filho** - Diretor de Secretaria.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº. 0000981-67.2021.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). CarlosAntônio da Costa, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Ricardo Nicolau Zein, CPF 046.079.108-15, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 60.112,86 (fevereiro de 2021), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº. 1091744-31.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 21ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Maria Carolina de Matos Bertolini, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Lucas Kim, RG 25.825.091-7, CPF 241.948.588-14, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda, objetivando a cobrança de R$ 27.567,44 (dezembro/2015), oriundo do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2011. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. E para que ninguém alegue ignorância, expediu-se o presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de maio de 2021.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0016938-32.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 42ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). AndréAugusto Salvador Bezerra, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Mauro Freire Penna, RG 21.881.687-X, CPF 384.699.000-91, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 9.388,69 (março/2021), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525, do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de maio de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1125629-02.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Inah de Lemos e Silva Machado, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) Fabiane Benitez Gonçalves, 003.341.180-65, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Supero Ec Ltda., alegando em síntese: Que os serviços educacionais prestados ao aluno Victor Hugo Gonçalves Benitez no ano letivo de 2012. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 supra, pague o valor R$ 20.477,58 (atualizado em abril/ano de 2016) 1 demonstrado, acrescido dos honorários advocatícios de 5%, que a tomará isenta das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresente embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, ficando advertida de que no caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 27 de maio de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1092668-42.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Patrícia Martins Conceição, na forma da Lei, etc. Faz Saber a Luciana Dell'ore Spada Alves CPF: 420.682.228-09, que Mosteiro de São Bento de São Paulo CNPJ: 61.018.750/0007-70 (entidade mantenedora da Faculdade de São Bento) ajuizou Ação de Cobrança, Procedimento Comum, objetivando o recebimento de R$ 3.431,90 (Agosto/2015), representada pelo inadimplemento do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais firmado entre as partes. Estando a requerida em lugar incerto, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de abril de 2021

www.jornalodiasp.com.br

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte edital 20328 no dia 18/06 às 17 h s - www.arteabstrataleiloes.com.br - Rua Penaforte Mendes, 101 - Bela Vista SP/SP arteabstrataleiloes@gmail.com

Concessionária SPMAR S.A. Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 09.191.336/0001-53 - NIRE: 35.300.388.186

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Reinaldo Berlin, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 12 e 14 do Estatuto Social, c.c. o artigo 123, de Lei nº 6.404/76, em 2ª Convocação, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Ordinária da **Concessionária SPMAR S.A. - Em Recuperação Judicial**, a ser realizada nesta Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012,13º andar, conjunto 54, sala 1, no dia 28 de junho de 2021, às 10 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** **(a)** formar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativamente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020; **(b)** outros assuntos de interesse da Companhia. Caso não haja a totalidade dos acionistas presentes para essa 2ª Convocação, a Assembleia Geral Ordinária ocorrerá no dia 22 de junho de 2021, às 10 horas em sua 3ª Convocação com os acionistas detentores da maioria do capital social votante, no endereço supracitado. **Informações Gerais:** Os acionistas que não puderem comparecer pessoalmente poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no artigo 126 § 1º da Lei nº 6.404/76.

São Paulo, 10 de junho de 2021. **Reinaldo Berlin** - Presidente do Conselho de Administração

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte edital 20522 nos dias 12/06 a 13 horas e 15/06 às 19 horas. www.gmleiloes.com.br SP/SP (11) 94435-0642 diretoria@gmleiloes.com

Raix - Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.676.017/0001-87 - NIRE 35.300.197.259

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Horário e Local: Aos 26/04/2021, às 9h, na sede. **Presença:** a totalidade. **Mesa:** Sr. Carlos Eduardo Depieri para presidir a Assembleia Geral, indicando o Sr. José Luiz Depieri para servir como Secretário da Mesa. **Deliberações: (i)** Aprovadas as demonstrações financeiras da Companhia e do relatório da administração e seus anexos nas páginas 5 e 7 da edição do 10/04/2021 do DOESP e do Jornal "O Dia", respectivamente, bem como dos demais documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76. **(ii)** Não serão distribuídos dividendos na presente Assembleia, destinando-se o resultado à conta de prejuízos acumulados; **(iii)** Reeleger os atuais Diretores da Companhia **(a) Carlos Eduardo Depieri,** RG nº 9.784.396-9 SSP/SP e CPF nº 084.681.588-90; **(b) José Luiz Depieri,** RG nº 9.784.395-7 SSP/SP e CPF/MF nº 054.984.728-62; **(c) Paula Regina Depieri,** RG nº 16.732.288 SSP/SP e CPF nº 084.681.588-19 e **(d) Celso Henrique Gate e Alves Junior,** RG nº 13.260.134-5 SSP/SP e CPF/MF nº 158.368-35, os quais tomam posse na presente data. Nada mais. Itatiba, 27/07/2020. **Mesa: Carlos Eduardo Depieri** - Presidente da Mesa; **José Luiz Depieri** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 266.452/21-0 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ventura Holding S.A.

CNPJ/NIRE nº 02.265.631/0001-68 - NIRE 35.300.199.821

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de abril de 2021

Aos 26/04/2021, às 14h, na sede social. **Presença:** a totalidade dos acionistas. **Mesa da Assembleia:** Sra. Paula Regina Depieri para presidir a Assembleia, indicando o Sr. José Luiz Depieri para servir como Secretário da Mesa. **Deliberações: (i)** aprovadas as Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório Anual da Administração, publicados nas páginas 19 e 7 da edição do dia 10/04/2021 do DOESP e do Jornal "O Dia", respectivamente, bem como dos demais documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** não serão distribuídos dividendos na presente Assembleia Geral, inclusive os dividendos mínimos atribuíveis às ações preferenciais nominativas sem direito a voto, destinando-se o resultado à conta de prejuízos acumulados; **(iii)** limite máximo de remuneração dos membros da diretoria para o exercício de 2021 o valor global anual de R$ 1.600.000,00 a ser distribuído entre seus membros, fixos e/ou mais, São Paulo, 26/04/2021. **Mesa: Paula Regina Depieri** - Presidente da Mesa; **José Luiz Depieri** - Secretário. **JUCESP** nº 255.950/21-4 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Ventura Holding S.A.

CNPJ/NIRE nº 02.265.631/0001-68 - NIRE 35.300.199.821

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária

Aos 26/04/2021, às 15h, na sede social. **Presença:** a totalidade dos acionistas. **Mesa da Assembleia:** Sra. Paula Regina Depieri para presidir a Assembleia Geral, indicando o Sr. José Luiz Depieri para servir como Secretário da Mesa. **Deliberações: (i)** aprovadas as Demonstrações Financeiras da Companhia e do Relatório Anual da Administração, publicados nas páginas 19 e 7 da edição do dia 10/04/2021 do DOESP e do Jornal "O Dia", respectivamente, bem como dos demais documentos previstos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76; **(ii)** não serão distribuídos dividendos na presente Assembleia Geral, inclusive os dividendos mínimos atribuíveis às ações preferenciais nominativas sem direito a voto, destinando-se o resultado à conta de prejuízos acumulados; **(iii)** limite máximo de remuneração dos membros da diretoria para o exercício de 2021 o valor global anual de R$ 1.600.000,00 a ser distribuído entre seus membros, fixos e/ou mais, São Paulo, 26/04/2021. **Mesa: Paula Regina Depieri** - Presidente da Mesa; **José Luiz Depieri** - Secretário. **JUCESP** nº 255.950/21-4 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Financial ABV Participações S.A

CNPJ/NIRE Nº 14.367.758/0001-77 - NIRE 3530041388

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 28.04.2021

Data, Hora, Local: 28.04.2021, às 11h, na sede, Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 10º andar, São Paulo/SP. **Convocação:** dispensada. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Margot Alyse Greenman; Secretário: Marcos Moretti. **Deliberações Aprovadas:** (i) a aprovação dos termos e celebração do Instrumento Particular de Emissão de Debêntures, Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública e Com Esforços de Colocação ("Escritura de Emissão", "Debêntures" e "CCCC", respectivamente) entre a CCC e Fundo de Investimento em Participações Development Fund Warehouse; (ii) a aprovação para a outorga de garantias sobre participações societárias em sociedades controladas, em garantia de obrigações decorrentes da Escritura de Emissão; (iii) a autorização à Diretoria da Companhia, e/ou aos seus procuradores, para praticar todos e quaisquer atos relacionados à Escritura de Emissão, incluindo a negociação e assinatura de todos e quaisquer instrumentos, anexos, garantias, termos, notificações, livros e atos societários, inclusive, sem limitação, eventuais aditamentos e procurações, necessários à realização e liquidação das obrigações previstas na Escritura de Emissão e aperfeiçoamento das respectivas garantias; (iv) a aprovação dos termos e celebração do Acordo de Acionistas da CCC a ser celebrado entre CCC, os atuais acionistas da CCC e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG" e "Acordo de Acionistas", respectivamente); (v) a aprovação dos termos e celebração do Acordo de Liquidez da CCC a ser celebrado entre CCC, os atuais acionistas da CCC e o BTG ("Acordo de Liquidez"); e (vi) a outorga das procuracões para fins de execução das garantias constituídas no âmbito da Escritura de Emissão com vigência até a liquidação total e irrestrita das respectivas obrigações garantidas. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28.04.2021. Acionistas presentes: BSO Investimentos S.A. (p. Marcio Garcia de Souza e Marcos Moretti) e Captalys Services de Crédito Ltda. (p. Margot Alyse Greenman e Marcos Moretti). JUCESP nº 253.306/21-8 em 28.05.2021. Gisela Simiema Ceschin-Secretária Geral.

ISEC SECURITIZADORA S.A

CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08

(sucessora por incorporação de ibe Brasil Securitizadora S.A. a partir de 01/09/2017)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 23ª E 24ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 23ª e 24ª Séries da 1ª Emissão da **ISEC SECURITIZADORA S.A.** ("**CRI**", "**Emissão**" e "**Emissora**" respectivamente), a VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.("**Agente Fiduciário**"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se **em segunda convocação** no dia **21 de junho de 2021 às 14h30**, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, conforme Instrução Normativa CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 (""**IN CVM 625**"), nos termos deste edital, a fim de deliberar sobre a ordem do dia: (i) Alterar o Termo de Securitização de Créditos Imobiliários do CRI (""**Termo de Securitização**"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Avaliar o pedido apresentado pela Devedora à Securitizadora em 30 de abril de 2021, para: **(i)** dispensa quanto ao cumprimento de obrigações de natureza pecuniária e não pecuniárias em atraso, sem que isso acarrete qualquer penalidade prevista nos Documentos da Operação; **(ii)** aprovação da recompra facultativa da totalidade dos Créditos Imobiliários Lotreamento ("**Recompra Facultativa**"), com o resgate antecipado das Debêntures e consequentemente dos CRI, na forma estabelecida na cláusula 7.4 do Contrato de Cessão, com a dispensa do pagamento dos encargos e Multa Indenizatória previstos, de modo que haja a retrocessão dos Créditos Imobiliários aos Cedentes em até 15 (quinze) dias úteis contados da realização da Recompra Facultativa; **(iii)** em razão da Recompra Facultativa, aprovar que a Emissora após o recebimento do Valor da Recompra Facultativa, realize direto pagamento de 5 (cinco) dias corridos, o Resgate Antecipado dos CRI, da seguinte forma: **(1)** com os recursos provenientes da Recompra Facultativa realizar o Resgate Antecipado Total dos CRI da 23ª Série ("**CRI Seniores**"); e **(2)** com o valor de dação em pagamento realize o resgate antecipado total dos CRI da 24ª Série ("**CRI Subordinado**"); **(iv)** Após o Resgate Antecipado dos CRI, na forma estabelecido no item (ii), aprovar que a Emissora promova a devolução de quaisquer valores que ultrapassem na Conta Centralizadora dos CRI, descontadas eventuais despesas devidas do Patrimônio Separado; **(v)** Caso aprovada a Recompra Facultativa na forma estabelecida no item (ii), sustar os efeitos previstos nos Documentos da Operação pelo não atendimento da Reserva Mínimo no Fundo de Reserva durante o período de convocação desta Assembleia; e b) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em razão das deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI acima, para que pratiquem todos os atos necessários ao seu cumprimento, incluindo, mas não se limitando, a celebração de eventuais aditamentos. A Securitizadora disponibiliza o seu material necessário para embasar a deliberação dos Titulares dos CRI estará disponível no site da Emissora: www.isecbrasil.com.br e no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado que a assembleia, em segunda convocação, poderá ser realizada em qualquer número, conforme cláusula 12.3 do Termo de Securitização e o **quórum de deliberação** é de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 12.8.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial ou de envio de instrução de voto, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@isecbrasil.com.br com cópia para juridico@isecbrasil.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da realização da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documento comprovante a representação do titular do CRI; e (c) quando for representado por procurador, instrumento de procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme art. 7º da IN CVM 625, a Emissora disponibiliza acesso simultâneo e eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 11 de junho de 2021.

ISEC SECURITIZADORA S.A

Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0034399-51.2020.8.26.0100. A Dra. RAQUEL MACHADO CARLEIAL DE ANDRADE, Juíza de Direito da 20ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Imóveis Saratani Comércio de Auto Peças Ltda. EPP e Jorge Saratani, CPF/CNPJ nº 124.167.178-00, que os autos de ação de Cobrança, de Procedimento Comum, encontram-se em fase de cumprimento de sentença (honorários sucumbenciais) da quantia de R$ 4.142,99 (julho/2020), tendo como exequente Almeida Santos Sociedade de Advogados. Estando a Executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte Executada advertida de que, transcorrido o prazo para o pagamento, nos termos do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 11 de maio de 2021. 12 e 15 / 06 / 2021

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0048044-66.2020.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Regis de Castilho Barbosa Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RIP COMERCIO EXTERIOR LTDA - ME, CNPJ 11.091.227/0001-08 e REGINALDO JACINTO BARBOSA, CPF 601.939.051-91, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por BANCO BRADESCO S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 157.017,72, devidamente atualizada, sob pena da multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2021.

20ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 20º Ofício Cível do Foro Central da Capital/SP. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE VINTE DIAS. PROCESSO Nº 1084216-77.2014.8.26.0100. A MM. Juíza de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central da Capital, Dra. Tania Mara Ahualli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ELIZABETH VIVIANE MACEDO MELO DA SILVA, portadora(o) do RG nº 34.147.213-X, e inscrita no CPF nº 320.578.808-77, que Vella Advogados - Vella, Pugliesi, Buzzo e Gaudioso Advogados ajuizaram ação de Direito Internacional de Prescrição, objetivando a interrupção do prazo prescricional para ajuizamento de quaisquer ações judiciais em busca da satisfação do crédito devido pela requerida, oriundo do Termo de Consolidação e Confissão de Honorários Advocatícios devidos e Outras Avenças, firmado na Requerida em lugar incerto e não sabido, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento aos feitos, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de maio de 2021. 12 e 15 / 06 / 2021

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1058941-24.2017.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Tamara Hochgreb Matos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Frans Daniel e Industria e Comercio de Confecções Ltda (CNPJ: 68.093.800/0001-05), Francisco Rodrigues da Silva (CPF: 056.652.068-06) e Luciano Cicero Rodrigues (CPF: 329.686.688-46), que Banco Santander (Brasil) S/A lhes ajuizou ação de Busca e Apreensão, consistente em ação de Execução, decorrente do contrato nº 161.684.18 (Reverso) de Prestação, representado pelo Contrato de Cédula de Crédito Bancário Empréstimo Capital de Giro nº 033211793300000187-30, consolidado em decorrência de operação nº 217600000187-30 (R$30.000,00). Encontrando-se os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, oculado em ação de busca e apreensão, convertendo-se a ação de busca e apreensão em ação de execução, nos termos do crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Sendo o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de maio de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000621-32.2018.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessander Marcondes França Ramos, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Paula Regina Ferreira Costa, 009.264.207-90, nascida em 15/08/1980, filha de Maria Lucia Ferreira Costa, 20, com endereço à Avenida Juremá, 578, Parque Ipiranga, CEP 07244-000, Guarulhos - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de BANCO ABN AMRO REAL S/A, alegando em síntese: Que celebrou o R4, como titular da conta corrente nº 000010678034, junto a Agência 0670,contratou Crédito Pessoal Eletronico, obrigando-se a liquidar as parcelas pactuadas, acabou deixando de pagar, ensejando a conta corrente sofrer inúmeras retiradas e débitos acolhidos

FRAZÃO Leilões
LEILÃO Presencial e Online
Encerramento: 25/06/2021 6ª feira – às 10h00
O leilão já está aberto na internet para receber lances.

08 IMÓVEIS
Terrenos Urbanos e Rurais

Itu/SP - Luziânia/GO - São Cristovão/SE - Santana do Parnaíba/SP
Capitólio/MG - Cabo de Santo Agostinho/PE

À VISTA: ou Carta de Crédito. À PRAZO: por proposta de parcelamento que será analisada pelo vendedor, sendo 30% de entrada + 36 parcelas (juros 12% ao ano) conforme Edital de Leilão. Leia o Edital no site do leiloeiro. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua da Mooca, 3547 – São Paulo/SP.

Ana Claudia Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. 11-3550-4066 - FrazaoLeiloes.com.br

FRAZÃO Leilões — LEILÃO Presencial e Online — Encerramento: 21/06/2021 2ª feira – às 11h00 — Santander
O leilão já está aberto na internet para receber lances.
Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

19 IMÓVEIS
CASAS E APARTAMENTOS

SP: São Paulo, Caçapava, Campinas, Itapetininga, Praia Grande, Osasco, Tabão da Serra.
BA: Santa Maria da Vitória. GO: Anápolis. PA: Santarém. PE: Jaboatão dos Guararapes, Petrolina. PR: Curitiba, Londrina. RJ: Nova Friburgo. SC: Brusque, Joinville.

Crédito imobiliário em até 420 meses. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.
Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. 11- 11 3550-4066 – www.FrazaoLeiloes.com.br

Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.

CNPJ/NIRE Nº 08.259.544/0001-84 - NIRE 35.300.489.062

Edital de Convocação aos Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. - Assembleia Geral de Debenturistas

Nos termos do Artigo 71, §1º, inciso I, do Art. 71, § 2º, do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), da Cláusula Sétima da "**Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos, da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.**" celebrada em 12 de novembro de 2018, entre a Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. ("**Emissora**" ou "**Companhia**") e Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Agente Fiduciário**"), na qualidade de agente fiduciário, representando a comunhão dos debenturistas ("**Escritura de Emissão**" e "**Debenturistas**", respectivamente), ficam os Debenturistas convocados a participar da assembleia geral de Debenturistas ("**AGD**"), que se realizará no dia 21 de junho de 2021, às 14h00 horas, de forma a ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, conforme Artigo 122, Parque Industrial Ramos de Freitas, Emilio Ribas Artes, sendo que, excepcionalmente, em virtude da pandemia do COVID-19 e conforme preconiza a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 625, de 14 de maio de 2020 ("**Instrução CVM 625**"), será realizada por plataforma digital, conforme disposto no Anexo I, a fim de assegurar e deliberarem acerca do consentimento prévio (waiver) para: **(i)** a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, de acordo com o disposto na cláusula 4.14.1.1 da Escritura de Emissão, a exclusão do caso que causa hipótese de vencimento antecipado no controle acionário da Emissora, em virtude da alienação de ações de emissão da Emissora no âmbito da oferta pública inicial de ações de emissão da Emissora, com distribuição primária e secundária ("**Oferta**"), as Debêntures não sejam objeto de resgate, preservando a redação da instrução de voto a ser proferida pelo Alienante Fiduciário em prol da Obrigações Garantidas, para que este possa, no âmbito da Oferta (conforme definida acima), alienar livremente as ações de emissão da Emissora que sejam de sua titularidade; **(ii)** na hipótese de não ser aprovada a deliberação do item (ii) acima, conceder waiver com relação ao item (ii) da cláusula 3.1.(e) "Procedimento Para Alienação de Ações em Garantia Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 27 de janeiro de 2020, entre a Emissora, a Alienante Fiduciante e o Agente Fiduciário, para que seja realizado o desdobramento das ações de emissão da Emissora, em proporção a ser oportunamente definida, sendo certo que tal desdobramento, por si só, não caracteriza alteração na composição acionária da Emissora, tendo em vista que serão mantidas as participações dos acionistas nas mesmas proporções atuais; **(iv)** na hipótese de não ser aprovada a deliberação do item (ii) acima, aprovar a possibilidade de a Emissora deliberar e aprovar plano de outorga de opções de compra de ações da Emissora, a serem concedidas a administradores e colaboradores da Emissora como parte de remuneração com base em ações, visando o alinhamento de interesses entre tais administradores e colaboradores e os acionistas da Emissora; e **(v)** autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações aprovadas na AGD, incluindo, mas não se limitando a celebrar eventuais aditamentos, termos de liberação e realizar todos os atos necessários à formalização e implementação das deliberações aprovadas na AGD, considerando os termos e condições aprovados na AGD, sem prejuízo a outros ajustes formais ou procedimentais. Vale ressaltar que as solicitações acima, se lazem necessárias em decorrência do pedido de registro da Oferta, protocolado na Comissão de Valores Mobiliários em 02 de junho de 2021. Os itens, tal como tratados nos itens acima, não definidos neste edital de convocação, terão o mesmo significado a eles atribuído na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantia Real. **Informações Gerais – Procedimentos aplicáveis à Realização Digital:** Em atendimento à Instrução CVM 625 e em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, incluindo as restrições impostas ou recomendadas pelas autoridades com relação a viagens, deslocamentos e reuniões de pessoas, a Emissora disponibilizará, em caráter excepcional, a possibilidade de participação de Debenturistas por meio de voto à distância, bem como sistema eletrônico para participação e votação remota, para viabilizar a participação e deliberação dos Debenturistas na AGD, por meio da plataforma digital. Os procedimentos aplicáveis à realização digital da AGD encontram-se no Anexo I deste edital. Ainda, em Brasília Artes/SP, 11 de junho de 2021. **Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.**

ANEXO I - do Edital de Convocação de Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A. Procedimentos – Procedimentos aplicáveis à Realização Digital da AGD: **1. Acesso e Utilização da Plataforma Eletrônico:** 1.1. A Cetip será responsável através da plataforma digital, que disponibilizará a participação remota dos Debenturistas. O conteúdo da AGD será gravado pela Emissora. **1.2.** Para participar da AGD, o Debenturista deverá enviar até 2 (dois) dias úteis antes de sua realização (i.e., até 17 de junho de 2021), para os e-mails: daniela.silva@topico.com.br e/ou ger2.agente@oliveiratrust.com.br, (i) a confirmação da sua participação acompanhada do CPF ou CNPJ do Debenturista, conforme o caso, (ii) a indicação dos representantes que participarão da AGD, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos documentos de comprovação de poderes, conforme item 3 (Depósito Prévio de Documentos) abaixo. O acesso via plataforma será condicionado ao aceite dos termos aqui descritos. **1.3.** A Emissora e/ou o Agente Fiduciário, conforme o caso, enviará até 2 (duas) horas antes da realização da AGD, um e-mail ao respectivo Debenturista contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. **1.4.** Caso determinado Debenturista esteja com problemas de acesso à plataforma ou não tenha recebido o convite individual para participação na AGD com até 2 (duas) horas de antecedência em relação ao horário de início da AGD, deverá entrar em contato com a Emissora pelo telefone +55 11 97501-5448, com, no mínimo, 1 (uma) hora de antecedência em relação ao horário de início da AGD, para que seja prestado o suporte adequado e, conforme o caso, o acesso do Debenturista seja liberado mediante o envio de novo convite individual. **1.5.** No dia de realização da AGD, os Debenturistas deverão se conectar com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade e dos documentos previamente encaminhados por e-mail, os quais poderão ser exigidos pelo Agente Fiduciário. **1.6.** A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de seus equipamentos dos Debenturistas. **1.7.** Os Debenturistas que participarem via plataforma digital, de acordo com as instruções da Emissora, serão considerados presentes na AGD e deverão ser considerados assinantes da ata e do livro de presença. **2. Admissão de Instrução de Voto à Distância: 2.1.** O Debenturista poderá exercer seu direito de voto à distância, por meio do preenchimento do Boletim de Voto à Distância, o qual será enviado através de notificação feita por e-mail endereçada a: ger2.agente@oliveiratrust.com.br e/ou daniela.silva@topico.com.br. **2.2.** Para que o Boletim de Voto à Distância seja considerado válido, são imprescindíveis: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Debenturista e o número do CPF ou CNPJ, conforme o caso, bem como indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura do Boletim de Voto à Distância do Debenturista; e seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente; e (iii) o depósito prévio de documentos, na forma prevista no item 3 (Depósito Prévio de Documentos) abaixo. A Emissora exigirá que os Boletins de Voto à Distância sejam rubricados e assinados com a certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade, conforme §2º do artigo 8º da Instrução CVM 625. **2.3.** Será aceito o Boletim de Voto à Distância que for enviado com até 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de realização da AGD, juntamente com os documentos listados no item 3 abaixo, aos cuidados da Emissora e/ou ao Agente Fiduciário, para os e-mails daniela.silva@topico.com.br e/ou ger2.agente@oliveiratrust.com.br. **2.4.** Os Debenturistas que fizerem o envio da instrução de voto acima mencionada e esta for considerada válida, não precisarão realizar os procedimentos previstos no item 1 e não precisarão acessar o link para participação digital da AGD, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo Debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação da assembleia via acesso ao link, o Debenturista caso queira e caso tenha cumprido também os procedimentos previstos no item 1 (Acesso e Utilização da Sistema Eletrônico) acima, poderá votar na AGD, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. **2.5.** O Boletim de Voto à Distância enviado em conformidade com as instruções listadas acima será considerado válido no âmbito da AGD realizada em 1ª (primeira) convocação e permanecerá válido para fins da AGD realizada em 2ª (segunda) convocação, se houver, exceto caso o Debenturista envie um novo Boletim de Voto à Distância, o qual substituirá aquele enviado anteriormente e será considerado como o único válido para a AGD realizada em 2ª (segunda) convocação. **3. Depósito Prévio de Documentos: 3.1.** Os Debenturistas deverão enviar aos endereços eletrônicos daniela.silva@topico.com.br e/ou ger2.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de realização da AGD, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Debenturista; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais. **3.2.** Em todo caso, os Debenturistas ou seus representantes legais, munidos dos documentos exigidos acima, poderão participar da AGD por meio da plataforma digital, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente, desde que os apresente até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, conforme §2º, artigo 4º, da Instrução CVM 625, observados, ainda, os procedimentos previstos no item 1 acima.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM CARÁTER VIRTUAL

O presidente do **Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - SISPESP**, CNPJ/MNF nº. 60.260.155/0001-09, nos termos que lhe confere o estatuto social, CONVOCA os Servidores/Empregados Públicos da FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE a participarem da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada no dia 17/06/2021, em primeira chamada às 16h00min com presença de quórum 50% (cinquenta por cento) mais um dos associados e, em segunda chamada, às 16h30min com qualquer número dos presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: I – Informes jurídicos; II - Reivindicações gerais, economicas e sociais e; III – Condições de trabalho home office. AGE será realizada por meio de videoconferência, na Plataforma Microsoft Teams, com fundamento na Lei 14.030/20, art. 8º, que diz: "A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 43-A: "Art. 43-A. O associado poderá participar e votar a distância em reunião ou em assembleia, que poderão ser realizadas em meio digital, nos termos do regulamento do órgão competente do Poder Executivo federal. Parágrafo único. A assembleia geral poderá ser realizada de forma digital, respeitados os direitos legalmente previstos de participação e de manifestação dos associados e os demais requisitos regulamentares", e Medida Provisória nº 936/20. O link de acesso e as orientações gerais para participação serão disponibilizados até um dia antes da data da AGE, através dos telefones, emails institucionais, site e outros meios de comunicação do Sispesp. São Paulo, 11 de junho de 2021. (ass.) Lineu Neves Mazano - Presidente.

ACPAR Participações e Empreendimentos S/A

CNPJ/NIRE Nº 02.273.594/0001-50 - NIRE nº 35.300.327.940

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30/04/2021

Dia 30/04/2021, na sede social. **Presentes:** 100,00% do capital votante. **Mesa:** presidente: **Roberto Henrique Levy Junior**, secretário: **Sergio Ulhoa Levy**. **Deliberações unânimes:** a) Prestação de Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2020; b) Incorporação do prejuízo líquido do exercício, no valor de R$ 2.273,94, à conta de Lucros e Prejuízos Acumulados; c) Reconstituição da diretoria, com mandato até a ata que aprovar as contas do exercício de 2022: **Diretor Presidente: Roberto Henrique Levy Junior**, RG 1.494.866-7 SSP/SP, OAB/SP 11.928 e CPF 072.313.258-04; **Sergio Ulhoa Levy**, RG 2.260.303-5-SSP/PR e CPF 005.883.848-72. Nada mais, integra registrada na JUCESP sob nº 256.234/21-8 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

Companhia Fazenda Acaraú -

C.N.P.J. nº 51.769.107/0001-30 - NIRE 35.300.004.931

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30/04/2021

Na sede social às 14:00 horas. **Presentes:** 100,00% do capital votante. **Mesa: Roberto Henrique Levy Junior**: Presidente; **Sergio Ulhoa Levy**: Secretário. **Deliberações unânimes:** a) Prestação de Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras do Exercício encerrado em 31/12/2020; b) Destinação do lucro líquido de R$ 7.517.972,26, a saber: R$ 375.898,61 para Reserva Legal; R$ 1.785.518,41 distribuído a título de dividendos e R$ 5.356.555,24 para Reserva de Retenção de Lucros; c) Reeleição da diretoria, com mandato até a aprovação na JUCESP da Ata do AGO de 2022: **Diretor Presidente - Roberto Henrique Levy Junior**, RG 1.494.866-7 SSP/SP, CPF 007.883.418-04; **Diretor Vice - Presidente - Sergio Ulhoa Levy**, RG 2.260.123-5 - SSP/SP, CPF 007.883.848-72, fiscais e Remuneração global dos Administradores, em até R$ 120.000,00. Nada mais, integra registrada na JUCESP sob nº 256.670/21-3 em 02/06/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral

ISEC SECURITIZADORA S.A - CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE ÚNICA DA 4ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("Títulares dos CRI") da 113ª Série da 4ª Emissão da **ISEC SECURITIZADORA S.A.**, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP: 04533-004 ("**Emissora**" ou "**Companhia**" ou "**Emissora**" e "**Emissora**" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, convocados a se reunir, em **primeira convocação, em Assembleia Geral ("Assembleia"), a ser realizada em 02 de julho de 2021 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução Normativa da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("IN CVM 625"), nos termos deste edital, e da Emissão, e conforme cláusula 16.4 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários vinculados aos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 4ª Emissão da Emissora, celebrado em 18 de setembro de 2020, ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Avaliar e aprovar o pedido apresentado pela Devedora e Emissora, em 10 de junho de 2021, para: **(i)** autorizar a venda da totalidade das ações representativas do capital social da Hesa 196 – Investimentos Imobiliários S.A, sociedade por ações, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Vereador Narciso Yagar Guimarães nº 1145, 15º andar, Jardim Armenia, CEP: 08780-500, inscrita no CNPJ 30.806.903/0001-25 ("Ações"), pelos seus acionistas, de modo que o valor correspondente ao pagamento da primeira parcela do valor da venda das ações, equivalente a R$ 50.000,000 (cinquenta milhões de reais) seja depositado na Conta Centralizadora dos CRI e ainda, que seja apresentada pela Devedora Carta Fiança, emitida por instituição financeira de primeira linha, em valor correspondente ao montante remanescente da dívida, no valor de R$ 50.000,000 (cinquenta milhões de reais) e no valor Mínimo de Venda, previsto cláusula 6.5 da CCB ("Dívida das Ações" e "Valor da Venda", respectivamente); e **(ii)** em decorrência da Venda das Ações, autorizar que a Emissora promova a liberação dos gravames da AF das Ações, da AF do Imóvel Hesa 196 e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Imobiliários da Hesa 196, no prazo de até 01 um dia útil contado do recebimento da confirmação do pagamento da primeira parcela do Valor da Venda e de apresentação da Carta Fiança ("Liberação das Garantias"); e b) Autorizar o Agente Fiduciário a celebrar todos e quaisquer aditivos, bem como todos e atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar as deliberações acima. O material necessário para embasar a deliberação dos investidores está disponível: **(i)** no site da Emissora: www.isecsecuritizadora.com.br e **(ii)** no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Assembleia será instalada em primeira convocação, nos termos da cláusula 16.4 do Termo de Securitização, mediante a presença de Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em circulação. O quórum de aprovação da deliberação das matérias da ordem do dia será de 50% (cinquenta por cento) mais um dos titulares de CRI presentes na referida Assembleia. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusiva, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial ou de envio de instrução de voto previamente, com link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora aqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para securitizadora@isecsecuritizadora.com.br e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até 6 horas do início da respectiva Assembleia, os seguintes documentos: (i) pessoa física: cópia do documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular do CRI; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Conforme artigo 7º da IN CVM 625, o Estatuto disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 12 de junho de 2021. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

15 e 15/06

UNIGEL

Unigel Participações S.A.

CNPJ 05.303.439/0001-07 - Companhia fechada

Demonstrações Financeiras 2020

Balanços patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo	2.590.262	1.884.004	3.916.546	3.105.993
Circulante	5.238	49.015	1.459.161	1.078.094
Caixa e equivalentes de caixa	120	12.445	1.039.032	982.252
Contas a receber de clientes	-	-	207.866	132.445
Estoques	-	-	369.490	297.985
Partes relacionadas	4	4.412	-	-
Dividendos a receber	4.218	30.641	-	-
IR e CS	186	127	25.938	52.866
Impostos e contribuições a recuperar	34	36	115.764	137.921
Despesas antecipadas	324	55	8.023	13.825
Adiantamentos a fornecedores	137	75	47.109	36.497
Operações com derivativos	-	-	48.628	-
Outros ativos	215	1.224	12.305	22.303
Não circulante	1.585.024	1.834.989	2.457.385	2.029.899
Partes relacionadas	1.445	72.815	-	61.806
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	5.157	4.998
Impostos diferidos	-	-	602.875	484.645
Depósitos judiciais	-	-	16.170	16.172
Operações com derivativos	-	-	86.659	47.556
Outros ativos	4.195	-	20.901	23.484
Investimentos	1.555.034	1.742.515	1.978	1.978
Imobilizado	7.499	4.347	1.348.317	1.177.110
Intangível	3.027	4.053	8.035	15.528
Bens de direito de uso	7.524	4.959	355.993	186.322
Propriedades para investimento	6.300	6.300	10.300	10.300
Ativo total	1.590.262	1.884.004	3.916.546	3.105.993

Balanços patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Passivo	2.590.262	1.884.004	3.916.546	3.105.993
Circulante	27.811	6.363	1.003.234	646.409
Empréstimos e financiamentos	170	153	402.667	102.958
Fornecedores	2.052	1.478	362.066	252.618
Arrendamento mercantil a pagar	5.243	2.955	79.653	59.614
IR e CS	9	25	1.197	7.195
Impostos e contribuições a pagar	80	132	36.680	31.518
Salários e encargos	180	34.111	28.637	28.637
Dividendos a pagar	19.938	-	19.938	-
Partes relacionadas	53	942	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	83.008	82.617
Operações com derivativos	-	-	-	32.325
Outros passivos	-	-	57.169	27.885
Outros passivos	192	498	16.799	21.093
Não circulante	1.504.862	1.510.922	2.765.769	2.092.814
Empréstimos e financiamentos	574	743	2.797.712	1.681.516
Arrendamento mercantil a pagar	3.322	3.203	308.867	154.393
Impostos e contribuições a pagar	-	-	90.421	93.917
Impostos diferidos	117.137	117.137	117.137	115.869
Partes relacionadas	1.383.813	1.389.823	-	1.526
Provisão para contingências	16	16	11.988	7.875
Benefício pós-emprego	-	-	39.285	32.285
Outros passivos	-	-	359	5.433
Patrimônio líquido	57.483	366.719	57.543	366.770
Capital social	276.185	276.185	276.185	276.185
Outros resultados abrangentes	(230.832)	(16.194)	(230.832)	(16.194)
Reservas de lucros	12.130	106.728	12.190	106.779
Total do passivo e patrimônio líquido	1.590.262	1.884.004	3.916.546	3.105.993

Demonstrações do resultados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita líquida	-	-	3.233.023	3.322.706
Custo dos produtos vendidos	-	-	(2.738.112)	(2.549.768)
Lucro bruto	-	-	497.123	372.938
Vendas	-	-	(39.334)	(31.008)
Gerais e administrativas	(5.764)	(3.540)	(114.314)	(106.792)
Provisão com impairment de ativos financeiros	-	-	(1.480)	3.285
Outras (despesas) receitas operacionais	(47)	1.144	7.413	8.557
Resultado operacional	(5.811)	(2.396)	349.408	246.982
Receitas financeiras	278	-	42.660	13.231
Despesas financeiras	(7.939)	(863)	(417.488)	(311.009)
Resultado financeiro	(7.661)	(863)	(374.953)	(298.017)
Equivalência patrimonial	8.487	31.608	-	-
Resultado antes dos impostos	(6.985)	27.261	(25.585)	(51.693)
IR e CS: Corrente	-	-	(30.176)	(16.643)
Diferido	-	-	48.776	95.597
	-	-	18.600	78.954
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.985)	27.261	(6.985)	27.261

Demonstrações do resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.985)	27.261	(6.985)	27.261
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - Ajustes de conversão	131.575	33.611	131.575	33.611
Perdas e ganhos líquidos de benefício definido (líquido de impostos)	(4.161)	(2.152)	(4.161)	(2.152)
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa (líquido de impostos)	(322.382)	(55.727)	(322.382)	(55.727)
Resultados abrangentes totais	(201.953)	2.993	(201.953)	2.993

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.985)	27.261	(6.985)	27.261
Ajustes para: Depreciação e amortização	5.701	4.016	145.137	175.966
Juros de arrendamento	677	764	33.543	32.721
Provisões para contingências	-	-	31.842	28.926
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.480	(3.285)
Provisão para perdas e obsolescência dos estoques	-	-	4.053	(3.799)
Impostos diferidos	-	-	(48.776)	(95.597)
Resultado de derivativos	-	-	(279.991)	(57.139)
Juros e variação cambial de empréstimos	93	16	542.255	246.717
Juros de impostos	-	-	4.497	2.967
Resultado na venda de ativos	-	-	925	(16.512)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.487)	(31.608)	-	-
	(7.001)	448	431.980	337.326
Variações em: Contas a receber	-	-	(48.378)	68.707
Estoques	-	-	(49.509)	71.634
Fornecedores	574	620	109.448	(140.140)
Impostos a recuperar	(73)	(219)	(58.421)	53.519
Outros créditos	(2.758)	(714)	11.655	(3.316)
Impostos e contribuições a pagar	232	(2.365)	(13.572)	(2.589)
Impostos a recuperar	(52)	(1)	66.840	(79.207)
Outros passivos	-	-	(24.009)	(7.428)
Juros pagos por empréstimos	(245)	(232)	(232.165)	(155.127)
Caixa (utilizado na) gerado operacionais	(9.323)	(2.230)	270.623	218.882
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.328)	(3.925)	(223.654)	(175.027)
Aquisição de participação societária	(1.000)	-	(1.000)	-
Recebimento por venda de ativo imobilizado e investimento	-	-	5.201	3.452
Empréstimos e adiantamentos realizados a partes relacionadas	(6.899)	(202.222)	(17.214)	(5.256)
Fluxo de caixa (utilizado na) proveniente das atividades de investimento	(11.227)	(206.147)	(236.667)	(176.831)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	880	358.283	1.819.518
Recebimentos (pagamentos) de derivativos	-	-	(2.103)	7.048
Pagamentos de arrendamento mercantil	(6.631)	(2.523)	(77.890)	(57.843)
Empréstimos e adiantamentos de caixas tomados de partes relacionadas	14.856	222.377	-	-
Pagamentos de empréstimos	-	-	(85.242)	(1.666.394)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	8.225	220.734	193.048	102.329
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(12.325)	12.357	227.004	144.380
Demonstrativo de mudanças de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	12.445	88	382.252	239.515
Ajustes de conversão	-	-	14.783	(1.643)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	120	12.445	624.039	382.252
	(12.325)	12.357	227.004	144.380

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.985)	27.261	(6.985)	27.261
Ajustes para: Depreciação e amortização	5.701	4.016	145.137	175.966
Juros de arrendamento	677	764	33.543	32.721
Provisões para contingências	-	-	31.842	28.926
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros	-	-	1.480	(3.285)
Provisão para perdas e obsolescência dos estoques	-	-	4.053	(3.799)
Impostos diferidos	-	-	(48.776)	(95.597)
Resultado de derivativos	-	-	(279.991)	(57.139)
Juros e variação cambial de empréstimos	93	16	542.255	246.717
Juros de impostos	-	-	4.497	2.967
Resultado na venda de ativos	-	-	925	(16.512)
Resultado de equivalência patrimonial	(8.487)	(31.608)	-	-
	(7.001)	448	431.980	337.326
Variações em: Contas a receber	-	-	(48.378)	68.707
Estoques	-	-	(49.509)	71.634
Fornecedores	574	620	109.448	(140.140)
Impostos a recuperar	(73)	(219)	(58.421)	53.519
Outros créditos	(2.758)	(714)	11.655	(3.316)
Impostos e contribuições a pagar	232	(2.365)	(13.572)	(2.589)
Impostos a recuperar	(52)	(1)	66.840	(79.207)
Outros passivos	-	-	(24.009)	(7.428)
Juros pagos por empréstimos	(245)	(232)	(232.165)	(155.127)
Caixa (utilizado na) gerado operacionais	(9.323)	(2.230)	270.623	218.882
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.328)	(3.925)	(223.654)	(175.027)
Aquisição de participação societária	(1.000)	-	(1.000)	-
Recebimento por venda de ativo imobilizado e investimento	-	-	5.201	3.452
Empréstimos e adiantamentos realizados a partes relacionadas	(6.899)	(202.222)	(17.214)	(5.256)
Fluxo de caixa (utilizado na) proveniente das atividades de investimento	(11.227)	(206.147)	(236.667)	(176.831)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	880	358.283	1.819.518
Recebimentos (pagamentos) de derivativos	-	-	(2.103)	7.048
Pagamentos de arrendamento mercantil	(6.631)	(2.523)	(77.890)	(57.843)
Empréstimos e adiantamentos de caixas tomados de partes relacionadas	14.856	222.377	-	-
Pagamentos de empréstimos	-	-	(85.242)	(1.666.394)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	8.225	220.734	193.048	102.329
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(12.325)	12.357	227.004	144.380
Demonstrativo de mudanças de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	12.445	88	382.252	239.515
Ajustes de conversão	-	-	14.783	(1.643)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	120	12.445	624.039	382.252
	(12.325)	12.357	227.004	144.380

Demonstrações dos resultados abrangentes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 529 12 a 18 de junho de 2021

Importados

Audi RS e-tron GT em pré-venda

O 100% elétrico Audi RS e-tron GT já está no Brasil para experiência com clientes e em pré-venda em todas as concessionárias e-tron por R$ 949.990 na modalidade venda direta e marca uma nova era na história das quatro argolas. O esportivo totalmente elétrico conta com mais de 1,4 milhão de combinações e pode ser personalizado também pelo site da Audi do Brasil pelo link: https://www.audi.com.br/br/web/pt.html

Além do Audi RS e-tron GT, o Audi e-tron S Sportback pode ser encomendado em condição especial de pré-venda a partir de R$ 779.990 na modalidade venda direta. O modelo acelera de 0-100 km/h em apenas 4,5 segundos e a velocidade máxima é de 210 km/h. A bateria de alta tensão tem uma capacidade de energia de 95 kWh. A autonomia é de 380 km no ciclo WLTP e é o primeiro veículo elétrico com três motores da marca.

O Audi RS e-tron GT oferece desempenho dinâmico e altamente esportivo. O modelo RS precisa somente de 3,3 segundos para acelerar de zero a 100 km/h. A velocidade máxima é de 250 km/h. O motor elétrico no eixo dianteiro também libera 175 kW, enquanto o motor na traseira libera 335 kW. A potência total é 440 kW e o torque total é 830 Nm. No modo boost, a potência aumenta brevemente para 475 kW.

O RS e-tron GT normalmente roda com tração elétrica nas quatro rodas – somente o modo "efficiency" do Audi drive select prioriza tração dianteira. No caso de uma superfície escorregadia da via, exigências de alta potência ou curvas rápidas, o motor elétrico para a tração traseira também é ativado e por volta de cinco vezes mais rápido do que uma tração mecânica quattro.

O som esportivo e-tron compreende duas unidades de controle e amplificadores no compartimento de bagagem. Eles geram um som separando exterior e interior, que sai através de dois alto-falantes cada, fora e dentro do veículo.

Os dois princípios clássicos de um gran turismo são esportividade e conforto. O projeto do Audi RS e-tron GT adota esta ideia e acrescenta uma nova perspectiva a ela: a sustentabilidade. No exterior, a grade Singleframe, que possui esquema invertido de cores, possui o emblema Audi na frente, uma indicação clara da tração elétrica. Enquanto a principal finalidade da Singleframe em modelos com motor a combustão é resfriar o motor, no RS e-tron GT ela oculta a maioria dos sensores. Somente a parte inferior tem aberturas para passagem de ar.

O desenho lateral, com linhas bem marcadas, nasce no capô alongado e passa no para-brisa plano, até mergulhar na linha de teto rapidamente inclinada em direção à traseira. As colunas C, suavemente inclinadas na área traseira, fluem elegantemente nos ombros musculosos da carroceria. A tecnologia quattro é destacada nos arcos das rodas. A tração quattro é ainda mais enfatizada pela combinação de um baixo centro de gravidade na principal seção da carroceria e a forte cintura no meio do veículo.

As luzes na traseira estão conectadas por uma faixa plana de luz. Um difusor visualmente dá ao RS e-tron GT um inconfundível visual dentro do portfólio de produtos da Audi. O aerofólio corre em paralelo à faixa de luz e arredonda o visual esportivo.

O Audi RS e-tron GT tem as dimensões de um gran turismo clássico: com distância entre eixos de 2,90 metros, ele mede 4,99m de comprimento, 1,96 m de largura e somente 1,41 m de altura. O compartimento de bagagem fornece um volume de 366 litros no RS e-tron GT. Um segundo compartimento de bagagem abaixo do capô dianteiro oferece mais 85 litros de espaço.

O modelo representa o próximo estágio da Audi: ele tem as proporções ideais. Em outras palavras: uma longa distância entre eixos, grandes rodas e silhueta plana. Sua linguagem passa a ser o ponto de partida para os futuros modelos elétricos da Audi.

Trabalho em equipe na aerodinâmica

Aerodinâmica é uma característica importante do projeto como um todo. O Audi RS e-tron GT, com seu coeficiente de arrasto de 0,24, parece ter sido moldado pelo vento – e de fato foi. Ele foi desenvolvido em estreita colaboração entre os projetistas e os engenheiros de aerodinâmica. As entradas de ar na seção inferior da frente desempenham um papel fundamental. As cortinas de ar verticais no exterior direcionam o ar nos arcos das rodas do veículo de forma que ele flua perto da roda e então ao longo da lateral.

O segundo fator mais importante no conceito de aerodinâmica ativa é o aerofólio traseiro, que se estende eletricamente em duas posições diferentes, dependendo da situação da condução.

Os faróis e as lanternas são elementos característicos do projeto exterior do RS e-tron GT e destacam ainda mais suas características. As assinaturas das luzes de LED na frente e na traseira apresentam uma modelação pronunciada tridimensional e enfatizam seu visual. As luzes de condução diurna fornecem uma assinatura impactante das luzes, junto com o característico friso azul do farol a laser. A faixa de luz na lanterna se estende em toda a traseira do veículo, mudando dinamicamente de uma linha no centro em direção à parte externa, o que faz o RS e-tron GT parecer ainda mais potente.

O interior do RS e-tron GT mostra a definitiva sensação de gran turismo destacando esportividade, conforto e extensão em igual medida. O foco mais forte do interior é no motorista, inspirado pela ideia de "monoposto", uma característica dos modelos esportivos da Audi e do RS e-tron GT em particular. O painel central é ligeiramente inclinado em direção ao motorista. O display do Audi virtual cockpit plus parece flutuar, enquanto o MMI touch é cercado por um acabamento black piano que fica acima do painel de instrumentos.

O motorista e o passageiro dianteiro se sentem em posição esportiva baixa, separados por um amplo console central. O seletor compacto para as marchas está localizado no console do túnel central. O desenho enxuto enfatiza o sentido leve de espaço e fornece uma experiência de controle altamente precisa. Os bancos traseiros oferecem espaço suficiente mesmo para adultos. A alta qualidade e processamento intransigente dos materiais reflete a atenção aos detalhes com que a Audi desenvolve e constrói seus veículos.

Os bancos são revestidos com uma combinação de couro artificial e material Kaskade ou com uma mistura de couro artificial e material de microfibra Dinamica. Materiais reciclados são usados nos dois casos, como fibras de poliéster que foram feitas de garrafas plásticas usadas, têxteis ou fibras residuais. O material de microfibra Dinamica é similar ao Alcantara, enquanto o Kaskade, cujo projeto de costura é baseado no visual da Singleframe, é criado a partir de fibras naturais como lã.

Bateria e gestão térmica

O sistema de bateria de íons de lítio do RS e-tron GT está localizado entre os eixos, no ponto mais baixo do veículo. Isto fornece um baixo centro de gravidade, apropriado para um veículo esportivo e uma distribuição de peso entre os eixos dianteiro e traseiro que fica muito próximo do valor ideal de 50:50.

A bateria de alta voltagem pode armazenar 93 kWh de energia nos dois modelos. Ela integra 33 módulos, cada um deles compreendendo 12 células com revestimento externo flexível. As conexões, fusíveis e a principal unidade de controle estão localizados embaixo do console central. A voltagem de 800 Volts do sistema permite alta potência contínua e abrevia o tempo de recarga. Além disso, reduz o peso e espaço necessário para a fiação.

A estrutura interna da bateria que contém os módulos, a estrutura em volta dela e as placas da tampa são feitas de alumínio. O sistema da bateria contribui significativamente para a rigidez e segurança em impactos da carroceria na qual ela está fixada com 28 parafusos. Embaixo deste espaço das células existe uma estrutura composta de seções planas através das quais os fluxos do líquido de arrefecimento circulam em seu próprio circuito de baixa temperatura. A temperatura ideal da bateria fica entre 30 e 35 graus Celsius.

As entradas de recarga do gran turismo estão localizadas atrás das rodas dianteiras. Os dois lados apresentam conexões para corrente alternada (AC) e também existe uma conexão para corrente direta (DC) do lado direito. O e-tron GT pode carregar com 11 kW AC como padrão, o que permite que ele recarregue uma bateria por completo durante a noite. Em um terminal DC com potência adequada, o gran turismo elétrico atinge um pico de capacidade de carga de até 270 kW. Isto permite que ele recarregue até 100 km em pouco mais de cinco minutos. A carga até 80% demora menos de 22,5 minutos em condições ideais.

A Audi compôs um som único para o RS e-tron GT. O som esportivo e-tron compreende duas unidades de controle e amplificadores no compartimento de bagagem. Eles geram um som separando exterior e interior, que sai através de dois alto-falantes, fora e dentro do veículo. Dados sobre a velocidade rotacional dos motores elétricos, carga, velocidade do veículo e outros parâmetros servem como base para o som digital, um som sintético que oferece uma impressão autêntica do trabalho executado pelo sistema de tração.

O motorista pode modular o som via Audi drive select. No perfil efficiency, somente o AVAS (Sistema Acústico de Alerta do Veículo) fica ativo, o que já gera um som mais amplo para reconhecimento de um veículo elétrico. O som exterior é mais completo e tem melhor qualidade no modo comfort. O perfil dynamic torna o som ainda mais potente e o som interior é adicionado.

Nacionais

Chegou o jovem atleta da família Tiggo

O novo SUV da Caoa Chery chegou para complementar o portfólio da marca. O Tiggo 3x Turbo estreia no mercado nacional com uma nova proposta de dirigibilidade, design e tecnologia para o segmento de utilitários esportivos compactos. Ele já está disponível na Rede de Concessionárias de todo o País. O preço de lançamento é de R$ 94.990 na versão Plus e de R$ 99.990 na versão Pro.

Considerado o "jovem atleta" da família Tiggo graças ao visual vibrante e robusto, o novo produto ficará posicionado entre o Tiggo 2 e o Tiggo 5x, reforçando a linha de SUVs da marca que conquista, a cada mês, mais participação na categoria de veículos que mais cresce no País.

O Tiggo 3x Turbo será comercializado em duas versões: Plus e Pro e possui como diferenciais o design atual e atrativo, que traz grades exclusivas para cada versão; extensa lista de itens de série, que contempla equipamentos únicos no segmento e normalmente presentes apenas em veículos premium como assistente de descida (HDC), chave presencial por aproximação, comando de climatização à distância (CCD) e controle de estabilidade de última geração; além de um conjunto de powertrain inédito no portfólio da Caoa Chery composto por motor 1.0 Turbo Flex e câmbio CVT de 9 velocidades simuladas que proporcionam ao veículo uma dirigibilidade agradável, confortável e ágil devido ao ótimo torque.

O motor 1.0 Turbo Flex desenvolvido pela Caoa Chery para o mercado brasileiro, associado ao câmbio CVT de 9 velocidades, traz uma dirigibilidade focada 100% na experiência do consumidor, que pode sentir o ótimo torque do motor assim que o acelerador é acionado. O Tiggo 3x Turbo tem um dos maiores torques da categoria: 17.1 kgfm com etanol e 16.8 kgfm a gasolina, já a 2.000rpm, que posicionam o modelo acima, inclusive, de motores de maior cilindrada. A potência máxima é de 102 cv a 5.000 rpm.

Por estar disponível em uma ampla gama de rotação (1.750 a 4.000rpm) esse torque torna a condução do Tiggo 3x Turbo extremamente agradável, pelas respostas mais rápidas. Isso, aliado ao câmbio CVT de 9 velocidades, que elimina a sensação de troca de marchas e proporciona uma condução suave. Esse conjunto equilibrado também recebeu um novo sistema de isolamento que resulta em um veículo com baixo nível de ruído e menores níveis de vibração, que tornam o conforto acústico excepcional.

O Tiggo 3x Turbo tem no design um dos seus grandes atrativos. Esse visual foi composto por elementos inspirados nos movimentos do Kung Fu chinês, caracterizado pela força e pelo vigor ao mesmo tempo que entrega linhas suaves e harmônicas.

A face frontal do Tiggo 3x Turbo é um exemplo disso. A grade imponente, que ganhou desenhos exclusivos para cada versão, traz movimento e profundidade ao design,

tanto no desenho tipo "matrix", da versão Plus, quanto no Diamond, da versão Pro. A personalidade forte da dianteira do veículo é composta ainda por luzes DRL superiores e faróis e luzes repetidoras no para-choque.

Nas laterais as linhas fluidas são integradas com as caixas de roda pintadas na cor do veículo. A versão Pro conta ainda com a inscrição "Tiggo" no detalhe do vidro lateral traseiro e com moldura cromada na linha de cintura dos vidros. Já na traseira, a barra de ligação das lanternas em preto brilhante agrega sofisticação ao visual. As rodas, com desenhos exclusivos para cada versão, foram desenvolvidas especialmente para o mercado brasileiro e compõem o desenho do veículo agregando ainda mais personalidade ao Tiggo 3x Turbo.

Interior moderno e confortável

No interior, o Tiggo 3x Turbo tem visual integrado e moderno, com toques de requinte graças aos detalhes cromados, em black piano e na cor prata. O acabamento é premium e conversa com os itens tecnológicos do veículo como o multimídia de 9" colorido e sensível ao toque, compatível com Apple Car Play e Android Auto. A versão PRO traz ainda cluster digital em tela LCD de 7" colorida, enquanto a versão PLUS possui um painel combinado com computador de bordo em tela digital de 3.5".

Medindo 4.200 mm de comprimento, 1.760 mm de largura, 1.570 mm de altura e com distância entre eixos de 2.555 mm, o Tiggo 3x Turbo é espaçoso e confortável. O porta malas tem capacidade para 420 litros. Os bancos são ergonômicos e possui ajuste de altura para o motorista. O revestimento é combinado de tecido e acabamento premium na versão Plus, e com revestimento 100% premium na versão Pro. Na traseira, eles também são rebatíveis e bipartido (60/40). O volante é multifuncional, tem ajuste de altura e design esportivo com base reta e revestimento premium com costura aparente.

O Tiggo 3x Turbo possui ainda ar condicionado eletrônico, com visualização das configurações na central multimídia, travamento elétrico das portas, vidros elétricos com descida contínua e abertura pela chave, ajuste de altura dos faróis que tem funções "follow me" e "car find" e entrada USB. Há ainda sensor de estacionamento traseiro nas duas versões e câmera traseira com guias para manobras na versão topo de linha Pro.

O Tiggo 3x Turbo é um dos SUVs compactos mais completos da categoria. O modelo tem como diferencial a presença de itens de tecnologia únicos no segmento como o Comando de Climatização à Distância (CCD) e a chave presencial com abertura e fechamento das portas por aproximação, ambos presentes da versão PRO. Outro item inédito na categoria é o assistente de descida, de série desde a versão de entrada, que garante mais segurança e viabiliza manobras precisas em baixa velocidade em descidas íngremes.

Além disso, o Tiggo 3x Turbo possui direção elétrica, assistente de partida em rampa e alerta de frenagem de emergência nas duas versões. A topo de linha conta ainda com acendimento automático dos faróis, botão de partida, luz de boas-vindas nas portas dianteiras e faróis (alto e baixo) em LED.

A segurança é outro ponto alto do novo SUV da CAOA CHERY. Fabricado em chapas de aço de altíssima resistência, o veículo também possui controle de tração e estabilidade de última geração, freio à disco nas quatro rodas com ABS, distribuição eletrônica de frenagem (EBD) e assistente de frenagem (BAS). O Tiggo 3x Turbo também é equipado nas duas versões com air bag duplo, indicador individual de pressão e temperatura de cada pneu e Isofix.

O Tiggo 3x Turbo está disponível nas cores sólidas branco e preto; metálicas vermelho, cinza e prata; e branco perolizado. A garantia é de cinco anos para motor e câmbio e de três anos para o veículo completo.

Truck

Novo DAF XF com motor mais potente

Um dos principais diferenciais do Novo DAF XF é o seu novo motor PACCAR MX-13, de 12,9 litros. O propulsor foi totalmente remodelado para o novo modelo, agregando tecnologias de ponta e acoplado a uma nova transmissão, a ZF TraXon, que contribui para um consumo de combustível até 14% menor em relação à sua versão anterior.

O novo PACCAR MX-13 foi projetado para trabalhar em rotações menores (circula a cerca de 900 rpm) e mínimo atrito dos seus componentes internos, resultando em maior potência, melhor eficiência e mínimo ruído. O bloco e o cabeçote são fundidos em Ferro Fundido Vermicular, garantindo menor peso e maior durabilidade.

Devido ao elevado torque disponível em baixas rotações, é proporcionado trocas de marchas mais eficientes, reduzindo o consumo de combustível. Outro atributo do novo motor é a capacidade de frenagem através de seu Freio Motor PACCAR MX, de padrão mundial. Agora, o freio motor PACCAR MX conta com 3 estágios, iniciando a frenagem em rotações mais baixas e atingindo 490 cv em 2.100 rpm.

O PACCAR MX-13 está disponível em duas versões, sendo a de 480 cv (até 2.500 Nm a partir de 900 rpm) e a de 530 cv (até 2.600 Nm a partir de 1.000 rpm). O propulsor também recebeu um novo pacote de melhorias nos anéis dos pistões, que contribuem para diminuir os atritos internos. Além disso, conta com turbocompressor de geometria variável, novo sistema de injeção que permite alcançar maior eficiência; compressor de ar-condicionado inteligente, bomba de direção, e bomba de óleo variável de alta eficiência.

O novo PACCAR MX-13 permite combinações de trem de força diferentes, utilizando relações de eixo traseiro mais longas, movendo cargas mais pesadas com maior produtividade e menor consumo de combustível.

O conjunto mecânico também recebeu um módulo de arrefecimento para atender as condições brasileiras, que contribui para a economia de combustível. As melhorias no motor PACCAR MX-13 somam-se à transmissão ZF TraXon automatizada de 12 velocidades, com novo desenho, melhoria nas relações e melhorias no tempo de trocas, gerando maior eficiência.

Expediente

autojornal
o dia a dia motorizado

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

CGN Brasil Energia e Participações S.A.

CNPJ Nº 31.973.393/0001-43

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *Em milhares de reais*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	8.304	11.283	457.819	318.138
Contas a receber de clientes	9	-	-	128.875	175.029
Provisões	15	-	-	12.440	19.032
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	16.124	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	10	1.864	-	-	-
Dividendos a receber	10	19.580	20.433	-	-
Despesas antecipadas		-	-	5.663	4.080
Tributos e contribuições a compensar		185	184	7.567	9.306
Adiantamentos a fornecedores		297	700	8.830	5.259
Outras contas a receber		-	-	2.486	-
Total do Ativo Circulante		**30.230**	**48.724**	**621.194**	**533.330**
Ativo Não Circulante					
Aplicações financeiras vinculadas	11	-	-	137.157	135.677
Contas a receber de partes relacionadas	10	86.858	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	111	2.769
Depósitos judiciais		-	-	2.621	2.552
Investimentos	12	5.035.472	5.097.443	-	10
Imobilizado	13	40	-	5642092	5769081
Ativo de direito de uso		-	11.063	13.576	-
Intangível	14	143	-	2293785	2355808
Total do Ativo Não Circulante		**5.122.513**	**5.097.443**	**8.086.789**	**8.279.483**
Total do Ativo		**5.152.743**	**5.146.167**	**8.707.983**	**8.812.813**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Passivo Circulante					
Fornecedores		140	2.312	20.118	34.892
Provisões	15	-	-	77.245	37.069
Financiamentos	16	-	-	186.140	285.811
Debêntures a pagar	16	-	-	24093	14.748
Obrigações sociais e trabalhistas		2.231	63	7.840	7.787
Dividendos a pagar	10	1.340	15.364	3.515	17.634
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	297	674
Adiantamento de clientes		-	-	1.284	1.283
Obrigações fiscais		709	14	28.185	29.631
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	6.763	6.646
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	-	2.926
Total do Passivo Circulante		**4.420**	**17.753**	**355.476**	**439.101**
Passivo Não Circulante					
Provisões	15	-	-	76.256	18.712
Financiamentos	16	-	-	2315633	2406230
Contas a pagar de partes relacionadas	10	-	-	43.400	-
Debêntures a pagar	16	-	-	132.811	147.273
Dividendos a pagar	10	15.364	-	17.265	-
Provisão para contingências	15	-	-	7	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	384.563	384.660
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	11.064	13.450
Total do Passivo Não Circulante		**15.364**	-	**2.980.999**	**2.970.333**
Capital social		5070086	5070086	5070086	5070086
Reserva legal		3.517	3.285	3.517	3.285
Reserva de lucros		50356	46093	50356	46093
Participação dos acionistas controladores		**5.132.959**	**5.128.414**	**5.132.959**	**5.126.414**
Participação dos acionistas não controladores		-	-	238.549	238.965
Total do Patrimônio Líquido	**17**	**5.132.959**	**5.128.414**	**5.371.508**	**5.403.379**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.152.743**	**5.146.167**	**8.707.983**	**8.812.813**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida de venda de energia	18	-	-	828.089	446.828
Custo da geração de energia	19	-	-	(459.185)	(159.344)
Lucro bruto		-	-	**368.904**	**287.484**
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(3.776)	(5.515)	(41.040)	(54.678)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	4.948	-	(17.628)	(15.644)
Resultado antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos		**1.172**	**(5.515)**	**310.236**	**217.162**
Despesas financeiras	20	(69)	(20.597)	(272.402)	(153.158)
Receitas financeiras	20	218	2.015	12.102	12.453
Despesas financeiras líquidas		**(441)**	**(18.582)**	**(260.300)**	**(140.705)**
Equivalência patrimonial	**12.2**	**5.320**	**88.789**	-	-
Resultado antes dos impostos		**6.051**	**64.692**	**49.936**	**76.457**
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(167)	-	(33.048)	(14.898)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(1.843)	12.682
Lucro líquido do exercício		**5.885**	**64.692**	**15.045**	**74.241**
Resultado atribuído aos:					
Acionistas controladores		5.885	64.692	5.885	64.692
Acionistas não controladores		-	-	9.160	9.549
Lucro líquido do exercício		**5.885**	**64.692**	**15.045**	**74.241**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	5.885	64.692	15.045	74.241
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	5.885	64.692	15.045	74.241
Resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores	5.885	64.692	5.885	64.692
Acionistas não controladores	-	-	9.160	9.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total controladora	Acionistas não controladores	Total consolidado
		1	-	-	-	1	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)		5.079.085	-	-	-	5.079.085	267.686	5.346.771
Integralização de capital		-	-	-	-	-	9.549	74.241
Lucro líquido do exercício		-	3.235	-	64.692	64.692	-	-
Constituição da reserva		-	-	-	(3.235)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(15.364)	(15.364)	(2.270)	(17.634)
Retenção de lucros		-	-	46.093	(46.093)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**5.079.086**	**3.235**	**46.093**	-	**5.128.414**	**274.965**	**5.403.379**
Redução de capital		-	-	-	-	-	(43.400)	(43.400)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.885	5.885	9.160	15.045
Constituição da reserva	17.b	-	282	-	(282)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17.c	-	-	-	(1.340)	(1.340)	(2.176)	(3.516)
Retenção de lucros	17.d	-	-	4.263	(4.263)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**5.079.086**	**3.517**	**50.356**	-	**5.132.959**	**238.549**	**5.371.508**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício		**5.885**	**64.692**	**15.045**	**74.241**
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	12.3	(5.320)	(88.789)	-	-
Provisão para contingências		-	-	-	3
Provisão para ressarcimento	15	-	-	106.851	-
Depreciação imobilizado	13.III	3	-	210.565	107.497
Amortização do intangível	14	-	-	66.924	36.766
Baixa de imobilizado		-	-	-	18.387
Amortização de custos de transação		-	-	6.235	(3.360)
Juros e variações monetárias	16.1	-	-	217.797	102.495
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	167	-	33.048	14.898
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	1.843	(12.682)
		735	**(24.097)**	**658.308**	**338.245**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	46.154	(46.936)
Adiantamento a fornecedores		403	-	(3.571)	-
Tributos e contribuições a compensar		(1)	-	1.739	-
Depósito judicial		-	-	(69)	-
Passivo de arrendamento		-	-	(2.773)	-
Despesas antecipadas		-	(700)	1.075	(5.259)
Contas a receber de partes relacionadas		86.858	(184)	-	12
Fornecedores		(2.172)	-	(14.774)	(66)
Contas a pagar à partes relacionadas		-	-	-	13.933
Obrigações fiscais		525	2.312	(8.591)	(92.930)
Adiantamentos de clientes		-	14	1	(19.962)
Outras contas a pagar		2.168	62	(1)	(631)
Dividendos a receber		19.580	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	(3.023)	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**108.099**	**(22.593)**	**674.475**	**186.406**
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(27.629)	(12.641)
Fluxo de caixa líquido (utilizado) proveniente das atividades operacionais		**108.099**	**(22.593)**	**646.846**	**173.765**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aplicação em ativos financeiros		-	(2.620000)	-	(5026643)
Caixa e aplicações financeiras adquiridos na aquisição de controladas		-	-	-	281.864
Integralização de capital		-	5.079.085	-	5.346.771
Redução de capital		303.742	-	-	-
Dividendos recebidos		858	-	-	-
Aumento de capital em investidas		(342.890)	(2.409.086)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(16.124)	-	-
Aquisição de imobilizado	13.II	(43)	-	(83.329)	-
Baixa de imobilizado		-	-	2.276	-
Aquisição de intangível		(143)	-	(4.851)	(353.017)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizadas) atividades de investimento		**(38.481)**	**33.875**	**(85.904)**	**246.975**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Pagamento de principal sobre financiamentos	12.1	-	-	(272.862)	(32.342)
Pagamento de juros sobre financiamentos	12.1	-	-	(146.999)	(99.669)
Recebimento de partes relacionadas		(72.597)	-	-	-
Captação de financiamentos	12.1	-	-	450	165.085
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(1.480)	(135.677)
Dividendos pagos		-	-	(370)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		**(72.597)**	-	**(421.261)**	**(102.603)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(2.979)**	**11.282**	**139.681**	**318.137**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**11.283**	-	**318.138**	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**8.304**	**11.283**	**457.819**	**318.138**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional: A CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("CGNBE" ou "Companhia"), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR. As demonstrações financeiras da Entidade abrangem a Entidade e suas subsidárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'), o Grupo é uma empresa de capital fechado constituída em 11 de agosto de 2018 e tem como objeto social a exploração de atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono possibilitada pela entrada em operação de projetos desenvolvidos pela Companhia, suas subsidárias ou participantes, na forma do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto e legislação subsequente, e ainda a participação em outras Companhias com objeto social compatível. A Companhia está focada no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos e solares. Atualmente os projetos da empresa, nos Ambientes de Contratação Regulada (ACR) e Contratação Livre (ACL), somam 1.092 Megawatts de potência vendida, com presença nos estados do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Bahia e Piauí. Em 18 de outubro de 2019 a Companhia participou e foi a vencedora do Leilão de Energia A-6 (30º Leilão de Energia Nova), realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Desta forma a Companhia irá expandir o potencial do Complexo Eólico Lagoa do Barro, e fará a implantação de novos empreendimentos nos municípios de Tanque Novo e Caetité, na Bahia. Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto e desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, o qual não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos com Banco BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobra de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 8. **2 Relação de entidades controladas:** As companhias controladas diretamente pelo Grupo:

	Percentual de participação 2020	2019
Atlantic Energias Renováveis S.A.	100,00%	100,00%
SHLTR II Participações S.A.	90,00%	90,00%

As controladas da CGNBE foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos, o que viabilizou os empreendimentos dos parques eólicos listados abaixo:

Empresa	Potência [MW]	Fonte	Leilão	Modelo Aero/Painel	Outorga	Início Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Eurus II	30	Eólica	LER 2010	V100-2MW-HH80m	256	15/04/2011	14/04/2046	15,2	15,2	15,2
Renascença V	30	Eólica	LER 2010	V100-2MW-HH95m	254	15/04/2011	14/04/2046	15	15	15
Ventos da Andorinha	30	Eólica	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	498	11/09/2012	10/09/2047	15,9	17,9	17,9
Ventos de Campo Formoso I	30	Eólica	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	497	11/09/2012	10/09/2047	15,5	16,9	16,9
Ventos de Campo Formoso II	30	Eólica	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	493	09/09/2012	08/09/2047	15,5	17,8	17,8
Ventos de Morrinhos	30	Eólica	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	499	11/09/2012	10/09/2047	15	17,2	17,1
Ventos de Sertão	30	Eólica	A-5 2011	G97-2MW-HH78m	500	11/09/2012	10/09/2047	12,7	14,8	14,8
Ventos de Guarás I	30	Eólica	A-5 2013	G97-2MW-HH78m	254	04/06/2014	03/06/2049	15,5	15,8	15,7
Santa Vitória do Palmar I	21	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	361	22/07/2014	21/07/2049	9,7	10,1	10,1
Santa Vitória do Palmar II	27	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	357	22/07/2014	21/07/2049	12,3	13,3	13,2
Santa Vitória do Palmar III	9	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	380	29/07/2014	28/07/2049	4,3	4,5	4,5
Santa Vitória do Palmar IV	15	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	326	11/07/2014	10/07/2049	6,9	7,5	7,5
Santa Vitória do Palmar V	15	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	334	14/07/2014	13/07/2049	6	7,5	7,4
Santa Vitória do Palmar VI	18	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	335	14/07/2014	13/07/2049	7,9	9	8,9
Santa Vitória do Palmar VII	15	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	344	17/07/2014	16/07/2049	5,8	7,3	7,3
Santa Vitória do Palmar VIII	15	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	343	17/07/2014	16/07/2049	6	7,5	7,5
Santa Vitória do Palmar IX	9	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	362	22/07/2014	21/07/2049	3,4	4,5	4,4
Santa Vitória do Palmar X	9	Eólica	A-5 2013	AW3000-3MW-HH120m	360	22/07/2014	21/07/2049	3,3	4,4	4,4
Santa Vitória do Palmar XI	24	Eólica	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	18	05/02/2015	04/02/2050	9,6	11,8	11,8
Santa Vitória do Palmar XII	30	Eólica	A-3 2014	AW3000-3MW-HH120m	6	14/01/2015	13/01/2050	10,8	14,8	14,6
Lagoa do Barro I	27	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	309	02/07/2015	01/07/2050	14,2	15,5	15,5
Lagoa do Barro II	27	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	310	02/07/2015	01/07/2050	11,3	15	15
Lagoa do Barro III	27	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	311	02/07/2015	01/07/2050	13,5	15,3	15,3
Lagoa do Barro IV	27	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	312	02/07/2015	01/07/2050	12,9	15,1	15,1
Lagoa do Barro V	24	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	313	02/07/2015	01/07/2050	10,3	13,2	13,2
Lagoa do Barro VI	27	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	02/07/2015	01/07/2050	11,9	14,8	14,8
Lagoa do Barro VII	27	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	315	02/07/2015	01/07/2050	13,8	14,3	14,3
Lagoa do Barro VIII	9	Eólica	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	316	02/07/2015	01/07/2050	4,5	5,1	5,1
Lagoa do Barro IX	30	Eólica	A-6 2019	n/a	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	n/a	11,3
Lagoa do Barro X	29,4	Eólica	A-6 2019	n/a	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	n/a	13,2
Tanque Novo I	21,2	Eólica	A-6 2019	n/a	183	20/04/2020	24/04/2055	14,2	15,5	15,5
Tanque Novo II	15,9	Eólica	A-6 2019	n/a	192	24/04/2020	24/04/2055	11,3	15,0	15,0
Tanque Novo III	12,6	Eólica	A-6 2019	n/a	194	24/04/2020	24/04/2055	13,5	15,3	15,3
Tanque Novo IV	29,4	Eólica	A-6 2019	n/a	193	24/04/2020	24/04/2055	12,9	15,1	15,1
Tanque Novo V	29,4	Eólica	A-6 2019	n/a	195	24/04/2020	24/04/2055	10,3	13,2	13,2
Tanque Novo VI	29,4	Eólica	A-6 2019	n/a	191	24/04/2020	24/04/2055	11,9	14,8	14,8
Tanque Novo VII	21,2	Eólica	A-6 2019	n/a	196	24/04/2020	24/04/2055	13,8	14,3	14,3
Cristalândia I Eólica S.A.	30	Eólica	LFA 2015	VESTAS V110 2.0 MW	441	15/09/2015	16/09/2050	14,10	-	14,10
Cristalândia II Eólica S.A.	60	Eólica	LER 2015	VESTAS V110 2.0 MW	493/494	29/10/2015	29/10/2050	28,20	-	28,20
Bom Jesus Da Lapa Solar S.A.	60	Solar	LER 2015	JKM320PP-72-V	242/243	29/06/2017	26/06/2047	16,80	-	16,80
Nova Lapa Solar S.A.	60	Solar	LER 2015	JKM320PP-72-V	28/29	01/03/2016	28/02/2051	17,40	-	17,40
Nova Olinda B Solar S.A.	60	Solar	LER 2015	JKM320PP-72-V	52/53	02/03/2016	01/03/2051	17,60	-	17,60
Nova Olinda C Solar S.A.	60	Solar	LER 2015	JKM320PP-72-V	54/55	02/03/2016	01/03/2051	17,60	-	17,60
Nova Olinda Norte Solar S.A.	60	Solar	LER 2015	JKM320PP-72-V	50/51	02/03/2016	01/03/2051	17,60	-	17,60
Nova Olinda Sul Solar S.A.	30	Solar	LER 2015	JKM320PP-72-V	32	01/03/2016	28/02/2051	8,80	-	8,80

a. Aquisição de controladas: Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações, cuja transação foi concluída em 31 de outubro de 2019, em que a Enel Green Power Brasil Participações adquiriu 100% das ações das seguintes Companhias para a controlada SHLTR II Participações S.A.:

- Nova Olinda B Solar S/A
- Nova Olinda C Solar S/A
- Nova Olinda Norte Solar S/A
- Nova Olinda Sul Solar S/A
- Nova Solar S/A
- Bom Jesus da Lapa Solar S/A
- Cristalândia I Eólica S/A
- Cristalândia II Eólica S/A
- Parque Eólico Cristalândia Ltda.

Em 31 julho de 2019 a Companhia firmou contrato de compra e venda de ações em que a Actis Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, alienou100% das ações da Atlantic Energias Renováveis S.A. e suas subsidiárias. Nos sete e cinco meses findos em 31 de dezembro de 2019, as controladas adquiridas contribuíram com uma receita líquida de R$ 446.828 e lucro de R$ 148.006 de demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019, a Administração estima que a receita consolidada seria de R$ 860.286 e o lucro líquido consolidado seria de R$ 252.442. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de alocação, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

b. Contraprestação transferida: A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas, foi no valor de R$ 2.690.507 para a aquisição das controladas da investida SHLTR II Participações S.A. e R$ 2.620.000 para aquisição da investida Atlantic Energias Renováveis S.A., totalizando um montante de R$ 5.310.507.

c. Ágio: O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Em milhares de Reais	2019
Contraprestação transferida	5.310.507
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(4.650.538)
Ágio	**659.969**

d. Ativos identificáveis adquiridos e passivos mantidos

Em milhares de Reais	2019
Patrimônio líquido	3.882.976
Intangíveis	**1.781.138**
Autorização e licenças operação ANEEL - Atlantic (a)	1.026.000
Autorização e licenças operação ANEEL - Shltr II (b)	216.983
Contratos de venda de energia (c)	458.147
Menos-valia de ativos fixos	(538.157)
Passivo fiscal diferido (d)	(395.411)
Total dos ativos identificáveis, líquido	**4.652.507**

(a) Valor correspondente às licenças para operação de 5 parques eólicos por um período médio total de 35 anos (vida útil remanescente média de 31 anos), em localizações predeterminadas da controlada Atlantic. (b)Corresponde às autorizações concedidas pela ANEEL, órgão regulador nacional, necessárias para a operação de geração de energia solar e eólica da controlada Shltr II. (c)Tal intangível é composto pelos contratos de venda de energia em ambientes regulados (ACR) e livre (ACL), com prazos médios de fornecimento de 18 anos. (d) Valor proveniente de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre a remensuração de valor justo dos ativos adquiridos na combinação de negócios. A tabela a seguir resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Saldo Consolidado (Atlantic)	Ajustes (Atlantic)	Saldo Consolidado (Shltr)	Ajustes (Shltr)	Custo total de aquisição ajustado
Caixa e equivalentes de caixa	29.631	-	145.717	-	175.348
Aplicações financeiras vinculadas	106.516	-	-	-	106.516
Contas a receber de clientes	52.573	-	94.552	-	147.125
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	26.693	-	26.693
Tributos e contribuições a compensar	8.522	-	796	-	9.318
Outras contas a receber	2.470	-	7.680	-	10.150
Depósitos judiciais	115	-	2.371	-	2.486
Imobilizado	3.601.610	-	2.749.332	(538.157)	5.812.785
Intangível	19.173	1.026.000	22.974	675.139	1.743.277
Ágio (goodwill)	-	577.594	-	82.375	659.969
Fornecedores	(147.871)	-	(7.246)	-	(155.117)
Financiamentos	(2.267.657)	-	(448.145)	-	(2.715.802)
Taxas regulatórias	-	-	(328)	-	(328)
Provisão para contingências	-	-	(5)	-	(5)
Provisão para desmantelamento	-	-	(7.325)	-	(7.325)
Débitos com partes relacionadas	-	-	(22.910)	-	(22.910)
Tributos e contribuições sociais	(35.514)	-	(7.150)	-	(42.664)
Outras contas a pagar	(1.282)	-	(39.276)	-	(40.558)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.040)	(348.840)	-	(46.571)	(398.451)
Custo de aquisição em 2019	1.365.246	1.254.754	2.517.710	172.777	5.310.507
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras adquiridos	-	-	-	-	281.864
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa e equivalentes de caixa da controlada					**5.028.643**

e. Mensuração de valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos intangíveis adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Imobilizado: Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição de preciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica
Autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):	Técnica empregada a abordagem de renda, com base na metodologia *With or Without* (WoW). O método consiste em avaliar dois cenários, o primeiro cenário com base no fluxo de caixa considerando a existência da autorização e um segundo cenários onde os fluxos de caixa iniciam somente após a obtenção da autorização, que determina do período. A diferença entre os dois cenários resulta a estimativa de valor justo
Contratos de venda de energia:	Técnica empregada a abordagem de renda, com base na metodologia *Multi-Period Excess Earnings Method* (MPEEM). O método MPEEM parte do pressuposto que o valor justo deum ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser liquida da contribuição de outros ativos, incluindo ativos fixos.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das estimativas contábeis definidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas na nota explicativa 7. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14 de maio de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais relativas ao conhecimento sobre os montantes envolvidos e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - Imobilizado (*Impairment* ativo imobilizado: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- **Nota explicativa 14** - Intangível (teste de redução ao valor recuperável: de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- **Nota explicativa 15** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos);

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

7 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação *-(i) Combinações de negócios*: combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação utilizada é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimoniais, entidade da aquisição e custos de emissão de instrumentos de patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas: Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o dire

...Continuação

depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendatário transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente no valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental como empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e faz certos ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso e um passivo de arrendamento na data de arrendamento, to, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com duração inferior a 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos, instalações e máquinas e equipamentos valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por conseqüência, o direito de uso relacionado a esses contratos.

i. Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo em questão. O efeito do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. ***Reservas:*** Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas no contrato entre as partes.

j. Benefícios a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Capital social: As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

l. Instrumentos financeiros - *Reconhecimento e mensuração inicial:*O contas a receber de clientes e os títulos e dívidas emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecido no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos fi nanceiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento - **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

- **Passivos financeiros**: O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Valor recuperável de ativos ("*impairment*")

(i) Ativos não financeiros: O Grupo e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;

- Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais;

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;

- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento financeiro; ou

- Dados observáveis indicando que houve um declínio na remuneração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto para um nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências histórias da data prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente sejam maiores ou menores que aquelas sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

n. Mudanças nas políticas contábeis: Não houve mudanças nas políticas contábeis em relação aos exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo e suas controladas não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Concessões de alugueel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)
- Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)
- Concessões de alugueel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (alterações ao CPC 00)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	5.258	-	7.485	30.972
Aplicações financeiras	3.046	11.283	450.334	287.166
	8.304	**11.283**	**457.819**	**318.138**

Comprendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatados no prazo de até 90 dias da data de contratação em geral. Em 31 de dezembro de 2020 os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira da controladora e suas controladas referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, Banco BTG Pactual, Banco Bradesco e Banco do Nordeste - BNB, em montante majoritário, acrescido pela variação do CDI e Fundo de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação foi entre 80% e 95% do CDI ao ano em 2020 e 2019. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatadas a qualquer tempo.

9 Contas a receber de clientes (consolidado)

	Consolidado	
	2020	2019
Contas a receber	128.875	175.029
	128.875	**175.029**

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com montante de contas a receber de clientes do Grupo, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas estimadas.

10 Partes relacionadas

O Grupo possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	Controladora	
Ativo circulante	**2020**	**2019**
SHLTR II Participações S.A (a)	566	-
Atlantic Energias Renováveis S.A (a)	1.298	-
SHLTR II Participações S.A (c)	19.580	20.433
Dividendos a receber	**21.444**	**20.433**
Ativo não circulante		
SHLTR II Participações S.A (b)	86.858	-
Dividendos e contas a receber	**86.858**	**-**
Passivo circulante		
CGN Energy UK One Limited (c)	1.206	13.828
CGN Energy UK Two Limited (c)	134	1.536
Dividendos a pagar	**1.340**	**15.364**
Passivo não circulante		
CGN Energy UK One Limited (c)	13.828	-
CGN Energy UK Two Limited (c)	1.536	-
Dividendos a pagar	**15.364**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (c)Dividendos a receber/pagar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	Controladas	
Passivo circulante	**2020**	**2019**
CGN Energy UK ONE Limited (c)	134	13.828
CGN Energy UK TWO Limited (c)	3.381	3.806
Dividendos a pagar e contas a pagar	**3.515**	**17.634**
Passivo não circulante		
CGN Energy UK TWO Limited (a)	43.400	-
CGN Energy UK ONE Limited (b)	13.828	-
CGN Energy UK TWO Limited (b)	3.437	-
Dividendos a pagar e contas a pagar	**60.665**	**-**

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

(a) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (b)Dividendos a receber/pagar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Remuneração do pessoal chave da Administração - Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

11 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos de aplicações vinculadas de R$ 137.157(135.677 em 31 de dezembro de 2019) referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) e Conta Reserva Especial com restrição de movimento para atendimento ao covenants conforme definido no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste - BNB. Os BRDE e BNB (nota explicativa 16) são instituições que possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco Santander, Banco Itaú e Banco BNB o saldo remanescente de caixa e equivalentes de caixa encontram-se no BNDES, BRDE e BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e referenciados pelo Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

12 Investimentos (controladora)

12.1 Informações das empresas controladas

	2020				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Atlantic Energias Renováveis S.A.	4.028.142	2.362.295	1.665.847	443.285	(54.723)
SHLTR II Participações S.A.	3.115.874	730.380	2.385.495	384.804	91.602
	2019				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Atlantic Energias Renováveis S.A.	3.874.926	2.497.246	1.377.680	490.963(*)	(108.543) (*)
SHLTR II Participações S.A.	3.336.784	587.135	2.749.649	230.786	96.589

Valores referentes ao acumulado de 12 meses da investida. Desde a aquisição em 31 de julho de 2019 a investida acumulou receitas no montante de R$ 362.042 e lucro no montante de R$ 12.434. (*) Desde a aquisição em 31 de maio de 2019 a investida acumulou receitas no montante de R$ 230.786 e lucro no montante de R$ 65.589.

12.2 Saldos e movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos nas controladas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

		Equivalência patrimonial			
	Participação	2019	Aumento de capital	Resultado investidas	Amortização demais	Dividendos	2020
SHLTR II Participações S.A	90%	2.474.684	(390.688)	82.441	-	(19.580)	2.146.945
Atlantic Energias Renováveis S.A	100%	1.377.680	342.890	(54.723)	-	-	1.665.847
Mais valia (valor justo) ativos e passivos assumidos		667.485	-	-	(22.399)	-	645.086
Ágio na aquisição de controladas		577.594	-	-	-	-	577.594
		5.097.443	**(47.798)**	**27.718**	**(22.399)**	**(19.580)**	**5.035.472**

	Participação	2018 (Não auditado)	Aquisição	Patrimônio líquido adquirido
SHLTR II Participações S.A	90%	-	-	-
Atlantic Energias Renováveis S.A	100%	-	1.365.246	-
Mais valia (valor justo) ativos assumidos		-	-	-
Ágio na aquisição de controladas		-	577.594	-
		-	1.365.246	-

13 Imobilizado (Consolidado)

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	Movimentação em 2020				
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Móveis e utensílios	4%	550	(107)	443	463
Veículos	20%	947	(42)	905	947
Equipamentos de informática	20%	6.124	(2.324)	3.800	3.186
Edifícios, obras civis e benfeitorias	2%	670.417	(61.118)	609.298	629.577
Peças de Manutenção	0%	3.496	-	3.496	627
Sistema de geração	4%	5.873.124	(656.987)	5.216.000	5.398.554
Sistemas de transmissão e conexão	4%	287.488	(52.772)	234.716	260.327
Imobilizado em andamento	0%	77.498	-	77.498	-
Menos valia(*)	4%	(538.157)	34.093	(504.064)	(525.600)
		6.381.487	**(739.257)**	**5.642.092**	**5.769.081**

(*) O saldo de menos valia refere-se ao sistema de geração.

(ii) Movimentação do custo

	Movimentação em 2020			
	Saldo em2019	Adições	Baixas	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	709	90	(249)	550
Veículos	947	-	-	947
Equipamentos de informática	4.573	1.551	-	6.124
Edifícios, obras civis e benfeitorias	670.417	-	-	670.417
Peças de Manutenção	683	2.813	-	3.496
Sistema de geração	5.873.100	24	-	5.873.124
Sistemas de transmissão e conexão	287.488	-	-	287.488
Imobilizado em andamento	-	77.498	-	77.498
Menos valia	(538.157)	(29.692)	-	(538.157)
	6.299.760	**81.976**	**(249)**	**6.381.487**

(iii) Movimentação da depreciação

	Movimentação em 2020			
	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Móveis e utensílios	(245)	(3)	141	-	(107)
Veículos	-	(42)	-	-	(42)
Equipamentos de informática	(1.508)	(818)	-	-	(2.326)
Edifícios, obras civis e benfeitorias	(40.717)	(20.401)	-	-	(61.118)
Sistema de geração	(472.197)	(184.790)	-	-	(656.987)
Sistemas de transmissão e conexão	(27.079)	(25.692)	-	-	(52.771)
Menos valia	12.557	21.536	-	-	34.093
	(529.188)	**(210.210)**	**141**	**-**	**(739.258)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (imobilizado) - O Grupo anualmente avalia a recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC's Complexo Eólico e Solar, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, que serão gerados pelo uso contínuo das UGCs para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. Para os fluxos de caixa foram considerados os valores passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações do Grupo. A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que, por sua vez, considerou premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

	Taxa de desconto ao ano	Taxa de perpetuidade ao ano	Taxa de crescimento estimada para o EBITDA
Atlantic Energias Renováveis SA. (consolidado)	9,30%	2,06%	3,41%
SHLTR II Participações S.A. (consolidado)	10,75%	2,06%	3,41%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- **Receitas:** projetadas para 2021 patamares de preços, e para 2022 a 2027 considerando crescimento médio 4,42%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor elétrico no momento da projeção.

- **Custos e despesas:** projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGCs.

Taxa de desconto: elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão foi registrada para 2021 mantendo o valor contábil anteriormente contabilizado. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGCs operam, com uma taxa de juros de mercado de 7,42% ao ano.

14 Intangível

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos (CVM nº. 01/07).

	Consolidado	
	2020	2019
Direito de uso da concessão	22.549	22.549
Autorização Aneel (a)	205.901	212.900
Contratos de venda de energia (a)	417.846	443.307
Projetos eólicos (b)	10.602	5.751
Licenças de operação (a)	977.403	1.011.341
Ágio de rentabilidade futura (c)	659.969	659.969
	2.293.745	**2.355.818**

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	Movimentação em 2020				
	Saldo em 2019	Adições	Amortização	Transferências	Saldo em 2020
Direito de uso da concessão	22.549	-	-	(125)	22.424
Autorização Aneel (a)	212.900	-	(6.999)	-	205.901
Contratos de venda de energia (a)	443.307	-	(25.461)	-	417.846
Licenças de operação (a)	1.011.342	-	(33.939)	-	977.403
Projetos eólicos (b)	5.751	4.851	-	-	10.602
Ágio de rentabilidade futura (c)	659.969	-	-	-	659.969
	2.355.818	**4.851**	**(66.399)**	**(125)**	**2.293.745**

(a) A descrição sobre a natureza e detalhes de utilização está detalhada na nota explicativa 2 (iii). (b)Refere-se, substancialmente, ao custo de aquisição de projeto desenvolvido por terceiros para a implantação do parque eólico. O projeto adquirido abrangeu gastos com estudos das áreas, estudos de ventos e de aerogeradores a serem instalados nos parques eólicos, serviços de topografia, sondagens e geologia.

15 Provisões

(i) Provisão rescaracimento: A provisão para rescaracimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para suportar a energia assumida no contrato. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia do Grupo. Rescaracimento anual a CCEE, o registro de rescaracimento acumulado de energia inferior ao montante de garantia contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Rescaracimento Quadrienal a CCEE, o registro de rescaracimento ocorre devido a geração de energia inferior ao regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características: (i)Contrato puro é o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) A contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) A CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Atuação de 90%	Rescaracimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Rescaracimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do rescaracimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o rescaracimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 meses conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.037	-
Constituição	124.847	-
Desconto	(17.997)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**124.887**	**-**

	2020	2019
Ativo		
Provisão para rescaracimento curto prazo	12.440	19.032
	12.440	**19.032**
Passivo		
Provisão para rescaracimento curto prazo	77.245	37.069
Provisão parasrescaracimento longo prazo	60.082	2.538
	137.327	**39.607**

(ii) Provisão para desmantelamento

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), finalidades de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função do exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal ou contratual para se manter as bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo do Grupo. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, o Grupo pretende prorrogar estes prazos mediante aditivos, que foi capitalizado como parte do valor do ativo imobilizado, ajustado a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados no longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 16.174 (R$ 16.173 em 31 de dezembro de 2019).

(iii) Provisão para contingências (consolidado): A controlada Atlantic Energias Renováveis S/A é parte (polo passivo) em processo administrativo perante a Secretaria da Fazenda do Estado do Paiuí e Rio Grande do Sul - Sefaz/RS, decorrente do cuno tributário em operações, envolvendo questões tributárias. De acordo com os advogados que assessoram o Grupo e suas controladas, a perda provável no final do processo avaliados como "possível", totalizam respectivamente o montante de R$ 2.558.

Grupo	Risco	Valor
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	Possível	978
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	Possível	287
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	Possível	32
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	Possível	97
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	Possível	85
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	Possível	313
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	Possível	26
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	Possível	740
		2.558

16 Financiamentos e debêntures a pagar (consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexadores anuais de juros	Vencimento final	2020	2019
Eurus II Energias Renováveis S/A.	BNDES (a)	TLP + 2,02%	16/12/2030	59,207	65,230
Renascença V Energias Renováveis S/A.	BNDES (b)	TLP + 2,02%	16/12/2030	93,950	99,939
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (c)	TLP + 2,48%	15/02/2032	47,554	50,283
Andorinha Energias Renováveis S/A.	BNDES (d)	TLP + 4,15%	15/02/2032	19,967	20,988
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (e)	TLP + 2,48%	15/04/2032	47,604	50,270
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A.	BNDES (f)	TLP + 4,15%	15/04/2032	20,786	21,795
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (g)	TLP + 2,48%	15/08/2032	47,432	50,117
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A.	BNDES (h)	TLP + 4,15%	15/08/2032	20,684	21,729
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (i)	TLP + 2,48%	15/08/2032	46,277	48,897
Morrinhos Energias Renováveis S/A.	BNDES (j)	TLP + 4,15%	15/08/2032	20,168	21,124
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (k)	TLP + 2,48%	15/04/2032	40,396	42,658
Sertão Energias Renováveis S/A.	BNDES (l)	TLP + 4,15%	15/04/2032	17,634	18,494
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (m)	TLP + 2,48%	15/10/2032	54,763	57,643
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A.	BNDES (n)	TLP + 4,15%	15/10/2032	23,628	24,773
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A.	Debêntures (o)	IPCA + 7,0062%	15/12/2027	R$240	997,943
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A.	BNB (p)	R$14% (taxa fixa)	28/04/2037	98,538	96,303
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (q)	R$14% (taxa fixa)	28/04/2037	32,594	31,738
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (r)	R$14% (taxa fixa)	28/04/2037	99,202	96,956
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A.	BNB (s)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33,153	31,903
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (t)	R$14% (taxa fixa)	28/04/2037	105,579	98,141
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A.	BNB (u)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33,539	32,294
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (v)	R$14% (taxa fixa)	28/04/2037	R$2091	99,643
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A.	BNB (w)	IPCA + 2,40%	15/07/2037	33,84	32,696
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (x)	R$14% (taxa fixa)	28/04/2037	R$597	87,554
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A.	BNB (y)	IPCA + 2,40%	15/07/2037	29,893	28,703
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (z)	R$14% (taxa fixa)	28/04/2037	R$580	88,328
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A.	BNB (aa)	IPCA + 2,40%	15/06/2037	33,405	32,146
Lagoa do Bar

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

2037. arantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (ee) A Controlada Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A: Em 12 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 10.760, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (ff) A Controlada Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S/A: em 26 de julho de 2018 foi assinado o Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples contendo 105.000 debentures ao valor de R$ 1,00 não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2031. Garantias: garantias reais e fidejussória adicional. (gg) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 41.345, (sem vencimento final para dezembro de 2033. (hh) A Controlada Santa Vitória do Palmar I Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 21.321, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (ii) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.440, com vencimento final para dezembro de 2033. (jj) A Controlada Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.105, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (kk) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 22.084, com vencimento final para outubro de 2033. (ll) A Controlada Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.645, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (mm) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.550, com vencimento final para dezembro de 2033. (nn) A Controlada Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.786, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (oo) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.813, com vencimento final para outubro de 2033. (pp) A Controlada Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.922, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (qq) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 39.377, com vencimento final para outubro de 2033. (rr) A Controlada Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 20.306, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (ss) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.288, com vencimento final para dezembro de 2033. (tt) A Controlada Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.651, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (uu) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 32.748, com vencimento final para outubro de 2033. (vv) A Controlada Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 16.888, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (ww) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 19.163, com vencimento final para dezembro de 2033. (xx) A Controlada Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.882, com vencimento final para dezembro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (yy) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 18.835, com vencimento final para outubro de 2033. (zz) A Controlada Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 9.713, com vencimento final para outubro de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (aaa) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 56.439, com vencimento final para junho de 2033. (bbb) A Controlada Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 29.106, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (ccc) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 20 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (credor) no valor de R$ 65.298, com vencimento final para junho de 2033. (ddd) A Controlada Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A: Em 07 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco Regional de Desenvolvimento Econômico - BRDE (credor) no valor de R$ 33.675, com vencimento final para junho de 2033. Garantias: alienação fiduciária da totalidade das ações detidas pelos acionistas da Emissora e dos equipamentos utilizados no Projeto e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (eee) A Controlada Atlantic Energias Renováveis S/A: em 26 de setembro de 2019 foi assinado Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais contendo 80 notas comerciais ao valor de R$ 2.000.000,00, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento final para setembro de 2020. Garantias: aval da CGN Brasil Energia e Participações S.A e cessão fiduciária sobre conta bancária vinculada de titularidade da Emissora. (fff) A Controlada Bom Jesus da Lapa Solar S/A: Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 95.790, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (ggg) A Controlada Nova Lapa Solar S/A: Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 96.735, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (hhh) A Controlada Nova Olinda B Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (iii) A Controlada Nova Olinda C Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (jjj) A Controlada Nova Olinda Norte Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (kkk) A Controlada Nova Olinda Sul Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 53.270, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

O Grupo mantem sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	Controladora	Consolidado
2021	-	210.239
2022 a 2024	-	397.432
2025 a 2027	-	518.371
2028 a 2030	-	575.460
2031 a 2033	-	578.107
2034 a 2036	-	346.139
2037 a 2039	-	32.935
Total	**-**	**2.658.683**

16.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado)

Em milhares de reais	Altos Aplicações financeiras vinculadas	Passivo	Patrimônio líquido Capital social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**135677**	**2.854.062**	**5.070.086**	**8.060.825**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aplicação em aplicações financeiras vinculadas	1.480	-	-	1.480
Recursos recebidos de financiamentos	-	450	-	450
Pagamento de juros	-	(146.999)	-	(146.999)
Pagamento de principal	-	(272.862)	-	(272.862)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**1.480**	**(419.411)**	**-**	**(417.931)**
Variações realizadas nos ajustes do resultado				
Despesas com juros	-	217.797	-	217.797
Custos de captação amortizados	-	6.235	-	6.235
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**-**	**224.032**	**-**	**224.032**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**137.157**	**2.658.683**	**5.070.086**	**7.874.926**

16.2 Covenants (consolidado)

O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições e serem observadas, tais como constituição, sem a prévia autorização de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros detalhados a seguir. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

16.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Eurus II Energias Renováveis S/A): Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a controlada Eurus II Energias Renováveis S/A apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.2.2 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES (Renascença V Energias Renováveis S/A): Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a controlada Renascença V Energias Renováveis S/A apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNDES e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.2.3 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e Debêntures(Complexo Morrinhos Energias Renováveis S.A.): Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo apurou um índice anual igual ou superior de 1,20 conforme previsto em contrato junto ao BNDES bem como no Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas dos referidos contratos.

16.2.4 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB (Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A): Em 31 de dezembro de 2020 O Grupo apurou um índice anual igual ou superior de 1,30 conforme previsto em contrato junto ao BNB e atendeu todas as condições referentes as Cláusulas Restritivas do referido contrato.

16.2.5 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNDES e BRDE (Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.): O Grupo possui covenants financeiro, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20, contudo esse índice deverá ser apurado somente na conclusão física e financeira (completion) a qual está prevista para final de 2022, sendo assim em 31 de dezembro de 2020 e 2019 essa cláusula de covenants não era aplicável o Grupo.

16.2.6 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - Debêntures (Santa Vitória do Palmar Energias Renováveis S.A.): Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo apurou um índice anual inferior de 1,30. Conforme previsto no Reimbursement Agreement, tal resultado apenas impossibilita a solicitação do Completion do projeto.

16.3 Outras garantias

Companhia	Início de vigência	Final de vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
Eurus II Energias Renováveis S/A	04/09/2020	03/09/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	232
Renascença V Energias Renováveis S/A	01/10/2020	01/10/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	232
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	26/04/2019	26/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	34.167
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	25/04/2019	25/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	34.167
Complexo Morrinhos Energias Renováveis S/A	25/04/2019	25/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	34.167
Andorinha Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Andorinha Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	20.364
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Campo Formoso I Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	21.124
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Campo Formoso II Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	21.071
Morrinhos Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Morrinhos Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	20.558
Sertão Energias Renováveis S/A	21/08/2020	20/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	248
Sertão Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	17.925
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	06/03/2020	01/03/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	262
Ventos dos Guarás I Energias Renováveis S/A	17/07/2020	18/07/2022	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	24.143
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	31/07/2020	26/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	177
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	26.108
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	26.108
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.863
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.863
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.195
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.195
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	675
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	675
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	403
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	403
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	148
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	148
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.061
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.061
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.592
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.592
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.373
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.373
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	815
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	815
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	31/07/2020	26/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	177
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	24.977
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	24.977
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	5.130
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.130
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.250
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.250
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	660
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	660
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	359
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	359
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	75
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	75
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.300
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.300
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	2.104
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.104
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.455
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.455
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.349
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.349
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/08/2020	19/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	182
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	20.914
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	20.914
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	6.546
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.546
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.550
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.550
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	685
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	685
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	184
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	184
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	61
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	61
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.766
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	7.766
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.713
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.713
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.462
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.462
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	31/07/2020	26/07/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	158
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.154
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.292
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.292
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	14.377
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	14.377
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.094
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.094
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	11.035
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	11.035
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	595
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	595
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	9.605
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	9.605
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2018	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.279
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	28/11/2020	28/11/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	7.279
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	24/01/2019	24/01/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.797
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	24/01/2019	25/01/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.797
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	1.444
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	29/04/2019	29/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.444
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	3.077
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A	14/10/2019	14/10/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.077
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	24/08/2020	19/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	182
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	31/08/2017	31/08/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.923
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	12/12/2017	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	12/12/2020	12/12/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	5.954
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	12.377
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	13/04/2018	13/04/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.377
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Banco BTG	4.794
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	16/07/2018	16/07/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.794
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A	28/08/2018	28/08/2021	Garantia Financeira	Banco BTG	12.375
Lagoa do Barro V

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

Companhia	Início de vigência	Final de vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
Santa Vitória do Palmar II Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	17.690
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	10/11/2020	10/11/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	54
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	399
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.446
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	16
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	59
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.571
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.571
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	7.141
Santa Vitória do Palmar III Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	2.552
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	798
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.891
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	38
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	137
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	5.459
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	5.459
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	10.919
Santa Vitória do Palmar IV Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	7.023
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	701
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.538
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	23
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	83
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	7.052
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	7.052
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	14.104
Santa Vitória do Palmar V Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	1.324
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	18/12/2020	20/12/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	107
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.066
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.859
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	22
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	81
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	8.158
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	8.158
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	16.315
Santa Vitória do Palmar VI Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	1.800
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	04/05/2020	04/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	697
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	2.522
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	28
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	101
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.218
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	6.218
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	12.435
Santa Vitória do Palmar VII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	4.189
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	10/11/2020	10/11/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	89
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	889
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3.218
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	3
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	10
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	6.600
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	6.600
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	13.200
Santa Vitória do Palmar VIII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	2.309
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	04/05/2020	04/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	52
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	415
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.502
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	19
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	68
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.383
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.383
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.765
Santa Vitória do Palmar IX Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	3.717
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	23/01/2020	25/01/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	52
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	408
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.476
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	18
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	65
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	3.383
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	3.383
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	6.765
Santa Vitória do Palmar X Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	3.422
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	23/08/2020	27/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	187
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.251
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	25/09/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	4.530
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	11.066
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	11.066
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	22.132
Santa Vitória do Palmar XI Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	6.530
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	23/08/2020	27/08/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	233
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	30/11/2018	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	1.395
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	30/11/2020	30/11/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	5.049
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2018	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	52
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	28/12/2020	28/12/2022	Garantia Financeira	Itaú BBA	190
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco ABC Brasil	13.089
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Bradesco	13.089
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	22/04/2019	22/04/2021	Garantia Financeira	Itaú BBA	26.178
Santa Vitória do Palmar XII Energias Renováveis S/A	25/03/2020	30/03/2022	Garantia Financeira	Banco ABN	6.412
Cristalândia I Eólica S.A.	08/04/2020	17/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	158
Cristalândia II Eólica S.A.	08/04/2020	17/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	318
Bom Jesus da Lapa Solar S/A	02/01/2020	01/02/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	153
Bom Jesus da Lapa Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	70.375
Nova Lapa Solar S/A	05/02/2020	01/03/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	137
Nova Lapa Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	66.169
Nova Olinda B Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
Nova Olinda B Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	90.854
Nova Olinda C Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
Nova Olinda C Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87.143
Nova Olinda Norte Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
Nova Olinda Norte Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87.142
Nova Olinda Sul Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	68
Nova Olinda Sul Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	42.316
					2.065.302

As garantias referem-se: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES e BNB - Banco do Nordeste, formalizam através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R$ 5.079.086, representado por 5.079.086 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.*

Acionista	2020	2019
CGN Energy UK One Limited	4.571.178	4.571.178
CGN Energy UK Two Limited	507.908	507.908
	5.079.086	**5.079.086**

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	5.885	64.692
Constituição de reserva legal - 5%	282	3.235

c. Dividendos

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	5.885	64.692
Absorção do prejuízo	-	-
Lucro líquido ajustado	5.885	64.692
Apropriação à reserva legal (5%)	(282)	(3.235)
	5.603	**61.457**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.340)	(15.364)
Lucros retidos	4.263	46.093

d. Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

18 Receita líquida de venda de energia (consolidado)

	2020	2019
Receita bruta venda de energia	970.303	469.193
(-) Pesquisa e desenvolvimento P&D	(16)	-
(-) Reservas de Energia produção (1)	(106.850)	-
(-) Taxas regulatórias	-	(861)
(-) PIS / COFINS / ICMS	(35.348)	(21.504)
Receita líquida(2)	**828.089**	**446.828**

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior superior (déficit líquido) ao compromisso contratual, vide nota explicativa 15(i).

(2)A receita de 2019 foi consolidada de forma proporcional, considerando a data de aquisição do controle, mencionado na nota explicativa 2.a

19 Gastos por natureza(consolidado)

	2020	2019
Custo de geração de energia	(459.185)	(159.344)
Despesas gerais e administrativas	(41.040)	(54.678)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(17.628)	(15.644)
	(517.853)	**(229.666)**
Encargos de transmissão e conexão	(42.664)	(19.572)
Compra de energia	(41.829)	(4.221)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(51.623)	(4.239)
Despesa com pessoal	(14.880)	(9.827)
Serviços de terceiros	(28.345)	(10.808)
Depreciação e Amortização	(244.621)	(144.431)
Arrendamento	(7.990)	-
Manutenção	(49.211)	-
Aluguel	(2.600)	-
Materiais	(2.562)	-
Outras despesas administrativas	(10.839)	-
Viagens e estadias	(1.285)	-
Penalidade por insuficiência de lastro	(1.428)	-
Outros	(17.976)	(16.565)
	(517.853)	**(229.666)**

Os custos/ despesas de 2019 foi consolidada de forma proporcional, considerando a data de aquisição do controle, mencionado na nota explicativa 2.a

20 Resultado financeiro (consolidado)

	2020	2019
Despesa bancária	(2.434)	(19.540)
IOF	(215)	(22.289)
Juros de financiamentos	(217.985)	(102.495)
Juros e multa de mora	(893)	(1.412)
Amortização custos de capitação	(43.435)	(3.307)
Outras despesas financeiras	(154)	(4.115)
Despesa financeira	**(272.402)**	**(153.158)**
Descontos obtidos	91	105
Juros recebidos	111	63
Ganho com instrumentos financeiros	-	6.400
Receita de aplicação financeira	11.774	5.864
Outras receitas financeiras	126	22
Receita financeira	**12.102**	**12.453**
Resultado financeiro líquido	**(260.300)**	**(140.705)**

21 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

Pelo regime de lucro presumido (consolidado)

	2020	2019
Receita com venda de energia (*)	967.686	387.213
Outras receitas	13.560	9.658
Base de cálculo IRPJ 8% (**)	90.975	30.977
Base de cálculo CSLL 12% (**)	126.682	9.658
Lucro Presumido - Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	24.805	9.847
Lucro Presumido - Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses	8.076	5.050
Imposto de renda contribuição social correntes Presumido	**32.881**	**14.898**
Imposto de renda e contribuição social correntes Real	**167**	-
Total Imposto de renda e contribuição social correntes	**33.048**	-
Taxa efetiva	*14,90%*	*34,66%*
Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)	**1.843**	**(12.682)**

(*)A base de cálculo de imposto presumido difere do apresentado da Demonstração do Resultado, visto que se refere apenas às investidas do Grupo que possuem tributação pelo lucro presumido.

(**)A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões da energia gerada em dezembro de 2020 e faturada no mês subsequente.

(***)O saldo R$ 1.843 refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento de dezembro de 2020.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferido

	Consolidado			
	Base de cálculo		Saldo líquido no balanço	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social				
Mais valia SHLTR	623.746	656.198	212.074	233.107
Menos valia SHLTR	(504.073)	(525.600)	(171.385)	(178.704)
Mais valia CGN	977.402	1.011.706	332.317	343.980
Outros	13.991	(11.255)	11.557	(10.797)
	1.111.066	18.047	384.563	387.586

22 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor corrente. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, depósitos vinculados e fornecedores. Para financiamentos e encargos de dívidas, o valor justo se aproxima de seu valor contábil.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	7.485	39.972	7.485	39.972
Aplicações financeiras	450.334	278.166	450.334	278.166
Contas a receber de clientes	128.875	175.029	128.875	175.029
Não circulante				
Aplicações financeiras vinculadas	137.157	135.677	137.157	135.677
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	20.118	36.175	20.118	36.175
Financiamentos	186.146	285.811	186.146	285.811
Debêntures a pagar	24.093	14.748	24.093	14.748
Partes relacionadas	3.515	17.634	3.515	17.634
Não circulante				
Financiamentos	2.315.633	2.406.230	2.315.633	2.406.230
Debêntures a pagar	132.811	147.273	132.811	147.273
Partes relacionadas	17.265	17.265	17.265	-

c.Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo compreende:

	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo -preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7.485	7.485	-	-
Aplicações financeiras	450.334	450.334	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	137.157	137.157	-	-

	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo -preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	39.972	39.972	-	-
Aplicações financeiras	278.166	278.166	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	135.677	135.677	-	-

- **Caixa e equivalentes de caixa**: são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. "Aplicações financeiras" demonstram a exposição as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pela taxa obtida da curva de juros do ativo livre de mercado em reais.

- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo para os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado ativo - Preço cotado- Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontamente e regularmente disponibilizados por bolsas ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações de negócios.

Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2019 o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

23 Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. O plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de assegurar possíveis reparos operacionais em seu parque eólico.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, não em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo.

Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decretido do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	450.334	287.166
Aplicações financeiras vinculadas	137.157	135.677
Contas a receber de clientes	128.875	175.029

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora seus ativos e passivos financeiros (incluindo vencimentos)previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Fornecedores	20.118	36.175
Financiamentos	2.501.779	2.692.041
Debêntures a pagar	156.904	162.021
	2.658.683	**2.854.062**

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil de risco de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	450.334	287.166
Aplicações financeiras vinculadas	137.157	135.677
	587.491	**422.843**
Passivo		
Financiamentos	2.501.779	2.692.041
Debêntures a pagar	156.904	162.021
	2.658.683	**2.854.062**

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos do risco do CDI, da TILP e da IPCA, sendo o cenário possível um aumento redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Aplicações financeiras	587.491	Redução do CDI	12.118	8.078

(*)Conforme previsões de mercado futuro, as taxas indicadas de CDI consideradas foram de 2,75%.

Análise de sensibilidade para aplicações e passivos financeiros com taxa variável em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%(*)	50%(*)
Financiamento indexado TILP	1.127.789	Aumento da TILP (a)	64.143	76.972
Financiamento indexado IPCA (*)	240.770	Aumento do IPCA (b)	13.604	16.324
Debentures indexado IPCA	182.847	Aumento do IPCA (b)	10.331	12.397

(a)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de TILP considerados foram de 4,55%. (b)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de IPCA considerados foram de 4,52%

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da
CGN Brasil Energia e Participações S.A.
Curitiba-PR

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CGN Brasil Energia e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CGN Brasil Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo

SHLTR II Participações S.A.

CNPJ Nº 31.987.491/0001-30

Sociedade situada na Avenida Cândido de Abreu, 70, Centro Cívico, CEP 80530-000, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - *Em milhares de reais*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.559	1.095	171.322	241.578
Contas a receber de clientes	9	-	-	54.655	104.296
Provisões	15	-	-	12.440	19.032
Contas a receber de partes relacionadas	10	566	-	-	-
Tributos a compensar		92	89	606	1.119
Dividendos a receber	10	21.987	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	899	-
Adiantamentos a fornecedores		135	2	7.063	3.065
Outras contas a receber		-	2.176	-	3.632
Total do ativo circulante		**27.339**	**3.362**	**246.985**	**372.722**
Aplicações financeiras vinculadas	11	-	-	36.642	36.579
Despesas antecipadas		-	17	-	-
Depósitos judiciais		-	-	2.532	2.435
Total do realizável de longo prazo		**-**	**-**	**39.191**	**39.014**
Investimentos	12	2.563.725	2.785.114	-	-
Imobilizado	13	-	-	2.108.553	2.169.917
Intangível	14	-	-	728.146	761.131
Total do ativo não circulante		**2.563.725**	**2.785.114**	**2.829.699**	**2.929.048**
Total do ativo		**2.591.064**	**2.788.476**	**3.115.875**	**3.330.784**

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar		11	-	5.911	15.909
Provisões	15	-	-	30.917	13.808
Financiamentos	16	-	-	31.569	4.507
Salários a pagar		-	-	1.021	-
Provisão para férias e encargos sociais		-	-	2	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	16.124	-	16.124
Dividendos a pagar	10	21.755	22.703	21.755	22.703
Obrigações fiscais		1	-	4.246	5.987
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	2.522	3.721
Contas a pagar à partes relacionadas	10	566	-	566	-
Taxas regulatórias		-	-	-	397
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	282	287
Total do passivo circulante		**22.333**	**38.827**	**98.791**	**83.443**
Financiamentos	16	-	-	417.712	435.518
Provisões	15	-	-	28.681	16.173
Contas a pagar à partes relacionadas	10	182.335	-	130.258	-
Dividendos a pagar	10	1.900	-	1.900	-
Provisão para contigências		-	-	7	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	48.035	39.661
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	8.995	9.793
Outros		-	-	-	5.536
Total do passivo não circulante		**183.235**	**-**	**631.589**	**503.692**
Capital social		2.242.763	2.676.763	2.242.763	2.676.763
Reserva legal		9.359	4.779	9.359	5.644
Reserva de lucros		133.373	68.107	133.373	69.242
Total do patrimônio líquido	**17**	**2.385.495**	**2.749.649**	**2.385.495**	**2.749.649**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.591.064**	**2.788.476**	**3.115.875**	**3.336.784**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (*Em milhares de Reais*)

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita líquida de venda de energia	18	-	-	384.804	230.786
Custo da geração de energia	19	-	-	(217.666)	(82.153)
Lucro bruto		**-**	**-**	**167.138**	**148.633**
Despesas gerais e administrativas	19	(371)	(511)	(16.682)	(34.663)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	703	-	(563)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**332**	**(511)**	**149.893**	**113.970**
Despesas financeiras	20	(4)	(1.690)	(49.740)	(24.675)
Receitas financeiras	20	13	1.016	7.799	7.952
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		**9**	**(674)**	**(41.941)**	**(16.723)**
Equivalência patrimonial	**12**	**91.261**	**96.774**	**-**	**-**
Resultado antes dos impostos		**91.602**	**95.589**	**107.952**	**97.247**
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(15.289)	(9.639)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(1.061)	7.981
Lucro líquido do exercício		**91.602**	**95.589**	**91.602**	**95.589**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (*Em milhares de Reais*)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício	91.602	95.589	91.602	95.589
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	91.602	95.589	91.602	95.589

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (*Em milhares de Reais*)

	Notas	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Lucro líquido do exercício		**91.602**	**95.589**	**91.602**	**95.589**
Ajustes para:					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(91.261)	(96.774)	-	-
Depreciação		-	-	66.468	55.123
Amortização do intangível		-	-	32.985	19.659
Baixa de imobilizado		-	-	-	3.449
Juros e variações monetárias	16.1	-	-	37.995	22.315
Amortização de custo de transação		-	-	174	-
Provisão para ressarcimento	15	-	-	36.209	-
Provisão para perdas estimadas de créditos do contas a receber		-	-	-	626
Provisão para contingências		-	-	(1)	3
Provisão para desmantelamento		-	-	-	8.848
Encargos financeiros		-	-	(803)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	15.289	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	1.061	(7.981)
		341	**(1.185)**	**281.782**	**197.631**
Variações em:					
Contas a receber de clientes		-	-	49.641	(29.402)
Contas a receber de partes relacionadas		-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		(133)	(2)	(3.998)	(3.065)
Tributos e contribuições a compensar		(3)	(89)	513	(323)
Despesas antecipadas		-	-	(916)	-
Depósitos judiciais		-	-	(97)	(64)
Outros contas a receber		2.176	(2.176)	3.632	4.048
Fornecedores		11	-	(9.998)	-
Obrigações fiscais		1	2.167	(8.132)	2.558
Contas a pagar à partes relacionadas		-	-	-	-
Passivo de arrendamento mercantil		-	-	(803)	-
Outras contas a pagar		-	-	(1.913)	(3.499)
Juros pagos		-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	8.374	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		**2.393**	**(1.285)**	**318.085**	**168.337**
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(11.158)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**2.393**	**(1.285)**	**306.927**	**168.337**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aplicações em investimentos		312.650	-	-	-
Dividendos a receber		(21.987)	-	-	-
Pagamento pela aquisição de controlada		-	(2.690.507)	-	(2.544.794)
Caixa adquirido na aquisição de controladas		-	-	-	145.717
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(4.104)	(157.342)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		**290.663**	**(2.690.507)**	**(4.104)**	**(2.556.415)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Aplicações financeiras vinculadas		-	-	(63)	(36.579)
Pagamento de principal sobre empréstimos e financiamentos	16.1	-	-	(20.583)	(1.457)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	16.1	-	-	(12.330)	(27.247)
Recebimento de partes relacionadas		51.077	-	566	-
Custos de transação relacionados a financiamentos		-	-	-	(1.731)
Adiamento para futuro aumento de capital		(16.124)	16.124	(16.124)	19.907
Dividendos pagos		(20.804)	-	(20.804)	-
Redução de capital	17.a	(303.742)	2.676.762	(303.742)	2.676.762
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**(289.592)**	**2.692.886**	**(373.079)**	**2.629.655**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.464**	**1.094**	**(70.256)**	**241.577**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**1.095**	**1**	**241.578**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**4.559**	**1.095**	**171.322**	**241.578**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional:

A SHLTR II PARTICIPAÇÕES S.A. ("SHLTR" ou "Grupo), com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR. As demonstrações financeiras da Entidade abrangem a Entidade e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como 'Grupo'), o Grupo é uma empresa de capital fechado constituída em 11 de agosto de 2018, e tem como objeto social a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono possibilitada pela entrada em operação de projetos desenvolvidos pela Companhia, suas subsidiárias ou participantes, na forma do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto e legislação subsequente, e ainda a participação em outras companhias com objeto social compatível. A SHLTR iniciou suas operações em 2019, com a aquisição de suas controladas, conforme descrito na nota explicativa 2 (a). O Grupo está focada no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos e solares. Atualmente os projetos da Companhia, nos Ambientes de Contratação Regulada (ACR) e Contratação Livre (ACL), com presença nos estados da Bahia e Piauí. Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatado em Wuhan China. A Organização Mundial da Saúde declarou o COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional". Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o COVID-19 é uma emergência de saúde global, e em 11 de março de 2020 foi declarado como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. Os impactos futuros do Coronavírus nos mercados financeiros, na economia e em nossas operações são atualizados e monitorados diariamente. Contudo, a receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, e não foi alterado pela pandemia. Adicionalmente, os contratos BNB foram repactuados e houve prorrogação dos pagamentos de abril/2020 a dezembro/2020, essa foi uma medida oferecida pelos órgãos públicos, essa sobre de caixa foi aplicado conforme demonstrado na nota explicativa 8.

2 Relação de entidades controladas

As companhias controladas diretamente peloGrupo são:

	Percentual de participação 2020	2019
Nova Olinda B Solar S/A	100,00%	100,00%
Nova Olinda C Solar S/A	100,00%	100,00%
Nova Olinda Norte Solar S/A	100,00%	100,00%
Nova Olinda Sul Solar S/A	100,00%	100,00%
Nova Lapa Solar S/A	100,00%	100,00%
Bom Jesus da Lapa Solar S/A	100,00%	100,00%
Cristalândia I Eólica S/A	100,00%	100,00%
Cristalândia II Eólica S/A	100,00%	100,00%
Parque Eólico Cristalândia Ltda.	100,00%	100,00%

As controladas da SHLTR foram vencedoras dos Leilões promovidos pela ANEEL, com a autorização dos projetos, o que viabilizou os empreendimentos dos parques eólicos e solares listados abaixo:

Empresa	Potência [MW]	Fonte	Leilão
Nova Olinda B Solar S.A.	60	Solar	LER 2015
Nova Olinda C Solar S.A.	60	Solar	LER 2015
Nova Olinda Norte Solar S.A.	60	Solar	LER 2015
Nova Olinda Sul Solar S.A.	30	Solar	LER 2015
Bom Jesus Da Lapa Solar S.A.	60	Solar	LER 2015
Nova Lapa Solar S.A.	60	Solar	LER 2015
Cristalândia I Eólica S.A.	30	Eólica	LFA 2015
Cristalândia II Eólica S.A.	60	Eólica	LFA 2015

a. Aquisição de controladas

Em 16 de janeiro de 2019, foi firmado contrato de compra e venda de ações em que a Enel Green Power Brasil Participações vendeu 100% das ações das seguintes Companhias para a SHLTR II Participações S.A.:

Nova Olinda B Solar S/A
Nova Olinda C Solar S/A
Nova Olinda Norte Solar S/A
Nova Olinda Sul Solar S/A
Nova Lapa Solar S/A
Bom Jesus da Lapa Solar S/A
Cristalândia I Eólica S/A
Cristalândia II Eólica S/A
Parque Eólico Cristalândia Ltda.

A transação foi concluída em 31 de maio de 2019. Nos sete meses findos em 31 de dezembro de 2019, as controladas adquiridas contribuíram com uma receita líquida de R$ 230.786 e lucro de R$ 89.775 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019, a Administração estima que a receita consolidada seria de R$ 369.284 e o lucro líquido consolidado seria de R$ 131.464. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, originados na alocação provisioriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019.

(i) Contraprestação transferida

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas, foi no valor de R$ 2.690.507, pagos em uma única parcela na data de aquisição.

(ii) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Em milhares de reais	2019
Contraprestação transferida	2.690.507
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	2.608.132
Ágio	**82.375**

(iii)Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Preço de aquisição	2.690.507
(-) Patrimônio líquido contábil adquirido	(2.517.730)
Excedente a ser alocado	**(A) 172.777**
Ajuste a valor justo do imobilizado	**(538.157)**
Autorização Aneel (a)	216.983
Contratos de venda de energia (b)	458.147
Ajuste a valor justo (ativo intangível)	**675.130**
Valor justo líquido identificado	**(B) 136.973**
Alíquota de imposto de renda e contribuição social combinadas	**34%**
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferido sobre ajustes de valor justo identificados (c)	**(C) (46.571)**
Ágio (goodwill)	**(A) - (B) - (C) = 82.375**

(a) Corresponde às autorizações concedidas pela ANEEL, órgão regulador nacional, necessárias para a operação de geração de usinas solar e eólica.

(b) Tal intangível é composto pelos contratos de venda de energia em ambientes regulados (ACR) e livre (ACL), com prazos médios de aproximadamente 18 anos.

(c) Valor proveniente de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, constituídos sobre a mensuração ao valor justo dos ativos adquiridos na combinação de negócios. A movimentação do saldo durante o exercício de 2019 está apresentada a seguir:

Saldo inicial	(46.571)
Baixa pela depreciação da mais valia de ativos	5.814
Outras movimentações	1.096
	(39.661)

A tabela a seguir resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Saldo contábil Consolidado	Ajustes ao valor justo	Valores de aquisição ajustado
Caixa e equivalentes de caixa	145.717	-	145.717
Contas a receber de clientes	94.552	-	94.552
Contas a receber de partes relacionadas	26.693	-	26.693
Tributos e contribuições a compensar	796	-	796
Outras contas a receber	7.680	-	7.680
Depósitos judiciais	2.371	-	2.371
Imobilizado	2.749.332	(538.157)	2.211.175
Intangível	2.971	675.130	698.104
Ágio (*goodwill*)	-	82.375	82.375
Fornecedores	(7.246)	-	(7.246)
Financiamentos	(448.145)	-	(448.145)
Taxas regulatórias	(328)	-	(328)
Provisão para contingências	(5)	-	(5)
Provisão para desmantelamento	(7.325)	-	(7.325)
Débitos com partes relacionadas	(22.910)	-	(22.910)
Tributos e contribuições sociais	(7.150)	-	(7.150)
Outras contas a pagar	(39.276)	-	(39.276)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(46.571)	(46.571)
Custo de aquisição em 31 de maio de 2019	2.517.730	172.777	2.690.507
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(145.717)	-	(145.717)
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa e equivalentes de caixa da controlada		-	2.544.790

(iv) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	**Técnica de avaliação**
Imobilizado	Imobilizado Técnica de comparação de mercado e custo da de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens similares, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica
Intangível	Métodos de avaliação With or Without (WoW), o método se considera dois cenários de fluxo de caixa assim sendo a diferença entre os dois cenários resulta a estimativa de valor justo do ativo intangível e o método Multi Period Excess Earnings (MPEEM) que pressupõem que o valor justo de um ativo intangível é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para o bem analisado.

3 Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas estão descritas na nota explicativa 7. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 14de maio de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivospodem ser diferentesdaquelles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica do Grupo e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - Imobilizado (teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- **Nota explicativa 14** - Intangível (teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- **Nota explicativa 15** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

7 Resumo das principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas: Controladas são todas as entidades investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, ou ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido na entidade investida. As demonstrações financeiras consolidadas refletem as atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizadospelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora no investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos são realizados, mas somente na extensão de que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes de reconversão de resultados de operação de hedge de fluxos de caixa qualificado e efetivo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

c. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente: A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida é contabilizada e vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambientes registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, de modo que: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos por MWh durante o período do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento do cliente na seu preço, conforme o caso. A energia produzida por cada usina é vendida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

e. Imposto de renda e contribuição social ("Lucro Real"): O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição socialcorrentes e diferidossão reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente referente ao imposto a pagar sobre o lucro tributável no período, pela alíquota fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores fiscais correspondentes (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do regime especial de tributação vigentes.

f. Imposto de renda e contribuição social ("Lucro Presumido"): O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição socialcorrentes e diferidossão reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a combinações de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente referente ao imposto a pagar sobre o lucro tributável no período, pela alíquota fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores fiscais correspondentes (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referente às receitas financeiras são tributadas aplicando-se as alíquotas do regime especial de tributação vigentes.

g.Imobilizado: *(i) Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra diretos, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

(ii) Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados sejam controlados pela Companhia.

(iii) Depreciação: Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico regulado pela ANEEL das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pela manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura do negócio, os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados:

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Veículos	14%
Móveis e utensílios	6%
Ativo diferido de uso	3%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%
Maquinas e equipamentos	3%
Sistemas de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	3%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Arrendamentos: No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamento. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário: No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de imóveis, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fizendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a C

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

a. Mudança nas principais políticas contábeis: Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

· Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração CPC 06)

· Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato

· Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06)

· Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).

· Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).

· Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	5	-	373	29.252
Aplicações financeiras	4.554	1.095	170.949	212.326
	4.559	1.095	171.322	241.578

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possuem ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, com rentabilidade média entre 84,68% e 94,24% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, não apresentam risco de mudança de valor significativo no resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo.

9 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2020	2019
Contas a receber	54.655	104.296
	54.655	104.296

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2020 e com vencimento em janeiro de 2021. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes de Grupo, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas.

10 Partes relacionadas

O Grupo possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

10.1 Controladora

Ativo circulante	2020	2019
Bom Jesus da Lapa Solar S/A (a)	84	-
Bom Jesus da Lapa Solar S/A (b)	4.219	-
Cristalândia I Eólica S/A (a)	31	-
Cristalândia I Eólica S/A (c)	1.911	-
Cristalândia II Eólica S/A (a)	63	-
Cristalândia II Eólica S/A (c)	4.597	-
Nova Lapa Solar S/A (a)	83	-
Nova Lapa Solar S/A (c)	4.864	-
Nova Olinda B Solar S/A (a)	87	-
Nova Olinda C Solar S/A (a)	87	-
Nova Olinda C Solar S/A (c)	2.795	-
Nova Olinda Norte Solar S/A (a)	87	-
Nova Olinda Norte Solar S/A (c)	2.796	-
Nova Olinda Sul Solar S/A (a)	44	-
Nova Olinda Sul Solar S/A (c)	805	-
Dividendos e contas a receber	**22.552**	**-**
Passivo circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	566	-
CGN Energy UK TWO Limited (c)	2.175	2.270
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (c)	19.580	20.433
Dividendos a pagar e contas a pagar	**22.321**	**22.703**
Passivo não circulante		
Cristalândia II Eólica S/A (b)	51.077	-
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	86.858	-
CGN Energy UK TWO Limited (b)	43.400	-
CGN Energy UK TWO Limited (c)	1.900	-
Dividendos a pagar e contas a pagar	**183.235**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (c) Dividendos a receber/pagar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (d) Os saldos referem-se ao pagamento de redução de capital As transações entre partes relacionadas, são realizados conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber/ pagar de partes relacionadas, os valores são liquidados entre as partes durante o exercício, as transações que não são liquidadas dentro do exercício são classificadas no longo prazo. Essas operações, devido às suas características específicas não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Remuneração do pessoal chave da Administração: Durante anos de 2020 e 2019 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE - CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI - China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

10.2 Consolidado

	2020	2019
Dividendos circulante		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	566	-
CGN Energy UK TWO Limited (c)	2.175	2.270
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (c)	19.580	20.433
Dividendos a pagar e contas a pagar	**22.321**	**22.703**
Passivo não circulante		
Cristalândia II Eólica S/A (b)	51.077	-
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	86.858	-
CGN Energy UK TWO Limited (b)	43.400	-
CGN Energy UK TWO Limited (c)	1.900	-
Dividendos a pagar e contas a pagar	**183.235**	**-**

(a) Os saldos de partes relacionadas referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos referem-se ao acordo de cooperação financeira entre as empresas e a controladora direta. Sobre este saldo não incidem juros e atualizações, assim como também não existe um prazo de vencimento determinado. (c)Dividendos a receber/pagar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

11 Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)

	2020	2019
Aplicações financeiras vinculadas	36.642	36.579
	36.642	36.579

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se ao saldo de conta reserva do serviço da dívida com restrição de movimento, conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo com o Banco do Nordeste do Brasil (nota explicativa 16). A aplicação deve ser mantida até 4 de setembro de 2035.

12 Investimentos (controladora)

12.1 Informações das empresas controladas

		2020			
		Patrimônio			
	Ativo	Passivo	líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Cristalândia I Eólica S.A.	206.762	8.582	198.179	46.367	8.048
Cristalândia II Eólica S.A.	499.960	13.060	486.900	88.540	19.357
Nova Olinda B Solar S.A.	467.243	112.445	354.798	38.170	(1.316)
Nova Olinda C Solar S.A.	386.500	107.191	279.309	41.933	11.767
Nova Olinda Sul Solar S.A.	201.760	52.796	148.963	18.462	3.388
Nova Olinda Norte Solar S.A.	418.241	105.856	312.387	46.507	11.774
Nova Lapa Solar S.A.	389.696	76.660	313.035	52.381	20.480
Bom Jesus da Lapa Solar S.A.	389.946	81.162	308.784	52.444	17.763
Parque Eólico Cristalândia S.A.	10	-	10	-	-
	2.960.108	**557.752**	**2.402.356**	**384.804**	**91.261**

		2019			
		Patrimônio			
	Ativo	Passivo	líquido	Receita	Lucro (prejuízo)
Controladas					
Cristalândia I Eólica S.A.	271.041	9.065	261.976	28.188	10.158
Cristalândia II Eólica S.A.	511.389	33.897	477.412	58.062	21.041
Nova Olinda B Solar S.A.	499.327	98.147	401.180	51.070	10.730
Nova Olinda C Solar S.A.	415.010	95.347	319.663	47.910	12.512
Nova Olinda Sul Solar S.A.	218.521	45.581	172.940	24.827	6.724
Nova Olinda Norte Solar S.A.	428.924	96.552	330.372	47.564	8.745
Nova Lapa Solar S.A.	403.658	71.431	332.227	54.251	13.216
Bom Jesus da Lapa Solar S.A.	406.485	75.409	331.076	57.412	13.668
	3.154.475	**527.429**	**2.626.846**	**369.284**	**96.774**

12.2 Participações em empresas controladas

Os investimentos são compostos como segue:

		2020		Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Companhia					
Cristalândia I Eólica S.A.	100%	198.179	8.048	198.179	8.048
Cristalândia II Eólica S.A.	100%	486.900	19.357	486.900	19.357
Nova Olinda B Solar S.A.	100%	354.798	(1.316)	354.798	(1.316)
Nova Olinda C Solar S.A.	100%	279.309	11.767	279.309	11.767
Nova Olinda Sul Solar S.A.	100%	148.963	3.388	148.963	3.388
Nova Olinda Norte Solar S.A.	100%	312.387	11.774	312.387	11.774
Nova Lapa Solar S.A.	100%	313.035	20.480	313.035	20.480
Bom Jesus da Lapa Solar S.A.	100%	308.784	17.763	308.784	17.763
Parque Eólico Cristalândia S.A.	100%	10	-	10	-
Investimento em controladas				**2.402.365**	**91.261**

		2019		Controladora	
	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento	Equivalência
Companhia					
Cristalândia I Eólica S.A.	100%	261.976	11.431	261.976	10.138
Cristalândia II Eólica S.A.	100%	477.412	23.724	477.412	21.041
Nova Olinda B Solar S.A.	100%	401.180	12.099	401.180	10.730
Nova Olinda C Solar S.A.	100%	319.663	14.108	319.663	12.512
Nova Olinda Sul Solar S.A.	100%	172.940	7.581	172.940	6.724
Nova Olinda Norte Solar S.A.	100%	330.372	9.860	330.372	8.745
Nova Lapa Solar S.A.	100%	332.227	14.901	332.227	13.216
Bom Jesus da Lapa Solar S.A.	100%	331.076	15.412	331.076	13.668
Investimento em controladas				**2.626.846**	**96.774**

12.3 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos nas controladas2 como segue:

	2019	Dividendos	Redução capital	Equivalência patrimonial Resultado investidas	Amortização de mais valia	2020
Investimento em controlada	2.626.846	(21.987)	(293.755)	91.261	-	2.402.365
Mais valia (valor justo) dos ativos assumidos	75.893	-	-	-	3.891	78.884
Ágio na aquisição de controladas	82.375	-	-	-	-	82.375
	2.785.114	**(21.987)**	**(293.755)**	**91.261**	**3.891**	**2.543.725**

13 Imobilizado (Consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

	Taxas anuais de depreciação	2020 Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	2019 Saldo líquido
Móveis e utensílios	6%	14	(1)	13	14
Veículos	20%	947	(42)	905	947
Equipamentos de informática	20%	318	(16)	302	73
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	415.068	(40.071)	374.997	388.861
Peças de manutenção	0%	2.443	-	2.443	-
Sistemas de geração	4%	2.327.458	(239.976)	2.087.482	2.154.428
Sistemas de transmissão e conexão	4%	145.522	(15.397)	130.125	135.515
Ativo de direito de uso	3%	9.967	(617)	9.350	9.679
Menos valia*		(538.157)	34.093	(504.064)	(525.600)
		2.363.800	**(262.027)**	**2.101.552**	**2.163.917**

* O saldo de menos valia refere-se ao sistema de geração.

(ii) Movimentação do custo

	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Móveis e utensílios	14	-	-	-	14
Veículos	947	-	-	-	947
Equipamentos de informática	73	245	-	-	318
Edificações, obras civis e benfeitorias	414.944	124	-	-	415.068
Peças de manutenção	-	2.443	-	-	2.443
Sistemas de geração	2.326.246	1.212	-	-	2.327.458
Sistemas de transmissão e conexão	145.442	80	-	-	145.522
Ativo de direito de uso	9.967	-	-	-	9.967
Menos valia	(538.157)	-	-	-	(538.157)
	2.359.279	**4.104**	**-**	**-**	**2.363.383**

(iii) Movimentação Líquida

2020 (Não auditado)	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	2020
Ativo de direito de uso	8.068	-	(168)	1.779	9.679
Edificações, obras civis e benfeitorias	431.823	-	(7.732)	31.389	455.480
Imobilizado em andamento	147.311	(449)	-	(144.313)	2.549
Linhas de transmissão	97.750	-	(2.872)	12.098	106.976
Máquinas e equipamentos	1.537.537	(3.000)	(44.351)	98.086	1.588.272
Móveis e utensílios	-	-	-	14	14
Veículos	-	-	-	947	947
	2.222.489	**(3.449)**	**(55.123)**	**-**	**2.163.917**

(iv) Movimentação da depreciação

	Saldo em 2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 2020
Móveis e utensílios	-	(1)	-	-	(1)
Veículos	-	(42)	-	-	(42)
Equipamentos de informática	-	(16)	-	-	(16)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(26.083)	(13.988)	-	-	(40.071)
Peças de manutenção	-	-	-	-	-
Sistemas de geração	(171.818)	(68.158)	-	-	(239.976)
Sistemas de transmissão e conexão	(9.927)	(5.470)	-	-	(15.397)
Ativo de direito de uso	(288)	(329)	-	-	(617)
Menos valia	12.557	21.536	-	-	34.093
	(195.559)	**(66.468)**	**-**	**-**	**(262.027)**

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*): O Grupo anualmente avalia a recuperabilidade dos ativos imobilizados de cada Unidade Geradora de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 dezembro de 2020, a Administração identificou indicadores de que o Complexo Eólico Cristalândia, Complexo Solar Nova Lapa e Complexo Solar Nova Olinda poderiam apresentar problemas de realização. Assim, testou seus UGC's para impairment, e estimou os valores recuperáveis de sua UGC's baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados pelas taxas específicas para cada UGC's para os próximos cinco anos, acrescentando a perpetuidade. O fluxo de caixa projetado levou em consideração a experiência passada, ajustando fatores como o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações do Grupo.A determinação do valor é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente que, por sua vez, consideram premissas tais como: preços do Ambiente de Contratação Livre (ACL) e do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), geração de energia projetada (MWh), inflação acumulada e taxa de desconto WACC.

	Taxa de desconto ao ano	Taxa de crescimento perpetuidade ao ano	Taxa de crescimento estimado para o EBITDA
Complexo Eólico Cristalândia	10,93%	2,06%	6,37%
Complexo Solar Nova Lapa	10,61%	2,06%	4,64%
Complexo Solar Nova Olinda	10,56%	2,06%	4,41%

O EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

· Receitas: projetadas para 2021 patamares em linha com o setor, de 2022 a 2025 considerando crescimento médio 5,14%, sempre levando em consideração fatores conhecidos sobre o setor eólico no momento da projeção.

· Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das UGC's.

· Taxa de desconto: 10,70% a.a., elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC).

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo foi realizada no período findo em 31 de dezembro. A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital (WACC) em que as UGC's operam, com uma taxa de juros de mercado de 5,75% ao ano.

14 Intangível (Consolidado)

Referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização, bem como estão sujeitos a avaliação da recuperação do valor contábil utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1 - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

	2020	2019
Direito de uso da concessão	22.024	22.549
Autorização Aneel	205.901	212.900
Contratos de venda de energia	417.848	443.307
Ágio de rentabilidade futura	82.375	82.375
	728.148	**761.131**

A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	Saldo em 2019	Movimentação em 2020 Adições	Amortização	Transferências	Saldo em 2020
Direito de uso da concessão	22.549	-	(525)	-	22.024
Autorização Aneel (a)	212.900	-	(6.999)	-	205.901
Contratos de venda de energia (a)	443.307	-	(25.459)	-	417.848
Ágio de rentabilidade futura (a)	82.375	-	-	-	82.375
	761.131	**-**	**(32.983)**	**-**	**728.148**

(a) A descrição sobre a natureza e demais requerimentos de divulgação está detalhada na nota explicativa 2 (a).

15 Provisões

(i) Provisão ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual não entregue. Esta provisão é constituída considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia do Grupo. Ressarcimento anual à CCEE, sendo que o registro de ressarcimento ocorrido devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, fiscando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, sendo que o registro de ressarcimento ocorrido devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os contratos do CCEAR, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP) no mesmo mês em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs).

A composição do saldo de provisões é como segue:

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(5.224)	-
Constituição	54.207	-
Reversão	(17.997)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**30.986**	**-**
	2020	**2019**
Ativo		
Provisão para ressarcimento curto prazo(1)	12.440	19.032
	12.440	**19.032**
	2020	**2019**
Passivo		
Provisão para ressarcimento curto prazo	30.917	13.808
Provisão para ressarcimento longo prazo	12.526	-
	43.425	**13.808**

(1) Receita de ressarcimento, o registro de ressarcimento ocorrem devido a geração de energia superior ao compromisso contratual, neste caso, ficando acima de 100%.

(ii) Provisão para desmantelamento: Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restaurar do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtoras, em função da exaustão da área explorada e da depensada permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas do ativo imobilizado que ainda não foram incorridos que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo do Grupo. As estimativas de desmantelamento de áreas são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. Os parques solares possuem contratos de arrendamento do terreno com obrigação de retirada dos ativos ao final do prazo contratual, o Grupo efetuou a provisão para desmantelamento, que foi capitalizada como parte do valor do ativo imobilizado, ajustada a valor presente. Ao longo do contrato, a provisão é ajustada a valor presente e atualizada. Os custos capitalizados serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão está estimada em R$ 16.173 (R$ 16.173), em 31 de dezembro de 2019.

(iii) Provisão para contingências: A Companhia e o Grupo são parte pleiteando ganho em processo administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões administrativas, tributárias e trabalhistas. De acordo com os advogados que assessoram o Grupo e suas controladas, as chances de perda no final do processo avaliadas como "possível", totalizam o montante de R$ 605.

Grupo	Risco	Valor
Bom Jesus da Lapa Solar S/A	Possível	47
Cristalândia I Eólica S.A.	Possível	23
Nova Lapa Solar S/A	Possível	115
Nova Olinda B Solar S/A	Possível	354
Nova Olinda Sul Solar S/A	Possível	66
		605

16 Financiamento (Consolidado)

Companhia	Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2019	2018
Bom Jesus da Lapa Solar S/A	BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	71.223	70.434
Nova Lapa Solar S/A	BNB (b)	10,14% (taxa fixa)	04/09/2035	67.069	66.244
Nova Olinda B Solar S/A	BNB (c)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	91.860	90.859
Nova Olinda C Solar S/A	BNB (d)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	88.108	87.148
Nova Olinda Norte Solar S/A	BNB (e)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	88.105	87.146
Nova Olinda Sul Solar S/A	BNB (f)	10,14% (taxa fixa)	04/08/2035	42.777	42.318
	Custos com captação			(3.861)	(4.124)
				445.281	**440.025**
Passivo circulante				**31.509**	**4.509**
Passivo não circulante				413.712	435.518

Em Bom Jesus da Lapa Solar S/A: Em 4 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 95.790, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (b)Nova Lapa Solar S/A: Em 04 de setembro de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 96.735, com vencimento final para setembro de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (c) Nova Olinda B Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (d) Nova Olinda C Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 53.270, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (e) Nova Olinda Norte Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 106.541, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11). (f) Nova Olinda Sul Solar S/A: Em 04 de agosto de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R$ 53.270, com vencimento final para agosto de 2035. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 11).

Expectativa de fluxo de caixa nos financiamentos

O Grupo mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2021	31.569
2022 a 2024	39.803
2025 a 2027	57.439
2028 a 2030	70.713
2031 a 2033	130.336
2034 a 2036	115.421
Total	**445.281**

16.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento consolidadas

	Ativo Aplicações financeiras vinculadas	Passivo Financiamentos	Patrimônio líquido Capital social	Total
Em milhares de reais				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**36.579**	**440.025**	**2.676.763**	**3.153.367**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Recursos não provenientes de aporte de capital de acionistas	-	-	(434.000)	(434.000)
Aplicações financeiras vinculadas	63	-	-	63
Pagamento de principal	-	(20.583)	-	(20.583)
Pagamento de juros	-	(12.330)	-	(12.330)
Totais das variações nos fluxos de caixa de financiamento	**63**	**(32.913)**	**(434.000)**	**(466.850)**
Outras variações				
Relacionadas com passivos				
Despesas com juros	-	37.995	-	37.995
Custos de captação amortizados	-	174	-	174
Total das outras variações relacionadas com passivos	**-**	**38.169**	**-**	**38.169**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**36.642**	**445.281**	**2.242.763**	**2.724.686**

16.2 *Covenants*

O Grupo contratou financiamento com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as condições referentes as cláusulas restritivas foram atendidas.

16.3 Outras garantias

As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

Companhia	Inicio de vigência	Final de vigência	Objeto da garantia	Banco/Seguradora	Valor
Cristalândia I Eólica S.A.	08/04/2020	17/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	158
Cristalândia II Eólica S.A.	08/04/2020	17/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	318
Bom Jesus da Lapa Solar S/A	02/01/2020	01/02/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	153
Bom Jesus da Lapa Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	70.375
Nova Lapa Solar S/A	05/02/2020	01/03/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	137
Nova Lapa Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	66.169
Nova Olinda B Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
Nova Olinda B Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	90.854
Nova Olinda C Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
Nova Olinda C Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87.143
Nova Olinda Norte Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	135
Nova Olinda Norte Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	87.142
Nova Olinda Sul Solar S/A	08/04/2020	22/04/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	68
Nova Olinda Sul Solar S/A	20/05/2019	20/05/2021	Garantia Financeira	Banco Santander	42.316

17 Patrimônio líquido

a. Capital social: Oca pital social subscrito em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 2.242.763 (R$ 2.676.763 em 2019), representado por 2.242.772 ações ordinárias (2.676.763 em 2019),nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional.

Acionista	2020	2019
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	2.018.487	2.409.087
CGN Energy UK Two Limited	224.276	267.676
	2.242.763	**2.676.763**

O acionista resolveu reduzir o capital social o montante de R$ 434.000 nos termos do Art.173 da Lei das Sociedades por ações, através da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20 de outubro de 2020, por considerá-lo excessivo e mediante o cancelamento de 434.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, passando o capital social da Companhia de R$ 2.676.763 para R$ 2.242.762, restituindo o acionista CGN Brasil Energia e Participações S.A. em R$ 390.600, sendo R$ 303.742 pago no ato e diferença a pagar de R$ 86.858 para o acionista CGN Brasil Energia e Participações S.A., e R$ 43.400 para o acionista CGN Energy UK Two Limited.

Controladora e controlador final: O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A e detém90% das quotas do capital social.

b.Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	91.602	95.589
Apropriação à reserva legal - 5%	4.580	4.779

c. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia em vigor determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	91.602	95.589
Apropriação à reserva legal (5%)	(4.580)	(4.779)
	87.022	**90.810**
Dividendos mínimos obrigatorios (25%)	(21.756)	(22.703)
Lucros retidos	65.266	68.107

d. Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos obrigatórios e a reserva legal apurados. A administração entende que esse montante deve ficar retido até que haja deliberação em contrário.

18 Receita líquida de venda de energia (Consolidado)

	2020	2019
Receita bruta venda de energia	436.607	240.343
Ressarcimento de Energia (1)	(36.210)	-
(-) Taxas regulatórias	-	(754)
(-) PIS / COFINS	(15.593)	(8.803)
Receita líquida(2)	**384.804**	**230.786**

(1) Em 31 de dezembro de

...Continuação

Notas explicativas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

c. Mensuração pelo valor justo

A hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo compreende:

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	373	373	-	-
Aplicações financeiras	170.949	170.949	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	36.642	36.642	-	-

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2020			
Descrição	Saldo em 2020	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	5	5	-	-
Aplicações financeiras	4.554	4.554	-	-

	Consolidado			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	29.252	29.252	-	-
Aplicações financeiras	212.326	212.326	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	36.579	36.579	-	-

	Controladora			
	Valor justo em 31 de dezembro de 2019			
Descrição	Saldo em 2019	Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	1.095	1.095	-	-

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e devem ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo**: **Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontamente e de fácil disponibilidade por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências regladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo**: **Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações de negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 31 de dezembro de 2019 o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

23 Gerenciamento integrado de riscos (Consolidado)

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados destinados a que os riscos sujeitos as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, como porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo.

(i) Risco operacional: O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperadodos parques eólicos e solares.

Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores reputados no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seus parques eólicos e solares.

(ii) Risco de crédito: Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de o Grupo incorrer em perda. Instituições financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo. Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito as instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco decrédito do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Aplicações financeiras	170.949	212.326
Aplicações financeiras vinculadas	36.642	36.579
Contas a receber de clientes	54.655	104.296

(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de o Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, ao Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo:

	Valor contábil	
	2020	2019
Financiamentos	445.281	440.025
Fornecedores	5.911	15.909
Passivo de arrendamento	9.277	10.080

(iv) Risco de mercado: Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros.O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorare controlar estasexposiçõesdentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros - Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2020	2019
Ativo		
Aplicações financeiras	170.949	212.326
Aplicações financeiras vinculadas	36.642	36.579
	207.591	**248.905**

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Aplicações financeras	207.591	Redução do CDI	4.282	2.855

(*)Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 4,75%.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores da
SHLTR II Participações S.A.
Curitiba - PR

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SHLTR II Participações S.A. (Grupo), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SHLTR II Participações S.A. e em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasile pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezа relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incertezа relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 14 de maio de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Diretoria

Gabriel Luaces Fernandez
Diretor

SuiSheng Huang
Diretor

Vagner Garcia Toneli
Contador CRC PR-065535/O-3

PCPR e PRF apreendem 1,6 tonelada de maconha em ônibus numa praça de pedágio

A Polícia Civil do Paraná (PCPR) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreenderam 1,6 tonelada de maconha em Cascavel, na região Oeste do Estado. A ação aconteceu quinta-feira (10) e causa aproximadamente R$ 3,3 milhões em prejuízo ao crime organizado.

A droga foi localizada no bagageiro de um ônibus de viagem durante uma abordagem de rotina no pedágio. A ação contou com o auxílio de um dos cães farejadores da PCPR.

Ao ser questionado, o motorista alegou que é morador de Foz do Iguaçu e que foi contratado para levar o veículo até Curitiba. Os policiais civis e rodoviários encontraram a droga dividida em diversos tabletes. (AENPR)

Governo prorroga medidas restritivas até dia 30, mas abre exceções neste final de semana

O Governo do Paraná prorrogou até o dia 30 de junho as medidas restritivas para enfrentamento da pandemia da Covid-19. O decreto 7.893/2021, publicado na sexta-feira (11), abre duas exceções às regras em vigor, exclusivamente nos dias 12 e 13 de junho.

No sábado (12), Dia dos Namorados, bares, restaurantes e lanchonetes poderão estender o funcionamento até às 23h, com no máximo 50% de ocupação. Será permitido o consumo no local, inclusive no sistema de autosserviço (self-service), assim como delivery, drive thru e take away. Após esse horário somente estará liberado o atendimento por delivery.

No próximo domingo (13) o consumo no local fica condicionado a agendamento e nas modalidades delivery, drive thru e take away até as 23 horas.

Também fica autorizada neste final de semana a abertura ao público das instituições de ensino e correlatas, públicas e privadas, que receberão candidatos para a realização do Concurso Público da Polícia Militar do Estado do Paraná e do Exame da Ordem Nacional dos Advogados.

Fora essas duas exceções, o novo decreto mantém as regras em vigor desde o dia 28 de maio. Permanece restrita a circulação de pessoas e de venda e consumo de bebida alcoólica em espaços de uso público ou coletivo depois das 20 horas até as 5h do dia seguinte.

Também continua proibido o funcionamento de comércio e atividades não essenciais aos domingos, o que inclui shopping centers e academias – restaurantes poderão funcionar nos sistemas delivery e take away.

Nos municípios com mais de 50 mil habitantes, comércio de rua, galerias, centros comerciais e estabelecimentos de prestação de serviços não essenciais podem abrir ao público de segunda à sábado das 9h às 18h, com 50% de ocupação. Cidades menores devem seguir a regulação municipal. Aos domingos e fora do horário autorizado, só é permitido o atendimento na modalidade delivery.

Os supermercados podem abrir ao público todos os dias da semana, das 8h às 20h, com 50% de ocupação. Não há restrição de horário para entregas. As academias podem funcionar das 6h às 20h, com até 30% de ocupação.

Restaurantes, bares e lanchonetes seguem o horário das 10h às 21h, com 50% do público, de segunda à sábado, podendo atender 24 horas na modalidade de entrega. Aos domingos, apenas nos sistemas delivery e take away. Os museus também estão autorizados a abrir das 10h às 20h, com limitação de 50% do público.

Serviços e atividades essenciais, como farmácias e clínicas médicas, não terão que atender as regras de toque de recolher e de funcionamento. Os serviços considerados essenciais estão especificados no decreto 4.317, de 21 de março de 2020.

A Prova de Conhecimentos do concurso para contratação de 2,4 mil policiais e bombeiros militares será realizada neste domingo (13). A realização foi confirmada pelo Núcleo de Concursos da Universidade Federal do Paraná. Os candidatos deverão observar as orientações constantes na Cartilha do Protocolo de Biossegurança. São 155 mil inscritos.

A Controladoria-Geral do Estado (CGE) destacou equipes para verificar os locais de prova do concurso da Polícia Militar. Os auditores vão confirmar se as medidas sanitárias foram cumpridas, como distanciamento entre as carteiras e disponibilização de álcool em gel.

Entre os participantes dessa verificação, estará o controlador-geral do Estado, Raul Siqueira, que irá pessoalmente a alguns endereços. "Vamos acompanhar o cumprimento do contrato com o Núcleo de Concursos da UFPR, por amostragem, que nos autorizou a averiguação", disse Siqueira.

Os candidatos que farão o XX-XII Exame de Ordem Unificado, seguindo orientação da OAB-PR, também terão que evitar aglomerações. A entrada nos locais de prova será escalonada. A Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizadora do exame, e a OAB divulgaram uma Cartilha de Prevenção da Covid-19 com orientações sobre o protocolo de segurança para todos os participantes

Continuam proibidas as atividades que causem aglomerações, como casas de shows, circos, teatros e cinemas; eventos sociais e atividades correlatas em espaços fechados, como casas de festas, de eventos, incluídas aquelas com serviços de buffet; os estabelecimentos destinados a mostras comerciais, feiras, eventos técnicos, congressos e convenções; casas noturnas e correlatos; além de reuniões com aglomeração de pessoas.

As práticas religiosas devem atender a Resolução 440/2021 da Secretaria da Saúde, publicada em 26 de fevereiro, que orienta templos, igrejas e outros espaços a adotarem, preferencialmente, o formato virtual. Em casos de atividades presenciais, os locais devem respeitar o limite de 35% da ocupação.

O governo irá apoiar medidas mais rígidas adotadas pelos municípios. Por determinação do governador Carlos Massa Ratinho Junior, a Secretaria de Estado da Segurança Pública irá atuar para o cumprimento integral do decreto e das normativas municipais. As forças de segurança estaduais vão reforçar as vigilâncias municipais da saúde para coibir festas clandestinas, aglomerações e eventos. (AENPR)

Paraná abre vacinação para população acima de 40 anos e trabalhadores da limpeza urbana

O Governo do Estado abrirá oficialmente a vacinação contra a Covid-19 para a população geral acima de 40 anos no Paraná a partir da próxima semana. A ampliação acontecerá com o envio de 237 mil doses do imunizante AstraZeneca/Fiocruz para os 399 municípios do Estado.

As doses serão destinadas a pessoas de 40 a 59 anos (73.250 doses), trabalhadores da educação básica (18.250), assistência social (16.710), trabalhadores do ensino superior (15.465), trabalhadores do transporte aéreo (2.895), trabalhadores portuários (2.040) e pessoas com comorbidades (108.390).

Além destes, o Paraná iniciará a vacinação do grupo de trabalhadores da limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, estimada em 11.828 pessoas, segundo o Plano Estadual de Vacinação contra a Covid-19.

Para essa imunização, serão disponibilizadas 34 mil doses de CoronaVac que ainda estavam no Cemepar. Este quantitativo deve surprir a primeira e segunda dose deste grupo, considerando a reserva técnica e a possibilidade de que mais pessoas estejam dentro dessa área, superando a estimativa populacional.

Na sexta-feira (11), a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) enviou 145.080 vacinas da Pfizer/BioNTech. Dentro deste lote, 22.146 vacinas são destinadas a trabalhadores de educação do ensino superior para o início da imunização deste grupo. Agora, com este novo lote de 15.465 doses também para este grupo, o Paraná já terá alcançado 59,04% da estimativa total de 57.912 profissionais desta área. Considerando a porcentagem de reserva técnica, o quantitativo de doses pode alcançar até 64,94% do total.

O Paraná recebeu nesta semana mais 238 mil vacinas da AstraZeneca, sendo 237 mil AstraZeneca/Fiocruz e mil AstraZeneca/Covax.

O Estado definiu a distribuição em três fases, sendo a primeira com 128.610 doses de AstraZeneca/Fiocruz para população de 40-59 anos, trabalhadores da educação básica, assistência social, trabalhadores do ensino superior, trabalhadores do transporte aéreo e trabalhadores portuários e a segunda com 108.390 doses também de AstraZeneca/Fiocruz destinadas a comorbidades – nesse caso haverá a compensação e unificação da distribuição entre os municípios.

Além destas, as mil doses da AstraZeneca/Covax ficarão no Cemepar para envio com outro lote maior.

O secretário de Estado da Saúde, Beto Preto, explicou que a vacinação está avançando em todo o Paraná e que alguns municípios já baixaram a faixa etária, inclusive alcançando 40 anos, possibilitando que o Estado também expanda o atendimento para outras idades.

"A orientação do governador Ratinho Junior é de que as doses cheguem até os braços dos paranaenses. Cada cidade tem uma realidade diferente e alguns municípios estavam com doses paradas, sem procura, por isso, conseguiram avançar a vacinação para faixas etárias menores do que o resto do Estado", afirmou.

Segundo ele, o envio frequente de mais lotes de vacinas ao Estado possibilitará maior agilidade na aplicação das doses e atendimento aos grupos prioritários. "O Ministério da Saúde tem mantido pelo menos um envio de doses por semana, e isso faz com que possamos avançar na cobertura dos grupos prioritários e expandir ainda mais a vacinação para o público em geral", acrescentou.

A Sesa orienta que os municípios que completaram a vacinação de trabalhadores de saúde que atuem propriamente nos serviços de saúde devem ampliar a vacinação 14 profissões de saúde definidas na Resolução 287/1998 do Conselho Nacional de Saúde, conforme Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 – PNO. São elas: assistentes sociais, biólogos, biomédicos, profissionais de educação física, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos, médicos veterinários, nutricionistas, odontólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais, com comprovação pelo registro profissional em seu respectivo conselho de classe.

Os trabalhadores com atividades na coleta de resíduos de serviços de saúde, entregadores de oxigênio que realizam troca de válvulas e cilindros em serviços de saúde e trabalhadores das empresas que realizam esterilização de material hospitalar devem ser vacinados utilizando as doses enviadas anteriormente para o grupo de pessoas com comorbidades e ou pessoas com deficiência permanente. (AENPR)

Estado já entregou mais de R$ 40 milhões em alimentos às famílias de alunos

Escolas da rede estadual entregaram na sexta-feira (11) alimentos às famílias mais vulneráveis da comunidade escolar. Desta vez a distribuição é de produtos da agricultura familiar. São 684 mil quilos em um investimento de R$ 4,2 milhões para cerca de 200 mil beneficiários nos mais de 2,1 mil colégios estaduais.

Ao todo, desde 31 de março, quando ocorreu a primeira entrega deste ano, mais de R$ 40 milhões em alimentos já foram distribuídos às famílias (quase 10 mil toneladas).

Em produtos da agricultura familiar foram R$ 28.435.459,49 nas seis entregas, além de R$ 14.550.852,55 em kits com alimentos não perecíveis entregues no fim de abril e no fim de maio.

Na entrega de sexta-feira as famílias recebem frutas, hortaliças e sementes, como o pinhão, legumes e tubérculos, além de temperos, leite, iogurte, panificados, suco/polpa de frutas, complementos e grãos, que diferem de região para região. Em algumas escolas, kits que por ventura sobrarem da última entrega (27/05) estão sendo distribuídos.

Nas últimas semanas parte dos alimentos da agricultura familiar está sendo utilizada na alimentação dos estudantes que estão indo presencialmente nos colégios que já retomaram as aulas presenciais. Por outro lado, nas duas primeiras entregas de 2021 parte do estoque de alimentos não perecíveis das escolas foi distribuído às famílias – até para evitar que fossem desperdiçados, uma vez que à época o ensino estava 100% remoto.

Estudantes com matrícula ativa com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou com famílias não beneficiárias, desde que estejam inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) com dados atualizados dos últimos seis meses. Neste ano a entrega é de um kit por família - e não de um kit por estudante, como foi em 2020.

Pode acontecer de os beneficiários estarem fora da lista enviada às escolas, caso os dados cadastrais estejam diferentes dos que constam no Sere (Sistema Estadual de Registro Escolar), como o nome, data de nascimento ou CPF. Outro exemplo é o caso de cadastros novos; se a inscrição no Cadastro Único do Governo Federal foi feita após 13/03, o nome não consta na lista atual. O representante da família só poderá fazer a retirada na escola onde o aluno está matriculado. (AENPR)

Mundial de Endurance: Alpine começa na frente dos Toyota

Equipe de André Negrão surpreende com tempo mais rápido que dos atuais campeões. Outros brasileiros também vão bem

Foi por muito pouco – apenas 0s019 – mas a equipe Alpine terminou os treinos desta sexta-feira como a melhor colocada entre os carros da categoria Hypercars, desbancando pelo menos inicialmente os dois carros da poderosa Toyota, atual campeã da categoria. O Alpine A480 pilotado pelo trio André Negrão/Matthieu Vaxivière/Nicolas Lapierre registrou a marca de 1min33s781 nos 4.684 metros do seletivo traçado de Portimão na primeira visita do Campeonato Mundial de Endurance (WEC) a Portugal.

Os dois Toyota GR010 Hybrid garantiram o segundo e terceiro lugares, respectivamente com os trios Sébastien Buemi/Kazuki Nakajima/Brendon Hartley e Mike Conway/Kamuui Kobayashi/José María López. Com oito horas de duração, a corrida acontece no próximo domingo (13) com transmissão ao vivo pelo canal Fox Sports, em dois horários: a parte inicial será mostrada das 7h às 9h e o encerramento da prova, das 13h00 às 15h00.

Foto: João Felipe/DPPI

André *Negrão (esquerda) observa trabalho da equipe Alpine em Portimão*

"Importante é ritmo constante" – "Foi um bom começo e acho que estamos com um bom ritmo", disse André Negrão. "Mas o principal é ter um acerto que permita um ritmo veloz e constante para a corrida. São oito horas de prova, então tem muita história pela frente ainda. Amanhã nós faremos o classificatório e não estamos muito preocupados com posição de largada. Brigar pela pole não é uma obsessão do nosso time. Precisamos estar entre os seis primeiros – por que isso será um indicativo de que o carro tem bom ritmo para andar entre os líderes. O resto é com os pilotos", concluiu André, campeão mundial do WEC em 2018/2019.

Os outros brasileiros inscritos nas 8 Horas de Portimão também tiveram um início promissor. Daniel Serra foi o terceiro com a Ferrari da AF Corse na categoria LMGTE-Pro. Augusto Farfus e Marcos Gomes, companheiros na Aston Martin Racing, foram os quartos colocados na classe LMGTE-Am, enquanto Felipe Fraga, com um Aston Martin da TF Sport, foi o sexto.

Os carros do Mundial voltam à pista neste sábado para duas sessões de treinos e o classificatório, que definirá o grid. Confira a programação para o final de semana:

Sábado, 12 de junho
5h35 - treino livre 2
10h - treino livre 3
14h – classificação
Domingo, 13 de junho
7h - 8 Horas de Portimão

Copa Brasil de Kart

7 atuais campeões já confirmaram presença e querem novos títulos em Londrina

Faltando 40 dias para o início da competição no Kartódromo Luigi Borghesi, mais de 100 kartistas já garantiram suas participações. Inscrições seguem abertas no site da CBA

Quarenta dias para a 22ª edição da Copa Brasil de Kart e as inscrições seguem abertas no site da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA). Até o momento, mais de 100 pilotos já garantiram participação em um dos maiores eventos do kartismo nacional, que acontecerá em julho, no kartódromo Luigi Borghesi, em Londrina (PR).

Entre os pilotos confirmados na disputa, até o momento, sete foram campeões na última edição da Copa Brasil de Kart, realizada em 2019 no kartódromo Beto Carrero, em Penha (SC). O paranaense Eduardo Palu de Araújo, campeão na Júnior Menor, estará agora na Júnior. O paulista João Pedro Orban, campeão na Novatos, tentará o título na Graduados.

"Minha expectativa é conseguir resultados parecidos com os da última Copa Brasil. Espero me adaptar bem na pista para ter um ótimo resultado", declarou Dudu Araújo, de 13 anos.

"A Copa Brasil é um campeonato desafiador, que reúne grandes nomes, mas estamos nos preparando muito para buscarmos um grande resultado, com a expectativa de brigarmos por mais um título", também destacou Orban, de 19 anos.

Campeão na Codasur Júnior, o catarinense Gabriel Gomez tentará agora vencer na Graduados e OK FIA. Na F4 Super Sênior Master, Valdemiro Araújo tentará o bicampeonato na mesma categoria. "Vou correr em Londrina pela primeira vez. Treinei lá e tenho uma excelente expectativa para defender meu título. Adorei o traçado e a estrutura", afirmou Valdemiro, de 60 anos. Carioca, mas vivendo há 45 anos na Bahia, o piloto tem três títulos da Copa Brasil em seu currículo (2007, 2017 e 2019), além de outras conquistas.

Com um currículo também repleto de títulos, o carioca Olin Galli estará nas categorias Graduados e OK FIA. Em 2019, foi o campeão na Internacional OK. Outro veterano vencedor, o paulista Dennis Dirani, estará na Sênior e Shifter Kart KZ. Na edição passada, ele faturou o título na KZ Graduado.

"Tenho três títulos da Copa Brasil: 2014 e 2016 na Graduados e 2019 na OK. Estou bem animado para Londrina. No final do mês, vou disputar o Open e espero me preparar bem para lutar pelo quarto título da Copa em julho", comentou Galli, que está com 24 anos. Além as conquistas na Copa Brasil, o piloto também é um dos maiores vencedores do Campeonato Brasileiro de Kart, com nove títulos. Também já foi quatro vezes campeão sul-americano.

Na F4 Super Sênior, Cesar Santos vai em busca do seu bicampeonato com a Ceccato Racing. "Quero repetir a dose em Londrina, pista onde já fui campeão Sul-Brasileiro também", ressaltou o gaúcho, que há mais de 30 anos vive em Santa Catarina. O piloto de 53 anos também foi campeão brasileiro (2019) e faturou o título Sul-Brasileiro duas vezes (2019/20).

Foto: Fan Alves

Dudu *Araújo, de 13 anos, buscará o título na categoria Júnior*

A 22ª edição da Copa Brasil de Kart terá 15 categorias, divididas em dois grupos. O primeiro, com sete categorias - Mirim, Cadete, F4 Júnior, F4 Graduados, F4 SS / SSM, OK FIA e OK Júnior -, começará no dia 21 de julho e segue até o dia 25.

O segundo grupo, para as categorias Júnior Menor, Júnior, Graduados, Sênior B + Novatos (Sprinter), KZ, Sênior A, SS/SSM e F4 Sênior, será realizado entre os dias 26 e 30.

INSCRIÇÕES

As inscrições para a Copa Brasil de Kart seguem abertas no site da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA): https://inscricoes.cba.org.br/pt/eventos/copa-brasil-de-kart-22a-copa-brasil-de-kart-2021

Até 14 de julho, os valores das inscrições são de 1.075,00 reais (Mirim e Cadete) e 2.210,00 reais para as demais. A partir de 15 de julho, sobem para 1.125,00 reais (Mirim e Cadete) e 2.430,00 reais (demais categorias).

Confira a programação completa para a Copa Brasil de Kart: http://cba.org.br/upload/downloads//587/programacao-oficial-22-copa-brasil-de-kart-2021-.pdf

Para mais informações, acesse www.cba.org.br

World Surf League divulga as últimas etapas do Championship Tour 2021

Foto: Sean Rowland

Barra *de La Cruz no México volta a ser palco do CT*

A World Surf League (WSL) divulgou na sexta-feira o calendário atualizado para o restante do Championship Tour de 2021, que nesse ano terá os títulos mundiais sendo decididos no Rip Curl WSL Finals em setembro. A terceira perna do Tour inclui uma nova etapa no México depois de 15 anos e as mulheres irão surfar Teahupo'o ao lado dos homens pela primeira vez desde 2006.

"Estamos muito orgulhosos por termos sido capazes de realizar um Tour verdadeiramente global em 2021", disse o CEO da WSL, Erik Logan. "Começamos a temporada no Havaí e acabamos de concluir uma incrível perna de quatro eventos na Austrália. Os surfistas estão agora indo para a sexta etapa na Califórnia, o Jeep Surf Ranch Pro, em seguida viajam para o Japão, para os Jogos Olímpicos de Tóquio".

As datas das próximas etapas foram alteradas. A do Corona Open Mexico apresentado pela Quiksilver mudou de julho para os dias 10 a 20 de agosto, para permitir tempo suficiente para os surfistas olímpicos viajarem para Tóquio cumprindo as quarentenas necessárias. Para acomodar essa mudança, a data do Outerknown Tahiti Pro foi ajustada em dois dias e a decisão dos títulos mundiais no Rip Curl WSL Finals, passou para os dias 9 a 17 de setembro.

Já o Oi Rio Pro apresentado pela Corona em Saquarema, que havia sido adiado de junho para agosto na esperança de realizar o evento com segurança, foi cancelado. A WSL vinha monitorando a situação da pandemia no Brasil e tomou essa decisão visando preservar a segurança e saúde dos atletas, staff e comunidade local. Mas, a World Surf League voltará para Saquarema com os melhores surfistas do mundo na temporada de 2022.

Calendário da terceira perna do Championship Tour 2021*:

% Jeep Surf Ranch Pro apresentado pela Adobe: Junho 18-20 no Surf Ranch em Lemoore, Califórnia, EUA;

% Corona Open Mexico apresentado pela Quiksilver: Agosto 10-20 em Barra de La Cruz, México;

% Outerknown Tahiti Pro: Agosto 24-03 Setembro em Teahupo´o no Taiti;

% Rip Curl WSL Finals: Setembro 09-17 em Lower Trestles, Califórnia, EUA.

* Todas as etapas e datas do Tour estão sujeitas a alterações devido às restrições aplicáveis relacionadas ao COVID-19, inclusive para viagens internacionais.

O próximo desafio do CT 2021 é o Jeep Surf Ranch Pro apresentado pela Adobe, que será disputado entre os dias 18 e 20 de junho, com transmissão ao vivo pelo WorldSurfLeague.com e pelos canais da ESPN Brasil. Esta será a última etapa antes da estreia do surfe nas Olimpíadas do Japão.

Troféu Brasil Loterias Caixa de Atletismo aponta os três primeiros campeões

O destaque da etapa de abertura no Centro Olímpico, em São Paulo, foi Mariana Grasiely Marcelino (IEMA-SP), que quebrou o recorde brasileiro do lançamento do martelo, que era dela mesma, com 67,45 m

Foto: Wagner Carmo

Paulo *André se qualifica nos 100 m*

Os três primeiros campeões do 40º Troféu Brasil Loterias Caixa de Atletismo foram definidos na quinta-feira no estádio do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa, na Vila Clementino, em São Paulo. A competição, considerada a principal entre clubes da América Latina, prossegue até domingo (13) com transmissão pelo Canal Olímpico da TVNSports.

O principal resultado do primeiro dia foi o recorde brasileiro feminino do lançamento do martelo. Mariana Grasielly Marcelino (IEMA-SP) venceu a prova com 67,45 m, marca alcançada na quarta tentativa. O recorde anterior era dela mesma, com 67,02 m, desde 2017.

"Esperava a vitória e uma boa marca. Sem falta de modéstia, meu objetivo era o recorde mesmo. Estou tendo uma boa regularidade e achava que podia lançar longe", comentou Mariana, que conquistou o sétimo título brasileiro da carreira. "Estou correndo atrás dos pontos para ir para a Olimpíada de Tóquio pelo Ranking da Word Athletics", completou a atleta catarinense que conquistou há duas semanas o título do Sul-Americano em Guayaquil, no Equador.

Anna Paula Magalhães Pereira (Pinheiros-SP) ficou a medalha de prata, com 59,44 m, seguida de Mveh Viviane Jeane de Dieu Gracielle (Sogipa-RS), com 58,17 m.

Já a primeira medalha de ouro do torneio foi conquistada por Allan da Silva Wolski (Pinheiros), campeão do lançamento do martelo, com 71,37 m, sua melhor marca da temporada. Esta foi a quinta vitória do atleta paulistano, de 31 anos, no Troféu Brasil. "Fiz uma boa prova, com quatro lançamentos acima dos 70 metros. Estou me recuperando de uma cirurgia no joelho direito, que me atrapalhou no Campeonato Sul-Americano de Guayaquil", lembrou o atleta, que ficou na quarta colocação no Equador. "Estava bem, mas o joelho voltou a doer. Temos até o dia 29 de junho para somar pontos e tentar vaga na Olimpíada de Tóquio", concluiu o integrante da Comissão de Atletas da CBAt.

Luis Gustavo Aguiar da Silva (Orcampi-SP) terminou em segundo lugar, com 66,86 m, e Ralf Rei Airton de Oliveira (Orcampi-SP) ficou em terceiro, com 64,30 m.

Nos 10.000 m, o mineiro Gilberto Silvestre Lopes (Pé de Vento-RJ) foi o vencedor, com 29:48.06. Wendell Jerônimo Souza (Cantão Atletismo) levou a prata, com 29:49.50, seguido de Giovani dos Santos (GAE-ES), com 29:52.78. "Foi uma prova tática no início. A partir do quarto quilômetro assumi a liderança e mantive meu ritmo", contou o mineiro, que treina e São Miguel da Anta (MG). "Meu objetivo era tentar o índice na maratona para Tóquio, mas tive de desistir por causa de uma contusão lombar."

Nas eliminatórias, um dos destaques foi Paulo André Camilo de Oliveira (Pinheiros-SP), que tenta o quinto título consecutivo nos 100 m. Ele venceu a primeira série, com 10.09 (0.0), um dos melhores resultados do ano. "Comecei bem, mas ainda tem semifinal e final. Tem de manter a concentração", comentou o velocista, que vai ser pai de um menino. "Foi uma alegria imensa", concluiu o atleta qualificado para Tóquio nos 100 m.

Outro qualificado para a Olimpíada que entrou nesta quinta-feira na pista foi Thiago André (CT Maranhão-MA). Ele correu as semifinais por tempo dos 800 m, terminando em quarto lugar na quarta e última série com 1:49.86. "Senti as pernas pesadas por causa das competições seguidas", disse o fluminense, de 25 anos, que foi campeão sul-americano dos 800 m e dos 1.500 m, em Guayaquil. No sábado (5/6), conseguiu o índice olímpico dos 800 m no 6º torneio do Atletismo Paulista, disputado também no Centro Olímpico, em São Paulo.

Sem a presença de público por causa das restrições impostas pela pandemia do coronavírus, os fãs do esporte podem acompanhar o desempenho dos atletas ao vivo pelo Canal Atletismo da TVNSports.

A competição tem suas normas adaptadas para o atendimento aos protocolos de enfrentamento da pandemia da COVID-19. Todos os participantes passam por um scanner para a medição da temperatura corporal antes de entrar no Centro Olímpico e, em caso de suspeita, a realização de teste de COVID-19. É obrigatório o uso de máscaras, com exceção no momento das provas, a disponibilidade de álcool em gel, limpeza de implementos, distanciamento entre atletas na câmara de chamada, distanciamento entre os treinadores no momento das provas de seus atletas e a cerimônia de premiação diferenciada (os que forem ao pódio pegam as próprias medalhas), entre outros procedimentos.

A competição tem apoio do Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) que desenvolve o Programa de Formação de Atletas juntamente aos clubes integrados e ENADs (https://cbclubes.org.br/).

A Prevent Senior Sports é patrocinadora do atletismo brasileiro para a entidade gestora do esporte e os atletas brasileiros, visando a saúde integral dos indivíduos e apoio às competições. As Loterias Caixa são a patrocinadora máster do atletismo brasileiro.